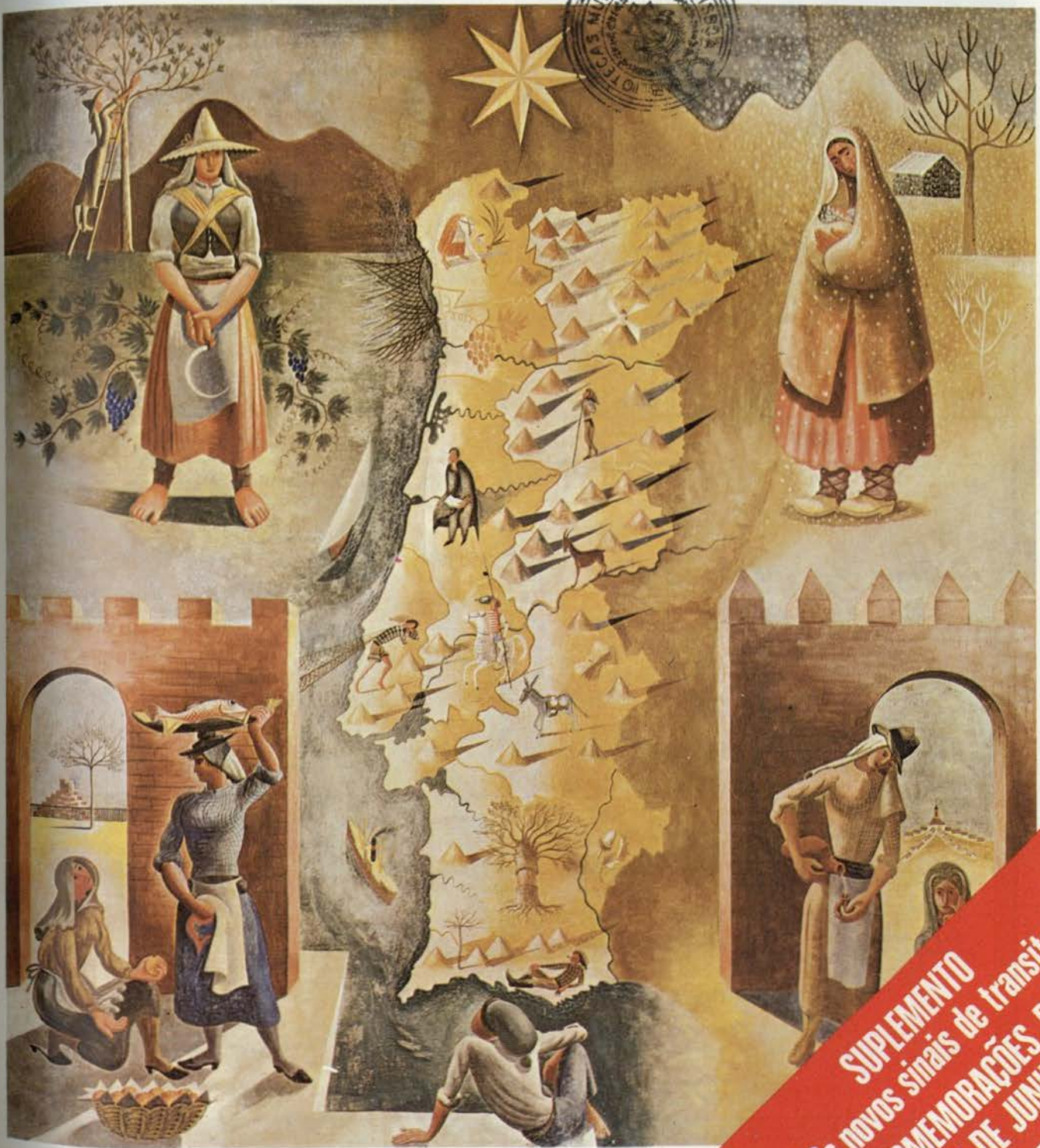


25 DE ABRIL

# COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

Nº 29 | JULHO 1978



**SUPLEMENTO**  
Os novos sinais de trânsito  
**COMEMORAÇÕES DO**  
10 DE JUNHO

# EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais  
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880	19 16
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste)	01.00-03.00	11 935 6 025	25 49	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Todos os dias) (Oeste)	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	18.45-19.30	15 340 17 880	19 16	
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025 6 185 9 740	49 48 30	14.30-18.00	21 700	13		
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	Moçambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740		49 25 30	20.00-20.30	15 340 17 880	19 16
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16	
Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700 21 735	13 13	19.30-20.15	15 340 17 880	19 16		
	(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735	13 13	14.30-18.00	21 700	13	
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00 20.30-21.00	21 495 15 125	13 19	
	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16	(Domingos)	13.30-14.00	21 495	13	
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	20.15-21.00	15 125	19	
	18.00-18.45	17 880 15 340	16 19	14.30-18.00	21 700	13		
14.30-18.00	15 340 21 700	19 13	India (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16		
Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	11 790 11 840	25 25	Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	11 790 11 840	25 25	
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880		13 16	14.30-18.00	21 700 15 125	13 19
	18.00-18.45	17 880 15 340	16 19		22.30-01.00	11 790 11 840	25 25	
14.30-18.00	15 340 21 700	19 13						

DEPÓSITO LEGAL  
-0.AGO.1978



Capa: Pintura mural executada, em 1940., por Almada Negreiros para o átrio do edifício-sede de «Diário de Notícias», em Lisboa. Além de pintor, desenhador, gravador, vitralista, poeta, novelista, dramaturgo, romancista, ensaísta, conferencista, panfletista, coreógrafo e animador cultural, José Sobral de Almada Negreiros (1893-1970), um dos mais notáveis artistas portugueses deste século, foi um dos iniciadores e impulsionadores da chamada «Arte Moderna Portuguesa» e dos movimentos estéticos de vanguarda com ela relacionados.

Da sua vastíssima obra de pintura, desenho, pintura mural, tapeçaria, mosaico, vitral, gravura, etc., destacam-se as decorações murais que realizou para a sede do «Diário de Notícias», Exposição do Mundo Português (1940), Estações Marítimas de Alcântara e da Rocha de Conde de Óbidos, pórticos das Faculdades de Letras e de Direito e Reitoria da Universidade de Lisboa, as tapeçarias destinadas ao Hotel de Santa Luzia (Viana do Castelo), Hotel Ritz e Tribunal de Contas (Lisboa), os vitrais para a Igreja de Fátima (Lisboa) e os quadros para o café «A Brasileira», do Chiado, bem como o célebre retrato de Fernando Pessoa.

Foi distinguido com o Prémio Columbano (1942), Prémio Domingos Sequeira (1945) e Prémio Nacional de Arte (1959), estando representado em numerosos museus e colecções, em Portugal e no estrangeiro.

Contra-capa: Arranjo gráfico de um anúncio editado pela Direcção-Geral de Turismo e destinado à campanha de divulgação e promoção do turismo interno.

**PUBLICAÇÃO MENSAL  
DA SECRETARIA DE ESTADO  
DOS NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS  
E DA EMIGRAÇÃO**

**Direcção**

Director do Serviço  
de Informação  
e Apoio Cultural  
da S. E. N. E. E.

**Edição**

Serviço de Informação  
e Apoio Cultural  
da S. E. N. E. E.

**Sede**

Ministério  
dos Negócios Estrangeiros  
Palácio das Necessidades  
1.º Piso  
Largo do Rilvas  
Lisboa  
Portugal  
Telefs. 67 67 00/1/2

**Composição  
e impressão**

Mirandela & C.ª  
Travessa Condessa do Rio, 7-9  
Lisboa  
Portugal

**Colaboração  
fotográfica**

ANOP  
Direcção-Geral da Divulgação  
«Diário de Notícias»  
«A Capital»  
Carlos Gil  
Mário de Oliveira  
Esteves dos Santos

# Índice



- 2 COMEMORAÇÕES DO 10 DE JUNHO
- 12 CARTA DE INTENÇÕES AO FMI
- 14 XIX FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA
- 15 XV FEIRA NACIONAL DA AGRICULTURA
- 16 FALECEU JORGE DE SENA
- 19 F.C. DO PORTO CAMPEÃO NACIONAL
- 24 SUPLEMENTO: NOVOS SINAIS DE TRÂNSITO
- 31 AÇORES E MADEIRA:  
AUTONOMIA EM DEBATE
- 32 VIAGEM PRESIDENCIAL AO BRASIL,  
VENEZUELA E EUA
- 41 ORGANISMOS DO CONSELHO DA EUROPA  
REUNIRAM EM PORTUGAL
- 42 COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL  
E ESPANHA
- 44 EMIGRANTES EM FÉRIAS
- 46 TOMÉ NOTA
- 51 OS LEITORES ESCREVEM
- 52 CIRCUITO DE CINEMA DA SENE E

PREÇO 30 ESCUDOS

N.º 29 / JULHO 78

Portugal hoje



# COMEMORAÇÕES DO 10 DE JUNHO

*O Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas foi comemorado com especial relevo na cidade de Portalegre, com a presença do Presidente da República, do Primeiro-ministro e de outras altas individualidades, assim como de 40 casais de emigrantes, especialmente convidados para assistirem às festividades. Mas as comemorações não se limitaram a Portalegre: por todo o País, no continente, nas ilhas e no estrangeiro, em países da Europa, África, América do Norte e do Sul, na Ásia e na Oceânia, o 10 de Junho foi festejado.*

Em Lisboa, a Assembleia da República dedicou um período dos trabalhos às comemorações do Dia de Portugal.

Na sua intervenção, o deputado Manuel Alegre (PS) realçou a revolução patriótica do 25 de Abril, afirmando que ela não podia deixar de fazer do 10 de Junho, o Dia de Portugal, e acrescentou: «Comemoramos uma e outra data numa mesma perspectiva: a perspectiva da liberdade e da grandeza nacional.»

Depois de citar Fernando Pessoa — «a minha Pátria é a língua portuguesa» — Manuel Alegre parafraseou aquele poeta dizendo: «A nossa Pátria é a língua de Camões, é a nossa fronteira natural, uma fronteira que não separa mas une».

A concluir a sua intervenção, o deputado viria a acentuar a presença do povo português em todo o mundo, salientando: «Nos cinco continentes trabalham e vivem portugueses. Nos cinco continentes pensa-se e fala-se em português. Por isso, o Dia de Camões é também o Dia das Comunidades».

## **RATIFICAÇÃO DE CONVENÇÕES DEFENDENDO INTERESSES DOS EMIGRANTES**

O porta-voz do grupo parlamentar do PSD, Teodoro da Silva, que começou por recordar «as tentativas levadas a cabo num passado recente, para destruir o valor de algumas figuras da nossa História», baseou a sua intervenção, quase exclusivamente, nos problemas e necessidades dos emigrantes, tendo referido as tarefas de apoio que, nesse âmbito, cabem ao Governo, e regozijando-se com a ratificação pela Assembleia, nesse dia, de duas convenções de grande importância para os emigrantes.

Por fim, Teodoro da Silva manifestou o seu contentamento pelas recentes declarações do Chefe de Estado, o qual se mos-

trou sensível a alterações dos mecanismos constitucionais de modo a permitir aos portugueses espalhados pelo mundo, participar na votação para a eleição do Presidente da República.

## **«COMPREENDER UMA DATA»**

O orador seguinte, Manuel Canaverde (CDS), a propósito do Dia de Portugal, disse que «compreender uma data não é expressão menos confusa que compreender um homem». Este deputado sublinhou depois o real significado e simbolismo do dia 10 de Junho e, mais adiante, comparou o português ideal de Camões — «o cavaleiro andante, intermediário entre continentes e povos, amigo da honra e não da fazenda» — com o português ideal do Portugal de hoje que deve ser criador de «fazenda» a distribuir com justiça por todos, «numa riqueza que é preciso arrancar ao apertado do território e à exiguidade relativa dos seus recursos naturais».

Manuel Gusmão, deputado do PCP, lembrou, na sua intervenção, o aproveitamento que o fascismo fez de Camões e referiu que esse objectivo falhara «porque Camões como o Povo Português e, aliás, qualquer povo, são maiores e mais fortes do que a servidão a que o fascismo o quis reduzir».

## **«O NASCIMENTO DE UM MUNDO NOVO»**

Analisando a obra de Camões, Manuel Gusmão acentuou que o poeta cantara «a mudança que no seu mundo se processava, o nascimento de um mundo novo, em que se desenvolverão as forças produtivas e a ciência, em que se libertarão, embora contraditoriamente, forças enormes que irão repercutir-se ao longo dos séculos». A terminar, lembrando o significado e a projecção do poema de Camões no Portugal de Abril, o deputado do PCP diria que as classes trabalhadoras são «as mais consequentes portadoras do futuro democrático e inde-

pendente da Pátria, do seu futuro que será socialista».

O último orador desta sessão foi Acácio Barreiros (UDP), o qual frisou que o Dia de Portugal constituía «o retorno ao passado», tendo considerado ser «o 25 de Abril realmente o Dia do Portugal novo que está no coração do seu povo e dos emigrantes». Mais adiante, Acácio Barreiros acrescentou: «Fazer do 25 de Abril o Dia de Portugal e das Comunidades, é uma prova de patriotismo; fazê-lo do 10 de Junho, é tentar consolar o Povo com o passado, sonhando-lhe o futuro».

Em Portalegre, as comemorações iniciaram-se no dia 6 com diversas manifestações populares de carácter cultural, recreativo e desportivo, tendo atingido o seu ponto culminante nos dias 9, 10 e 11 de Junho, com a presença na cidade alentejana do Presidente da República e do Primeiro-ministro.

## **UM DIA DE FESTA PARA TODOS OS PORTUGUESES**

Mário Soares, em resposta à saudação de boas-vindas que lhe dirigiu o Presidente da Câmara de Portalegre, afirmou: «O dia das Comunidades é um dia de festa para todos os portugueses. Um dia em que todos nós temos de esquecer aquilo que por acaso nos divide — e que não é extremamente importante — para nos concentrarmos naquilo que nos une a todos e que é o facto de todos sermos portugueses e de todos, por igual, sentirmos a nossa terra».

O Primeiro-ministro, acompanhado pelo major Vítor Alves, presidente da Comissão Organizadora do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, depois de ter participado, em Castelo de Vide, num almoço de confraternização com 40 casais de emigrantes e com os representantes das autarquias locais, inaugurou uma exposição de tapeçarias de Portalegre e uma exposição de pintura de temática alentejana.

*Portalegre foi, este ano, o centro das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas: na imagem, o Presidente da República e a sua comitiva percorrem uma das ruas da cidade, sendo alvo de calorosa recepção.*



Ramalho Eanes, acompanhado por sua esposa, agradece os aplausos da multidão.



Uma saudação efusiva e sincera ao Chefe de Estado.



Aspecto da assistência que presenciou os vários momentos das celebrações de 10 de Junho, em Portalegre.



O escritor Fernando Namora ao pronunciar o seu discurso.



O Presidente da República cumprimenta o prof. Henrique de Barros, a quem foi atribuída a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.



A actriz Amélia Rey Colaço foi condecorada por Ramalho Eanes com o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago de Espada.

No dia 10, a cidade de Portalegre, escolhida para local das comemorações por decisão presidencial com o fim de, segundo afirmou o major Vítor Alves, «voltar a atenção do País, por alguns dias, para o interior», foi despertada por um desfile das bandas filarmónicas de Alegrete, Veiros, Galveias, Tolosa, Crato e Elvas.

### CHEGADA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

À sua chegada, o Presidente da República passou revista às forças em parada, sob muitos aplausos da multidão que o aguardava. Transportado numa carruagem puxada por cavalos da região, o general Ramalho Eanes deslocou-se aos Paços do Concelho onde, na sessão de boas-vindas, o Presidente da Câmara, Fernando Soares, se referiu ao facto de poder contactar, conviver e confraternizar com «o general democrático, sereno, disciplinado e disciplinador». Mais adiante, a propósito das relações entre a cidade e o campo, o presidente da edilidade, afirmaria: «Não poderá continuamente a província ser o sacrifício, o trabalho, o esquecimento, sendo ainda ela a base sólida e fundamental da autoridade legalmente constituída». Fernando Soares, em nome da cidade, dirigiu também uma saudação aos emigrantes presentes, dizendo: «Quero que leveis a certeza do nosso apoio e confiança no futuro, da preocupação que são também para nós os vossos problemas e que tudo faremos para que sejam menores».

Em resposta, o Presidente da República, num breve improviso, prestou homenagem a todas as Câmaras do País, «Câmaras que terão de ser um instrumento privilegiado na construção da democracia, nas transformações que importa fazer para que a vida em todos os lados seja uma vida realmente vivida pelos respectivos habitantes, de tal maneira que a democracia possa ser real, completa, saindo do formalismo que, nesta altura, ainda a limita».

### «O DIA PARA NOS RATIFICARMOS COMO POVO»

Na sessão solene das comemorações do Dia de Portugal, o escritor Fernando Namora — convidado para participar nas cerimónias — teceu algumas considerações sobre a personalidade histórica do homem português, dizendo a dado passo: «Não fizemos apenas a nossa história. Fomos dos povos que fizeram também a história do mundo. Isto não pode ser negado mesmo por

aqueles que têm gosto nas tintas negras com que se flagelam ao espelho da memória colectiva».

Fernando Namora referiu-se depois a Camões e a «Os Lusíadas» e a propósito da data que se celebrava, que considerou «o dia que escolhemos para, em cada ano, nos ratificarmos como povo», defendeu que a cultura «nunca pode ser separada da vida de todos os dias e que toda a acção cultural transfiguradora tem de ter em conta esse quotidiano».

### «OS LUSÍADAS» E OS EMIGRANTES

Discursando a seguir, o Presidente da República começou por falar de Portalegre, cidade que, naquela data, constituía «o coração de um País repartido pelo mundo», para depois se deter no conceito da Pátria, «a comunidade de História e destino representada e assumida por cada português». Referindo-se ao sentido do poema de Camões, Ramalho Eanes observou: «heroísmo de «Os Lusíadas» actualiza-se e democratiza-se literalmente através dos emigrantes: enganam-se os que pensam que a aventura da emigração se realiza sem génio, sem coragem, sem vontade decidida de vencer e, até mesmo, sem grande desolação de todas as solidões e de todas as derrotas». Considerando urgente alertar a consciência nacional para os problemas da emigração, o Presidente Eanes salientou, mais adiante: «Tendo procurado e encontrado na aventura do desconhecido, meio de repudiar a sujeição dos vencidos que parecia caber-lhes na sua própria Pátria, os emigrantes elevam o nome do País pelo menos tão alto como os portugueses de antanho. Trabalham com honestidade, com eficácia, com fraternidade, procedendo como se o homem a seu lado fosse sempre um irmão e nunca um inimigo (...). O País não pode continuar a ignorar as ansiedades dos emigrantes, supondo erradamente diluídas no bem-estar material as carências inalienáveis de milhares de portugueses ausentes do solo pátrio».

### OS ESFORÇOS EMPREENDIDOS PELO GOVERNO

Neste capítulo, o general Ramalho Eanes pôs em realce os esforços empreendidos nos dois últimos anos, os quais permitiram alargar o diálogo com os núcleos de emigrantes e reforçar a solidariedade entre todos os portugueses, e acentuou que o

Governo «tem defendido os interesses das comunidades, através de acordos e convenções celebrados para a protecção dos seus direitos». Neste aspecto, a abertura de Portugal à Europa, disse Ramalho Eanes, «permitirá decerto reforçar as garantias mínimas, como o direito dos emigrantes à segurança no emprego, à sua habitação condigna e à participação na vida colectiva no país de acolhimento», garantias que, segundo afirmou o Presidente, devem decorrer dos princípios que norteiam a Comunidade Económica Europeia.

### O CONGRESSO DAS COMUNIDADES EM 1980

O Chefe de Estado referiu-se ainda aos motivos que levaram à escolha de Portalegre para centro das comemorações do Dia de Portugal, Camões e das Comunidades, motivos em que avultam a «situação sócio-económica» daquela cidade e a «conveniência de aproveitar os acontecimentos de projecção nacional para intensificar o contacto dos órgãos de poder e da opinião pública com as áreas deprimidas no interior do País». Depois de evocar as condições de vida das populações do interior e de chamar a atenção para a «fronteira de desenvolvimento» que separa os portugueses, o general Ramalho Eanes terminou o seu discurso, afirmando: «A necessidade de reconhecer, estreitar e fortalecer os laços que unem os portugueses dispersos pelo mundo, conduzir-nos-á certamente a formular uma nova filosofia da emigração. E em 10 de Junho de 1980, quando nos reunirmos, num grande Congresso das Comunidades Portuguesas, para celebrar o quarto centenário da morte de Camões, poderemos decerto, em conjunto, definir políticas de emigração correctas e programas de acção adequados, tendo em vista o apoio aos núcleos de emigrantes e, mais do que isso, a união permanente entre todos os portugueses».

Durante a sessão, o major Vítor Alves leu uma mensagem enviada pelo Conselho da Revolução — «intérprete e garante do espírito renovador que anima a sociedade portuguesa» — a todas as nossas comunidades, tendo-se procedido também à entrega de condecorações a 14 cidadãos — personalidades entre as quais se incluem, a título póstumo, os professores Jorge de Sena e Vitorino Nemésio —, a fim de distinguir o esforço por eles desenvolvido «em prol de Portugal».



*Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Portalegre: aspecto das exibições acrobáticas da esquadilha «Asas de Portugal», da Força Aérea Portuguesa; Ramalho Eanes, acompanhado por Fernando Namora e pelos chefes de Estado-Maior da Força Aérea e do Exército, durante o desfile do «Portugal que canta e que dança», onde o folclore teve papel de destaque; em baixo, à esquerda, alguns dos casais de emigrantes expressamente convidados para assistirem a estas comemorações.*





### PORTUGAL QUE CANTA E DANÇA

A sessão comemorativa atingiu o seu momento mais comunicativo, espontâneo, livre e rico de imprevisto, com uma grande manifestação, na Avenida das Forças Armadas, do Portugal «que canta e que dança», desde Viana do Castelo às ilhas do Atlântico.

O espectáculo começou com um cortejo aberto por uma representação dos Bombeiros Voluntários do Distrito e por Bandas de Música de Alter do Chão e Arronches, prosseguindo com a actuação do Grupo Folclórico da Fajã de Baixo (S. Miguel-Açores), dos Ranchos de Campo Maior e do Crato, do Grupo Boa Nova (ilha da Madeira), do Grupo Infantil de Fronteira (Elvas), dos Grupos da Meadela (Viana do Castelo), Oliveira de Azeméis, Marvão, Luz de Tavira, Monforte, Nisa e, por fim, com a representação de Portalegre que incluiu ranchos e bandas de música de Ponte de Sôr, Sousel e Castelo de Vide, e a representação da indústria local.

O Presidente da República depois de jantar no Batalhão de Infantaria de Portalegre, assistiu a um espectáculo de variedades no Estádio Municipal. Do programa desta sessão constavam ainda a exibição de ranchos folclóricos, apresentação de cavalos da Coudelaria de Alter do Chão e fados por Lucília do Carmo.

No dia seguinte, Ramalho Eanes visitou, ainda em Portalegre, as exposições de Arte Infantil e Juvenil, de pintores naturais do Alentejo e de Tapeçaria e Cartão, assim como a fábrica de lanifícios, a mais importante unidade industrial da cidade.

### CERIMÓNIAS DO 10 DE JUNHO EM MACAU

Em Macau, o ministro da Reforma Administrativa, Rui Pena, ao discursar na sessão solene comemorativa do 10 de Junho, afirmou que «Macau não é apenas a bandeira a recordar o nosso passado glorioso do

ciclo do império» mas «a seta a indicar o nosso caminho do futuro, a nossa maneira de estar no Mundo, a demonstração irrefutável da nossa vocação de diálogo e compreensão universais, que Portugal conserva em relação aos outros povos e que o coloca numa posição de interlocutor válido, moral e politicamente, privilegiado no concerto das nações».

Este membro do Governo, que permaneceu neste território até 11 de Junho, para além de participar nas principais actividades oficiais, visitou empresas e estabelecimentos fabris, assim como as ilhas de Taipa e Coloane, onde se encontram em curso importantes empreendimentos. Rui Pena teve ainda oportunidade de contactar com o representante da comunidade chinesa local, Ho Yin, e com a «Associação para a Defesa dos Interesses de Macau» (ADIM). Entretanto, pela primeira vez, a comunidade macaense assistiu à projecção de alguns filmes portugueses em sessões comemorativas do 10 de Junho.

# IMPRENSA REGIONAL: ELO DE LIGAÇÃO ENTRE O PAÍS E AS COMUNIDADES PORTUGUESAS RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

Comunicar para compreender, compreender para participar: acção da Imprensa Regional em relação às Comunidades Portuguesa, espalhadas pelo Mundo, de modo a tornar-se um elo de ligação com estas Comunidades.

Só como realidade e suporte de comunicação, no País, poderá desenvolver uma participação dentro das Comunidades.

Sem me deixar arrastar por qualquer triunfalismo simplista, penso que a Imprensa Regional existe, no sector da comunicação social portuguesa, certamente, mais saliente em quantidade, sem que, no entanto, lhe falte qualidade aceitável. Por outro lado, dentro das limitações técnicas e humanas, é aquela que mais longe chega e mais capacidade tem (e esta é uma grande qualidade) para comunicar aos Portugueses, residentes fora do País, as suas notícias: quer porque está mais ligada aos ambientes de origem dos Emigrantes, quer mesmo pela sua linguagem.

Sem dúvida, estas qualidades são tidas em conta pelas Comunidades residentes no estrangeiro, pois permitem (mais que os grandes meios de comunicação) uma melhor compreensão da vida local portuguesa.

Na verdade, a Imprensa Regional está mais próxima do concreto, do dia a dia local,

da realidade que as Comunidades vivem e é através deste meio que enfrentam, embora em ausência física, os seus «iguais», a sua terra; não para estimular competições, mas para compreenderem (compreender para construir), e melhor aceitarem a sua terra.

Assim, a Imprensa Regional está mais apta a unir o sentir de todos os Emigrantes que, na sua maior parte, partiram do mundo rural (onde se implanta mais esta Imprensa).

Esta ruralidade (que não significa pacovice) é o mais rico complemento do urbanismo dos países desenvolvidos onde vivem. Ruralidade que é a expressão da voz da terra natal, do sofrer, da alegria e das «coisas» novas da velha terra onde nasceram.

Se a distância, pode ser meio para melhor compreender situações novas, desvendar a obscuridade de factos que a visão cosmopolita da imprensa diária nos dá, a imprensa local favorece, igualmente, a visão universal dos problemas. Esta tem de assentar, antecipadamente, numa visão particular, local, dos problemas, das esperanças, das actividades... sob pena de se marginalizar as pessoas da própria vida.

A Imprensa Regional, na medida em que chega às Comunidades Portuguesas ajuda-as,

mais do que qualquer outro meio, a compreenderem as questões que se põem ao Mundo e a Portugal.

Sem intenção de justificar o que quer que seja, torna-se claro que a Imprensa Regional comunica Portugal e estimula para uma participação. E neste sentido é um verdadeiro elo e, ao mesmo tempo, apelo à responsabilidade de todos.

Se o afastamento provoca tomadas de consciência, os Emigrantes podem testemunhar o que devem ou não devem à Imprensa Regional, por vezes, injustamente avaliada.

Neste Dia de Portugal, das Comunidades, de Camões — em que saúdo todos os Portugueses, espalhados pelo Mundo —, dia de sentir comum e de esperanças, mais desejando comunicar para construir, como as palavras do nosso Épico na sua carta da Índia: «(...) É o mais certo costume da Fortuna: consentir que mais se deseje o que mais presto há-de negar».

JOSÉ DIAS HEITOR PATRÃO

Director do semanário

«O Distrito de Portalegre»





Um automóvel decorado com motivos portugueses, assinalando as celebrações do dia 10 de Junho na cidade norte-americana de Danbury, no Estado de Connecticut (foto de António G. Ferreira).

«Tendo procurado e encontrado na aventura do desconhecido, meio de repudiar a sujeição dos vencidos que parecia caber-lhes na sua própria Pátria, os emigrantes elevam o nome do País pelo menos tão alto como os portugueses de antanho. Trabalham com honestidade, com eficácia, com fraternidade, procedendo como se o homem a seu lado fosse sempre um irmão e nunca um inimigo.»

(Extracto do discurso do Presidente Ramalho Eanes, em Portalegre).

## 10 de Junho foi comemorado no estrangeiro

Manifestações culturais, recreativas e desportivas caracterizaram as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas em diversos países onde residem e trabalham emigrantes portugueses. Momento de alto significado patriótico, esta jornada do «10 de Junho» constituiu o dia do povo português, espalhado pelos cinco cantos do mundo, dia em que se recordou, mais do que nunca, a vida e obra do grande épico que foi Luís Vaz de Camões e o contributo inesquecível que, com a sua obra poética, trouxe à cultura de língua portuguesa. Numa síntese breve, enunciámos a seguir algumas das principais iniciativas que tiveram lugar em 37 países onde existem numerosas comunidades portuguesas: África do Sul, Alemanha Federal, Angola, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Bermudas, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Guiné-Bissau, Holanda, Hong-Kong, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Marrocos, México, Moçambique, Noruega, Paquistão, S. Tomé e Príncipe, Suécia, Suíça, Uruguai, Venezuela, Zaire e Zâmbia.

Acrescente-se que conhecidos artistas do fado e do «music-hall» nacional, entre os quais Simone de Oliveira, Thilo Krassman, Vitor Mamede, Manuel de Almeida, Ada de Castro, José Cheta, José Barata Moura, Fernando Farinha e o Duo Ouro Negro, actuaram em Hamburgo, Stuttgart, Dusseldorf, Luxemburgo, Bruxelas, Buenos Aires e na Guiné-Bissau.

Em Inglaterra tiveram lugar festas infantis, uma exposição de gravura e pintura e uma palestra sobre a vida e obra de Fernando Pessoa.

Por seu turno, na Suíça, três das sete associações de trabalhadores portugueses comemoraram o Dia das Comunidades, com festivais desportivos, bailes e conferências.



Simone de Oliveira, José Cheta, Fernando Farinha e o Duo Ouro Negro foram alguns dos artistas que, em diversos países estrangeiros, actuaram junto das comunidades portuguesas durante as comemorações do 10 de Junho.

No âmbito das recepções comemorativas oferecidas por embaixadores de Portugal, destacaram-se as que se realizaram em Paris, na Santa Sé e na Guiné-Bissau. No Luxemburgo, Japão e Cabo Verde, foram promovidos concursos de desenho e poesia para crianças, tendo sido projectados diversos filmes portugueses.

#### ÁFRICA DO SUL

Também neste país as entidades oficiais distinguiram o Dia de Portugal, tendo estado presente às comemorações o ministro da Imigração e do Interior sul-africano, assim como o «mayor» da Cidade do Cabo. Nas cidades de Durban e Natal foram proferidas palestras alusivas à efeméride. Na cidade de Joanesburgo, no estádio do «Lusi-

tano», decorreu um grande almoço com a participação de milhares de pessoas, sendo nele servido vinho português, especialmente importado para o efeito. O jornal sul-africano «Star» aproveitou a data para homenagear a presença dos portugueses e exaltar o exemplo da nossa comunidade ali residente.

#### ARGENTINA

Na capital deste país, Buenos Aires, associações de portugueses e representantes diplomáticos apoiaram a realização das comemorações. O Duo Ouro Negro participou num espectáculo, organizado em Buenos Aires e, no dia 13, a televisão local incluiu entrevistas com os presidentes da Sociedade Portuguesa de Beneficência e Socorros Mútuos e do Clube Português.

Houve ainda a apresentação televisiva de um programa de danças e cantares populares portugueses pelo Rancho Folclórico «Centro Pátria Portuguesa».

#### AUSTRÁLIA

Durante toda a semana das comemorações esteve aberta ao público, no salão municipal de Marrickville, uma exposição de artigos portugueses de carácter artístico e cultural. Nas festividades, destacou-se um programa dedicado às crianças das escolas portuguesas, composto por recital de poesias, exibição do Rancho Folclórico Infantil «Aldeias de Portugal», distribuição de diplomas do ano lectivo e livros infantis. A Embaixada de Portugal ofereceu uma taça para disputa por todas as equipas de futebol da comunidade, tendo a organização do torneio

sido entregue à responsabilidade do Clube Português de Sydney. As comemorações, que se alargaram de 4 a 11 de Junho, incluíram ainda provas de ciclismo, onde foram disputadas taças de seniores, juniores e juvenis.

## BRASIL

Dois sessões comemorativas assinalaram as festividades evocativas do «10 de Junho» na cidade do Rio de Janeiro. A sessão oficial contou com a presença de representantes diplomáticos portugueses e realizou-se no Gabinete Português de Leitura. Uma outra, promovida por círculos da comunidade portuguesa aqui residente, efectuou-se no Liceu Literário Português e a ela presidiu como orador o dr. Sá Carneiro, convidado para se deslocar ao Brasil pelo semanário «Voz de Portugal».

## CANADÁ

Na cidade de Montreal as comemorações iniciaram-se na manhã do dia 10, com cerimónia inaugural na Praça de Portugal. A introdução do nome de Portugal na toponímia desta importante cidade do Canadá, deixa bem expressa a importância que é reconhecida pelas autoridades locais à comunidade portuguesa que ali trabalha e reside. Em Vancouver, a televisão transmitiu uma entrevista com o vice-cônsul sobre o significado do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

## ESTADOS UNIDOS

A Associação Cívica Portuguesa de Nova Iorque participou na organização das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, assim como todas as associações de portugueses residentes no estado de Nova Iorque. Da organização destas comemorações fizeram ainda parte o Consulado-Geral de Portugal, TAP, Centro de Turismo, Fundo de Fomento de Exportação e Banco Totta & Açores.

O programa completo incluía uma tarde de música pela banda de Elmsford, um jogo de futebol entre as selecções dos clubes membros da Associação Cívica Portuguesa e a exibição de ranchos folclóricos. Foram convidadas a assistir às comemorações diversas entidades portuguesas e americanas, para as quais houve uma pequena cerimónia frente à Câmara Municipal. Como momento mais alto das comemorações sa-

liente-se uma grandiosa parada onde, para além de grupos folclóricos, tomaram parte no cortejo a Banda dos Escuteiros da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, de Newark, as crianças da escola Primeiro de Dezembro e as da escola de S. Pedro e S. Paulo, os grupos de futebol do Elizabeth Portuguese Soccer Club, a «troupe» dos escuteiros da Igreja de Nossa Senhora de Fátima e quase todas as sociedades da Igreja, acompanhadas dos seus estandartes e insígnias.

Na Califórnia, as cerimónias iniciaram-se no dia 3 de Junho, nas áreas centro e norte com o hastear das bandeiras portuguesa e americana no município de San José, acompanhado por duas filarmónicas da comunidade local. A este acto assistiram o Bispo Coadjutor de Angra do Heroísmo e o Cônsul de Portugal em S. Francisco, assim como algumas centenas de portugueses. Na cidade de Tracy, realizou-se um banquete em homenagem à Banda Filarmónica «Unánime Praiense», do Faial (Açores), que propositadamente se deslocara aos Estados Unidos, no âmbito das comemorações. No dia 4, na Igreja Nacional Portuguesa das Cinco Chagas, em San José, teve lugar missa solene celebrada pelo Bispo Coadjutor de Angra do Heroísmo, D. Aurélio Granada Escudeiro, à qual se seguiu um cortejo de carros antigos e um almoço em honra dos pioneiros portugueses que ajudaram a fundar e desenvolver a cidade de San José e todo o extenso vale de Santa Clara, na Califórnia. Finalmente houve um torneio de futebol entre clubes portugueses para disputa de uma taça, intitulada «Vitorino Nemésio».

## FRANÇA

As comemorações do «10 de Junho» iniciaram-se mais cedo neste país, contando-se para tal com a presença do major Vítor Alves, membro do Conselho da Revolução e presidente da Comissão Organizadora do Dia das Comunidades, nomeadamente na inauguração das celebrações na cidade de Meaux, onde se realizaram várias festividades e se concentraram milhares de portugueses. Por outro lado, em Sartrouville, teve lugar um festival de folclore organizado pela comissão inter-associações da área consular de Versailles, integrado nas comemorações do 10 de Junho e que contou com a presença do embaixador de Portugal em Paris, dr. Coimbra Martins; a lotação da sala onde decorreu a exibição (750 lugares) foi completamente esgotada. No final, foram atribuídos os primeiros e segundos

prémios aos ranchos folclóricos das associações de Breutillet e Sartrouville, respectivamente, bem como aos ranchos infantis de Plaisir e Bretigny-Sur-Orge. Entretanto, o Orfeão de Vila Praia de Âncora deslocou-se a França, onde permaneceu até ao dia 19, tendo actuado em diversas localidades para núcleos de trabalhadores portugueses. Este Orfeão, composto por 50 figuras, participou em Paris, a convite da cadeia de rádio e televisão «Europa 1», no desfile que se realizou nos Campos Elíseos, com a participação de grupos de 20 países.

No sudoeste da França, em Angoulême, La Rochelle, Charters, Bayonne e Bordéus, decorreram manifestações culturais e desportivas. Em Bordéus foi assinado um acordo entre as Câmaras Municipais desta cidade e da cidade portuguesa do Porto, que lhes conferirá um estatuto de cidades irmãs. A fragata «Comandante Roberto Ivens» atracou no cais de Bayonne e, depois, em Bordéus, onde esteve aberta aos visitantes.

Em Tours, Bourges, Le Mans e Mimoges, foram levadas a cabo diversas festas nas escolas portuguesas. Por último em Turcoing, um grupo de teatro português representou uma peça do seu repertório.

## HONG-KONG

Neste território das «portas do oriente» foi organizada uma recepção consular no dia 9 de Junho, seguida de um «Dia Desportivo» com jogos de hóquei em campo, ténis, mahjong e badminton, terminando com um arraial à portuguesa. Houve também uma exposição de livros, gravuras e discos e entrega de livros às universidades de City Hall e Arts Centre.

## MARROCOS

A subcomissão de Rabat organizou concursos de Petanque, uma recepção-confraternização e dois pequenos concertos de música portuguesa (clássica e popular) na Rádio Nacional Marroquina.

## MÉXICO

A televisão e rádio mexicanas emitiram uma série de programas dedicados a Portugal. A televisão apresentou uma entrevista com o embaixador de Portugal, José Fernandes Fafe, seguida da passagem de um filme de características turísticas. A rádio, por seu turno, lançou um programa especificamente dedicado ao 10 de Junho.



# CARTA DE INTENÇÕES AO FMI

O Ministério das Finanças e do Plano divulgou a «Carta de Intenções» que o Governo Português enviou ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa carta inclui as medidas consideradas adequadas para alcançar os objectivos do programa governamental e nela se prevê que, no plano orçamental, haja um saldo positivo nas operações correntes do sector público, um incremento das despesas de capital em termos reais e que o défice global do sector público, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) baixe 6 por cento, no ano económico que terminará em fins de Março de 1979.

Naquela «Carta de Intenções» é recordada a dificuldade que se verificou em controlar os desequilíbrios internos e externos e os seus efeitos sobre a balança de pagamentos, facto que veio agravar o desajustamento estrutural da economia portuguesa, pelo que a política económica passará a ser orientada no sentido de se conseguir a supressão destes problemas estruturais. A estratégia adoptada a médio prazo tende a reestruturar e a aumentar a produtividade na indústria e a modernizar a agricultura.

Ao mesmo tempo, proceder-se-á a um esforço considerável de estabilização com vista a criar as bases sólidas da reconstrução e desenvolvimento económico de Portugal, a longo prazo.

Por esta razão, o Governo autorizou o Banco de Portugal a solicitar ao FMI um acordo ao abrigo do qual poderá comprar moedas aos países membros do Fundo, até ao montante de 70 milhões de dólares (mais de três milhões de contos). Este pedido visa apoiar o programa de estabilização que o Governo adoptou recentemente, de modo a consolidar a balança de pagamentos, a reduzir as tensões inflacionistas, a manter uma taxa positiva de crescimento da economia e a conter o desemprego. Estes objectivos serão alcançados através de restrições fiscais, monetárias e salariais e, conjugados com a nova política cambial, permitirão reduzir o défice da balança de transacções correntes de 1500 para 1000 milhões de dólares, até Março de 1979.

A principal fonte de expansão económica durante este ano virá das entradas líquidas de capitais, contando-se que aumentem de 150 para 200 milhões de dólares.

## RECUPERAÇÃO ECONÓMICA EM 1976/1977

A economia nacional, após a descida, em 1974, da taxa de crescimento do PIB para 4 por cento, recuperou sensivelmente em 1976 (subida para 6 por cento), admitindo-se que em 1977 o crescimento seja semelhante, apesar de a produção agrícola ter descido. Esta expansão permitiu transferir para a exportação e investimento uma parte dos recursos do consumo.

Entretanto, em 1977, a taxa de desemprego atingiu os 7 por cento e os salários reais terão diminuído também 7 por cento, pelo menos, pois a taxa de aumento de preços sofreu grandes alterações.

O défice comercial teve novo agravamento no ano passado, atingindo o montante de 2530 milhões de dólares, o que se deve à elevada taxa de expansão da procura interna resultante da recuperação da produção, do investimento e da acumulação especulativa de «stocks».

Esta deterioração foi compensada com o aumento das receitas provenientes do turismo e das remessas dos emigrantes.

## DESVALORIZAÇÃO DESLIZANTE E BALANÇA DE PAGAMENTOS

O Governo julgou conveniente passar de uma depreciação efectiva para um sistema de desvalorização deslizando do escudo. Paralelamente, procurará, com firmeza, reduzir as tensões inflacionistas, tendo decidido efectuar novos e substanciais aumentos das taxas de juros e da taxa de desconto do Banco de Portugal (de 13%-18% para 18%-23%).

Com a política monetária atrás mencionada pretende o Governo contribuir para a recuperação futura da balança de pagamentos e para conter a inflação. Para tal, foram indicados limites de crédito aos diversos bancos e manter-se-á sob rigorosa e contínua observação a evolução da base monetária.

## ESTABILIZAÇÃO INTERNA E POLÍTICA SALARIAL

Em 1978, consolidar-se-á a evolução favorável verificada em 1977, ano em que se obteve uma considerável redução do défice do sector público, que passou de 11 por cento do PIB (em 1976) para 8 por cento (em 1977).

Espera-se também um saldo positivo nas operações correntes do sector público, o que deverá ser atingido pela primeira vez desde 1974.

Foram substancialmente elevadas, em Abril, as tarifas da água, electricidade e gás e os preços dos transportes (de 35 a 50 por cento), enquanto os preços dos produtos alimentares essenciais tiveram aumentos superiores a 20 por cento.

Para atenuar este desajustamento, o salário mínimo foi aumentado cerca de 30 por cento, e para conter o aumento de custos, mantém-se a seguinte política de salários: aumento máximo de 20 por cento neste ano e mínimo de 12 meses para vigência dos contratos de trabalho.

No que diz respeito a contingentes de bens a importar, o Governo decidiu reexaminá-los no início do próximo ano, decidindo, simultaneamente, que todos os pedidos de importação de matérias-primas e de bens intermediários fossem autorizados automaticamente. O depósito prévio para importação foi abolido, continuando a aplicar-se a sobretaxa de 30 por cento (sobre 29 por cento do total das mercadorias importadas em 1976) e uma outra de 60 por cento (que abrange 2 por cento das importações, referentes a bens sumptuários). Aquela taxa de 30 por cento será abolida gradualmente a partir do próximo mês de Outubro, até Outubro de 1979.

É intenção do Governo analisar, em Janeiro de 1979, a evolução deste programa de resolução da crise e, nessa data, chegar a acordo com o FMI acerca de alterações que eventualmente venha a ser necessário introduzir, embora considere que as medidas preconizadas nesta «Carta de Intenções» são adequadas ao fim em vista.

## Novos Governadores Cívicos

Depois de consultas minuciosas entre os dois partidos que integram o Executivo, foram empossados sete novos governadores civis, que vêm completar o conjunto de representação governamental a nível dos distritos do continente. A orientação adoptada nesta escolha foi a de não proceder a substituições individuais, mas antes operar uma renovação mais vasta.

Em Lisboa, o ministro da Administração Interna, Jaime Gama, conferiu a posse aos novos governadores civis de Viana do Castelo, Bragança, Guarda, Portalegre, Setúbal, Évora e Beja, que perfazem o elenco da representação distrital do Governo, no continente.

No acto da posse, a que assistiram o Primeiro-ministro, Mário Soares, e diversos membros do Governo, Jaime Gama, no discurso então proferido, referiu-se à vasta renovação a que se procedera com a nomeação

dos sete novos governadores civis e sublinhou que «no âmbito global da democratização e humanização do Estado, o pior erro seria descentralizar o que deve ser rigidamente coordenado e persistir em manter centralizado o que deve ser rapidamente desconcentrado ou descentralizado». O ministro acentuou ainda que, para além dos sectores da actividade governativa que são inerentes a qualquer sistema político e da maior relevância em regime democrático, «outros passam por aquele ministério da Administração Interna», tais como «os assuntos próprios e democraticamente ditos do interior e cujo cabal funcionamento exige articulação orgânica com governos civis administrativamente funcionais, tecnicamente modernizados e politicamente intervenientes».

O ministro Jaime Gama sublinhou também que «pela primeira vez na história da democracia portuguesa, o CDS tem gover-



Tomada de posse dos novos governadores civis.

nadores civis», acrescentando: «Outro não poderia ser o desenvolvimento de uma solução política que, encontrada para resolver a crise do Governo, está a impedir, pela normalidade e exemplaridade do seu funcionamento, uma crise de regime.»

Os novos governadores civis são: Oliveira e Silva (Viana do Castelo) — que esteve indigitado para ocupar o cargo de ministro da Administração Interna, mas que, por doença súbita surgida

na altura, foi substituído por Jaime Gama —, M. Guerra Junqueiro (Bragança), E. Leitão Paulo (Guarda), Francisco Serrano Feitinha (Portalegre), M. Mata Cáceres (Setúbal), Fausto Martins (Évora) e Armando Almeida Manso (Beja).

Todos pertencem ao Partido Socialista, excepto o governador civil da Guarda que foi um dos fundadores do CDS e o de Bragança que tem posições próximas deste partido.

## Tribunal Cívico Humberto Delgado

O Tribunal Cívico Humberto Delgado que nasceu em Maio de 1977 e tem por objectivo principal julgar a PIDE/DGS e condenar o fascismo, teve, em Lisboa, as suas primeiras sessões públicas.

A primeira sessão do Tribunal Cívico Humberto Delgado (TCHD) iniciou-se com uma introdução do prof. Ruy Luís Gomes, presidente do júri, que apresentou os outros membros, procedendo-se em seguida à leitura do relatório do secretariado executivo do TCHD e das normas processuais a usar durante o julgamento. Nessa altura foi afirmado que o tribunal «não se quer substituir ao povo na condenação pública já proferida, nem aos tribunais vigentes e à sua obrigação de respeitarem a Constituição».

O prof. Orlando de Carvalho apresentou depois a fundamentação jurídica deste tribunal destinado a sensibilizar a opinião pública para o julgamento e condenação da PIDE/DGS, considerada globalmente como uma

organização criminosa, culpada de crimes contra a Humanidade e contra os direitos do povo português. Na sua intervenção, Orlando de Carvalho referiu-se à necessária descentralização do Direito e à «paciência que o povo tem demonstrado perante os ultrajes que a acção judicial lhe tem imposto contra os mais elementares princípios». Noutro passo da sua alocução, salientou que «está a ser cometido um crime de omissão pelas autoridades que têm o dever de julgar o fascismo», acrescentando que o TCHD surgiu para responder «ao apelo da indignação popular e dos antifascistas» e para «obrigar os Governos e responsáveis deste País a condenarem o que há muito deviam ter condenado».

### «A CONDENAÇÃO SEM ATENUANTES DA PIDE»

Em nome dos familiares das vítimas da polícia política do Estado fascista, falou Humberto

Delgado Lourenço, filha do general Humberto Delgado que acentuou, a dado passo: «Quero pois aproveitar esta oportunidade para protestar e denunciar perante a opinião pública nacional e internacional a passividade e a negligência dos principais responsáveis dos nossos órgãos de soberania».

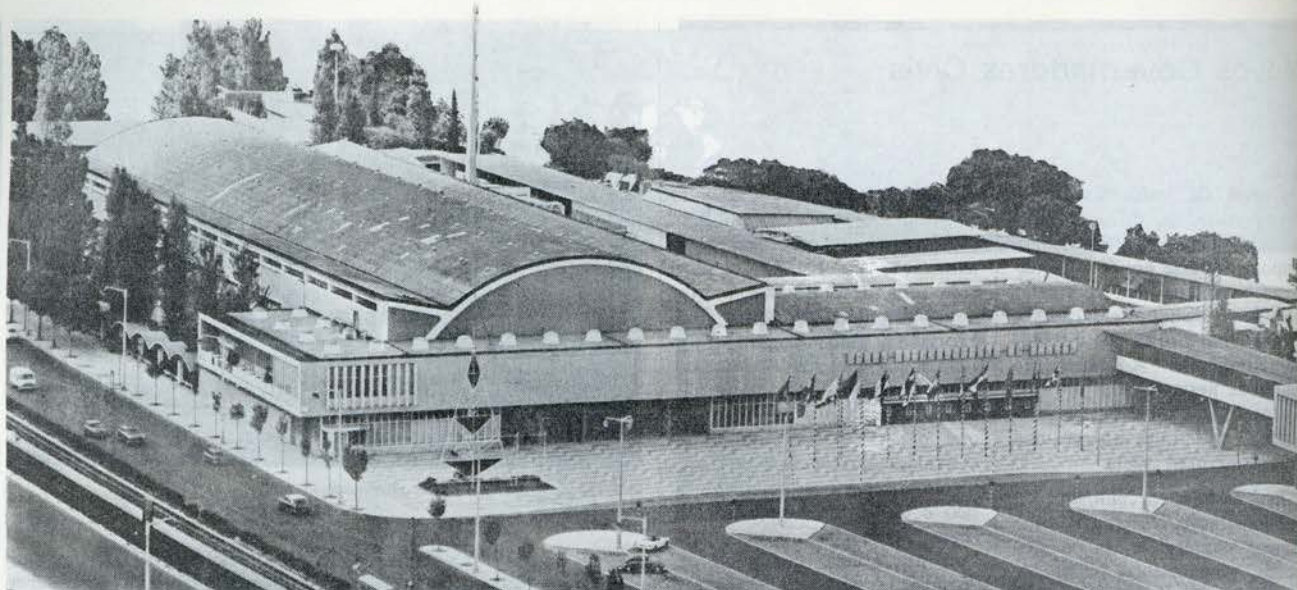
A intervenção de Carlos Candal, deputado do PS e membro do secretariado do TCHD, teve particular relevo pois pediu «a condenação sem atenuantes da PIDE» e «a erradicação do fascismo de toda a vida portuguesa», tendo acrescentado que «é necessário denunciar a manobra muito em voga de dizer que todos os agentes da PIDE eram motoristas, escrivães ou funcionários do serviço de fronteira», Carlos Candal sublinharia ainda que «toda a gente neste País sabia o que era e como actuava a PIDE e a necessidade de ganhar a vida não justifica o crime».

### OS RELATÓRIOS SECTORIAIS

Foram apresentados ao tribunal alguns relatórios sectoriais relacionados com as actividades da PIDE/DGS, a saber: rela-

tório de ordem médica contendo a análise dos efeitos dos métodos usados pela PIDE sobre a saúde dos presos, no qual se sublinha que verificados 100 depoimentos de ex-presos políticos, se conclui que em 82 por cento dos casos foi lesada a sua saúde física, psíquica ou sensorial; relatórios sobre a organização da PIDE/DGS e a sua colaboração com administrações de empresas privadas, sobre o papel da informação na estrutura daquela polícia política e ainda um outro sobre a actuação da PIDE/DGS em África, referindo os campos de concentração que controlava e os métodos de repressão e tortura utilizados contra os guerrilheiros dos movimentos de libertação.

Recorde-se que o TCHD foi criado no ano passado, em Maio, por decisão de um grupo de cerca de 60 democratas e antifascistas, para proceder à recolha e análise de todos os testemunhos, depoimentos e provas contra a actuação da PIDE/DGS, em todos os sectores onde exercia a sua actividade. O tribunal tem um júri composto de 21 personalidades que representam diversas correntes de opinião.



# 19.<sup>A</sup> FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

*Constituindo o maior certame até hoje realizado no País, a 19.<sup>a</sup> Feira Internacional de Lisboa (FIL), contou com a presença de 794 expositores originários de cerca de 50 países e teve como objectivo fundamental promover e incrementar a actividade económica e comercial do País, com vista à integração próxima no Mercado Comum.*

Encontrando-se inscrita na União das Feiras Internacionais (UFI) desde a sua segunda edição, facto a assinalar pois normalmente tal acontece apenas depois de realizadas cinco edições de uma feira, a FIL transformou-se, desde 1949 (ano do primeiro certame), num grande centro de intercâmbio de tecnologia e de negócios, com uma mostra genérica da actividade industrial nacional que acabou por ser um ponto de confluência obrigatória dos industriais e comerciantes portugueses e também de um número significativo de industriais e comerciantes estrangeiros.

## OBJECTIVOS DA FIL-78

Mantendo as características de grande feira internacional, a edição deste ano da FIL teve os seguintes objectivos: incrementar a participação nacional dos sectores abrangidos pelos certames especializados adiante mencionados; incrementar os sectores mais desenvolvidos da nossa actividade exportadora, incentivando ao mesmo tempo os sectores mais fracos; desenvolver a participação estrangeira (dos parceiros comerciais tradicionais ou de mercados novos), tendo particularmente em vista o desenvolvimento imediato dos laços comerciais com os países do Mercado Comum, de modo a facilitar o conhecimento dos problemas com que o País deparará no processo de integração na Comunidade Económica Europeia; incentivar ao mesmo tempo novas relações comer-

ciais com os países de expressão portuguesa; promover o sector da construção civil e organizar jornadas técnicas para discutir os problemas económicos nacionais.

## OS SECTORES REPRESENTADOS

Este ano a FIL, ocupando uma área de 42 mil metros quadrados, a maior de sempre, abrangeu representações de 19 sectores e sub-sectores industriais a saber: materiais, máquinas e equipamento de construção; mobiliário e equipamento de escritório; química industrial; indústrias eléctricas e electrónicas; indústrias metalomecânicas; embalagem, óptica e fotografia; brinquedos; construção e reparação naval e serviços diversos.

Neste conjunto, distinguiram-se o I Salão Internacional de Metalurgia, Metalomecânica e Electricidade e Electrónica Industriais (salão denominado SIEMME) e, ainda, o FILEME (salão de mobiliário e equipamento de escritório) e o FILPACK (salão de embalagens, máquinas e produtos). Acrescente-se que o sector das indústrias metalomecânicas (com 311 representações) foi o que teve maior participação (26,4% do total), seguindo-se o das máquinas e equipamentos para construção (com 21,3%).

## OS PAÍSES REPRESENTADOS

O número de representações oficiais estrangeiras tem vindo a aumentar atingindo agora o total de 38 países. Salientou-se neste domínio a participação directa da Comissão Executiva da Comunidade Económica Europeia que incluiu uma amostragem alargada e quase completa da actividade económica dos nove países membros do Mercado Comum.

Também os países árabes se fizeram representar pela sua Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa que reúne 22 nações, entre elas o Egipto, Marrocos, Arábia Saudita, Barein, Iraque, Koweit e Líbano, que expuseram cereais, produtos alimentares, farmacêuticos e químicos, petróleo, têxteis, equipamentos de transformação de ferro, aço, madeira, etc.

São ainda de sublinhar as participações oficiais da Bulgária, Espanha, Japão, Polónia, República Democrática Alemã e Senegal.

No que diz respeito a empresas expositoras, distinguiram-se, pelo seu elevado número, as da República Federal Alemã e da Inglaterra (com 82 e 81 expositores, respectivamente), seguindo-se a Itália (77), a França (62) e a Espanha (53).

## A PARTICIPAÇÃO NACIONAL

A representação portuguesa, para além de 272 empresas expositoras, incluiu a participação de uma dezena de organismos oficiais que pretenderam demonstrar a capacidade de resposta a problemas importantes de vários sectores industriais. Esses organismos foram o Ministério da Indústria e Tecnologia, o Fundo de Fomento de Exportação, o Instituto de Investimentos Estrangeiros, o Instituto dos Produtos Florestais, o Instituto Nacional de Seguros, a COSEC (Companhia de Seguros de Crédito), o Gabinete da Área de Sines, a Rodoviária Nacional, a Companhia de Transportes Marítimos e algumas instituições de crédito. Paralelamente, destacou-se a participação colectiva dos Estaleiros Navais-Indústria e Projectos Portugueses, organização que reúne 19 firmas ligadas à construção e reparação naval e ainda a I Exposição Internacional de Segurança Rodoviária que contou com o apoio de cerca de três dezenas de países.





# XV FEIRA NACIONAL DA AGRICULTURA

Decorreu em Santarém a XV Feira Internacional da Agricultura (FNA) que este ano comemorou as suas «bodas de prata». Efectivamente, a antiga Feira do Ribatejo, mercê do seu primeiro grande impulsionador, Celestino Graça, constituiu primeiramente uma manifestação sócio-profissional agrícola e folclórica da zona de Santarém e só passados dez anos foi classificada como nacional.

Hoje, a FNA é pólo centralizador não apenas da região agrícola ribatejana, mas também e sobretudo uma manifestação insubstituível de diversos aspectos da economia, da agro-pecuária (agricultura, pecuária, maquinaria agrícola, artesanato) e da cultura nacional.

No certame deste ano tiveram particular relevo actividades como o V Concurso Nacional de Equinos, o Concurso de Vinhos, o Concurso de Equitação, o Encontro Nacional de Adegas Cooperativas, o IV Jumping de Santarém, a II Lêgua Popular da FNA e o Festival Internacional de Fol-

clore. Para esta última manifestação cultural os organizadores da feira conseguiram garantir, a exemplo do que vem acontecendo há 20 anos a esta parte, a presença de muitos ranchos folclóricos nacionais (como os grupos de Vila Franca de Xira, da Romeira, dos Fontineiros da Maia, do Porto, da Azambuja, da Batalha, das Mouriscas, da Ribeira de Santarém, de Vila Praia de Âncora, da Região do Vouga, de Alpiarça, das Fazendas de Almeirim, de Castelo de Vide e do Calvário) e estran-



O presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, ao fundo, numa das tribunas da XV Feira Nacional da Agricultura, em Santarém.



Maquinaria agrícola em exposição na Feira.

geiros, vindos de Espanha, França, Finlândia, Polónia, Checoslováquia e URSS.

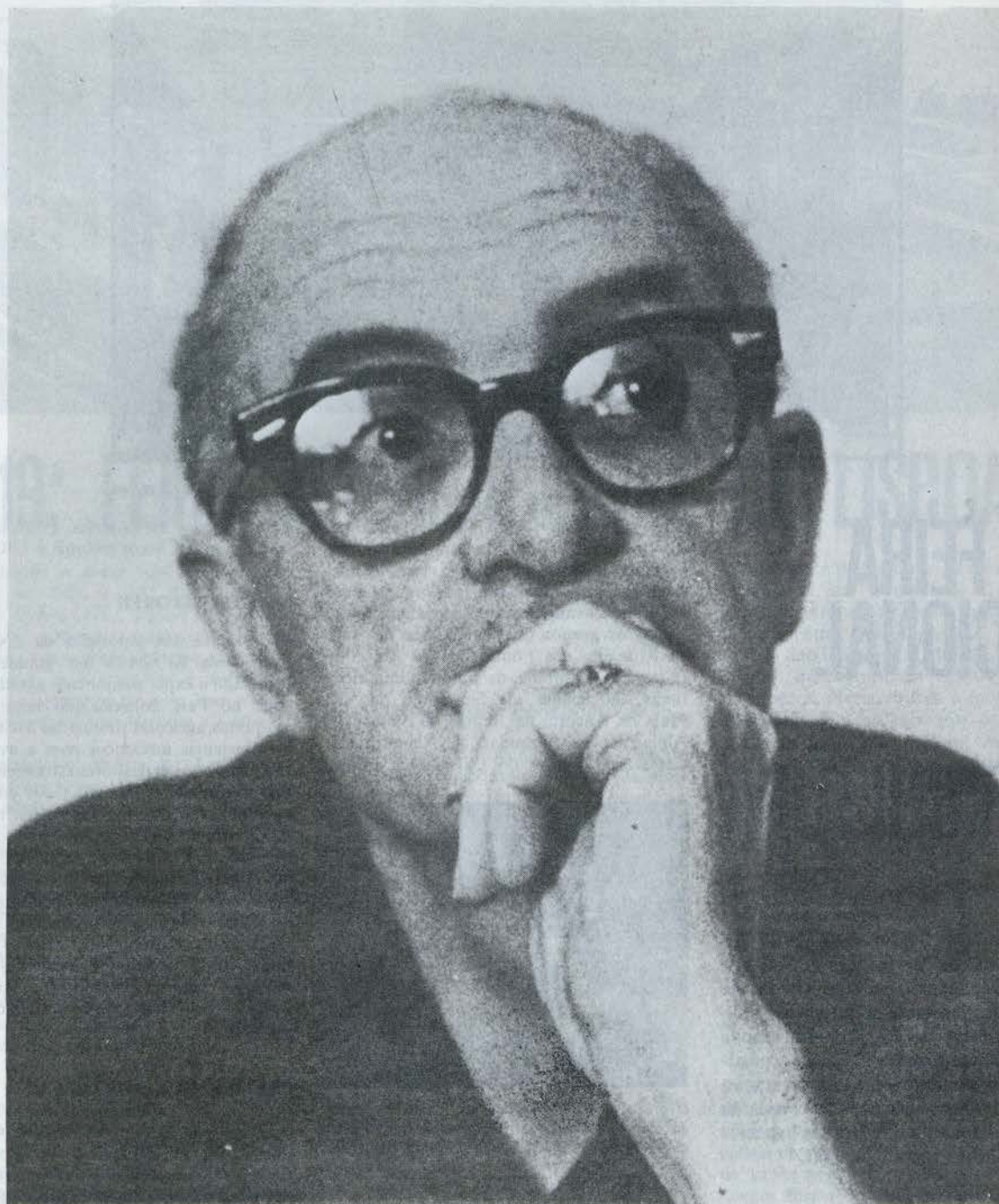
## OS EXPOSITORES

O parque das exposições da FNA constitui desde há muito um grande recinto destinado a expor maquinaria agrícola fabricada no País, sobressaindo neste ano as máquinas agrícolas destinadas à vinicultura e os sistemas mecânicos para a avicultura. Entretanto, os expositores estrangeiros acorreram em maior número (100) do que os nacionais (apenas 75). Os países, representados através das suas respectivas câmaras de comércio, foram a República Federal da Alemanha (com produtos pecuários e agrícolas), a Dinamarca (agricultura, pecuária e indústria), Itália (indústria), Holanda (agricultura e pecuária), Estados Unidos (agricultura, pecuária e indústria) e, pela primeira vez, a Espanha (pecuária) e a Bélgica (com um grupo de criadores de porcos).

## PANORÂMICA AGRÁRIA

O Ministério da Agricultura e Pescas através do seu pavilhão dedicado à actividade agrícola, pretendeu dar a conhecer aos visitantes os temas mais importantes da panorâmica agrária nacional e, ao mesmo tempo, proporcionar um contacto directo com os departamentos oficiais. Nesse sentido se situaram as seguintes actividades programadas: o II Grande Encontro das Adegas Cooperativas, a Jornada da Apicultura e as jornadas sobre horticultura, sanidade vegetal, olivais, fruticultura (especialmente frutos secos), povoamento florestal, pastagens e forragens.

São também de referir os colóquios organizados pela banca sobre «Os problemas financeiros da agricultura e pecuária portuguesas, perante a possível integração no Mercado Comum».



*«Porque para o amor, para todas as formas de amor, Camões arranja sempre uma desculpa, um louvor, ou a suprema divindade, porque esse amor é, para ele, a todos os níveis, a realidade última e a realidade sempre presente. Sem amor não há heróis nem há homens dignos desse nome.»*

**JORGE DE SENA**

*(Extracto do discurso proferido a 10 de Junho de 1977 na cidade da Guarda).*

# FALECEU JORGE DE SENA

A imprensa nacional, toda a imprensa, anunciou o falecimento do poeta, escritor, ensaísta e professor universitário Jorge de Sena, num hospital de Santa Bárbara (Califórnia) nos Estados Unidos da América. Unanimemente, todos concordam que com ele desapareceu uma das raras figuras de craveira universalista da cultura portuguesa!

Efectivamente, com Jorge de Sena pereceu uma das vozes mais lúcidas da intelectualidade portuguesa e uma das figuras mais contestatárias a certas formas de poder cultural e político, quando divorciadas daquilo que, em princípio, deveria ser a sua original gesta patriótica — o povo português, único veículo de cultura viva e perene!

Há um ano Jorge de Sena falou nas comemorações do «10 de Junho» na cidade da Guarda. Falou como emigrante, interpretando de modo singular algumas verdades históricas que tanto se arredam dos discursos de circunstância. Falou com a sua simplicidade típica, com o seu ardor apaixonado e, de tudo o que disse, algumas coisas comoveram profundamente pela sua verdade.

## ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS

Jorge de Sena nasceu em Lisboa, em 1919, e formou-se em engenharia na Universidade do Porto. Exilado desde 1959, o autor de «Andanças do Demónio» leccionou nas universidades brasileiras de Assis e Araquara e, a partir de 1965, na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos. Voltou a Portugal em 1968, regressando posteriormente aos Estados Unidos. Da sua obra fazem parte estudos sobre Camões (sendo justamente considerado como um dos seus mais brilhantes historiadores e críticos), Rimbaud, Fernando Pessoa, Florbela Espanca e Gomes Leal. Enquanto poeta publicou, nomeadamente «Perseguição» (1942), «Coroa da Terra» (1946), «As Evidências» (1955), «Fidelidade» (1958), «Andanças do Demónio» (1960) e «Novas Andanças do Demónio» (1966). Os «Grão-Capitães» é a sua obra mais conhecida, das produzidas após o 25 de Abril de 1974.

Jorge de Sena, que tinha 58 anos e morreu vítima de uma crise renal, surgida na sequência de um cancro num pulmão, era actualmente director do Departamento de Livros e Literatura Espanhola e Brasileira da Universidade de Santa Bárbara, no estado da Califórnia.

## QUANDO MORREU UM GRANDE POETA

Eugénio de Andrade, instado pela imprensa a comentar o súbito falecimento de

Jorge de Sena, respondeu: «Que dizer? Além do grande amigo que perdi, morreu um grande poeta, um dos raros portugueses universais do nosso tempo». Por outro lado, a escritora Agustina Bessa Luís, surpreendida pelo acontecimento afirmou: «Perante um facto tão chocante que acabo de conhecer só a pessoa que ele foi tem importância, tudo o resto passa para segundo plano. Lembro-me do amigo que conheci há muitos anos, recorro a sua vontade muito forte e a sua grande fragilidade». O poeta Vasco Graça Moura, ao saber do triste acontecimento afirmou: «Recebo a notícia no exacto momento em que a Camerata Académica ataca o adágio da sinfonia 'La Passione', de Haydn. Penso que as circunstâncias do lugar em que me encontro se conjugam para prestar homenagem ao autor da 'Arte da Música' a homenagem que ele teria gostado neste momento». Sophia de Mello Breyner, contista e poetisa comentaria, por seu turno: «Jorge de Sena, um dos maiores poetas portugueses de todos os tempos, morreu infeliz em terra estrangeira, porque em Portugal não houve lugar para ele». O professor e eminente historiador de literatura portuguesa, dr. Óscar Lopes, seu cunhado e grande amigo, afirmou que Jorge de Sena foi um «dos vultos mais significativos da literatura portuguesa», acrescentando ainda: «Era, também, um conversador apaixonante, mas simultaneamente um homem difícil, extremamente agressivo, muito consciente do seu valor, intolerante em relação a todas as formas de mediocridade e, sobretudo, com uma capacidade de trabalho inextinguível».

## ORDEM DE SANTIAGO A TÍTULO PÓSTUMO

Um telegrama enviado à viúva do escritor pelo Presidente da República, comunicava que Jorge Sena iria receber a Grã-Cruz da Ordem de Santiago, a qual lhe seria atribuída, em Portalegre, nas cerimónias do dia 10 de Junho. O texto deste telegrama do general Ramalho Eanes era o seguinte:

«Falecimento do prof. Jorge de Sena constitui perda inestimável cultura lusiada, o que todos os portugueses sentem profundamente. Tive no passado dia 2 do corrente o grato privilégio de lhe falar telefonicamente de Nova Iorque e esperava poder voltar a usufruir do seu convívio, de que guardo as melhor recordações. Nessa ocasião anunciei ao ilustre extinto a concessão de uma condecoração que justamente cor-

respondesse ao relevante contributo por ele dado à cultura portuguesa e à sua divulgação. Por isso lhe conferi a Grã-Cruz da Ordem de Santiago para lhe ser imposta no próximo dia 10 de Junho e que infelizmente já não poderá receber em pessoa.

Em meu nome pessoal, e no do povo português, rendo a minha última homenagem àquele que foi não só um vulto grande das Letras portuguesas, mas também um cidadão íntegro de Portugal e do mundo».

Também o secretário de Estado da Cultura, António Reis, enviou à família do escritor o seguinte telegrama:

«Expresso a Vossa Excelência e família meu profundo pesar pelo desaparecimento um dos grandes poetas portugueses de sempre, vulto imperecível letras e pensamento deste País. Cabe agora Portugal colher as lições sua vida exemplar, seu permanente cuidado com problemas nacionais, seu labor para aprofundamento, renovo e projecção cultura portuguesa.»

Associando-se às manifestações de pesar o Primeiro-ministro, Mário Soares, enviou à viúva o seguinte telegrama:

«Em nome do Governo a que presido e no meu próprio, quero expressar a V. Ex.<sup>a</sup> o mais profundo pesar e as mais sinceras condolências pelo falecimento do seu marido. Figura ímpar de intelectual e vulto cimeiro das Letras-Pátrias, Jorge de Sena ocupa já um lugar de grande relevo na história da cultura portuguesa» — Mário Soares — Primeiro-ministro.

## FUNERAL DO ESCRITOR

Jorge de Sena foi sepultado no cemitério do Calvário, em Santa Bárbara, no Estado da Califórnia, depois de celebrados os ofícios religiosos fúnebres na Igreja de Nossa Senhora da Piedade. Com ele partiu uma das mais acutilantes vozes poéticas da nossa língua, mas também a personalidade de sincera e ímpar honestidade, assim como um dos raros homens probos do nosso tempo.

A Assembleia da República, tendo em atenção a projecção universalista do lídimo representante da cultura-Pátria que foi Jorge de Sena, prestou-lhe homenagem numa das suas sessões, aprovando duas moções de pesar (da autoria dos grupos parlamentares do PS e do PCP) e recomendando ao Governo para que providencie no sentido dos restos mortais do grande escritor virem para Portugal, a fim de lhe serem feitos funerais nacionais.

## Cientista português distinguido pela Organização Mundial de Saúde



Prof. Francisco Cambournac.

O médico e cientista português prof. Francisco Cambournac recebeu em Genebra, no decurso da 31.ª Assembleia Mundial de Saúde, o Prémio e Medalha Léon Bernard, uma das mais altas distinções atribuídas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O galardão foi entregue durante uma cerimónia pública

que decorreu na sala das assembleias do Palácio das Nações, com a Assembleia da OMS reunida em plenário.

O prof. Francisco José Carasqueiro Cambournac nasceu em Rio de Mouro (Sintra) em 1903 tendo frequentado os liceus Passos Manuel e Camões em Lisboa. Concluiu a sua formatura na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, especializando-se em medicina tropical.

Durante dez anos, de 1954 a 1964, foi director regional para a África da OMS, em Brazzaville, tendo-se destacado como malariologista e sanitarista de renome mundial, com participação em numerosos trabalhos de âmbito internacional. Em Portugal, teve papel de primeiro plano no desenvolvimento do ensino da saúde pública e medicina social. Foi esta eminente personalidade que, há 30 anos, assinou em nome do nosso País, a Constituição da Organização Mundial da Saúde e participou até 1953 em todas as delegações portuguesas à Assembleia da OMS.

## Feira do Livro em Lisboa e no Porto



Uma imagem da Feira do Livro, em Lisboa.

Com assinalável êxito, terminou a 48.ª edição daquela que foi considerada a maior Feira do Livro de Lisboa, desde que tal certame existe. Instalada pela derradeira vez num dos passeios

da Avenida da Liberdade, a Feira contou com um total de 95 pavilhões. No entanto, a organização deste certame cultural está a encarar a hipótese de as suas próximas edições da

Feira se virem a realizar em local mais apropriado ao seu crescente alargamento, assim como à promoção de iniciativas paralelas (conferências, exposições, etc.) de modo a que, futuramente, desta Feira se possa fazer uma autêntica festa da cultura e não só um simples local de compra de livros com descontos especiais.

Novos lançamentos editoriais, descontos, saldos, livros do dia, enfim, toda uma acção promovida pelos editores de modo a compensar a relativa e reduzida procura que durante o ano afecta o livro, dados os seus elevados custos, foi a tônica constante de toda a Feira. Facto assinalável consistiu, pese a tudo os autores e traduções estrangeiras de média ou mesmo má qualidade, os autores portugueses e, até, bastantes clássicos, verem-se singularmente preferidos, na generalidade, pelos prudentes compradores, a braços com preços muito acima das suas posses, apesar dos descontos. A Feira terminou com um total de cerca de 100 mil livros vendidos, correspondendo a um movimento da ordem dos 35 mil contos.

O ministro da Educação e Cultura, Mário Sottomayor Cardia, em declarações prestadas à imprensa durante uma visita à Feira do Livro, considerou-a como «relevante iniciativa cultural, apesar do seu aspecto comercial», frisando que as condições e dificuldades de produção e circulação do livro estão a ser encaradas pelo Governo com a maior atenção, e acrescentando que o Instituto do Livro, cuja criação está a ser estudada, tem como objectivos a valorização e divulgação da cultura portuguesa, fomentando especialmente a reedição de clássicos. «Esta instituição tem por norte respeitar o pluralismo cultural e a criação literária, afirmou Sottomayor Cardia.

— A Feira do Livro do Porto, na Praça Humberto Delgado, teve 34 pavilhões, o mesmo nú-

mero, portanto, que no ano passado. Contudo, registou-se a presença de maior número de editores, destacando-se mais pela qualidade das obras que trouxeram a lume do que pelo seu nome. Entre os compradores registou-se pertinente procura do romance e livros de ficção, nomeadamente de autores portugueses, como Fernando Namora, Gaspar Simões, Jorge de Sena, Mourão-Ferreira, Vergílio Ferreira, sem se esquecer os clássicos Camilo, Eça ou Pascoas.

As mesmas questões que a Feira de Lisboa pôs aos eventuais compradores encontraram eco no Porto: custos deveras inibidores, apesar dos descontos tradicionais! O livro, considerado mercadoria nobre, é-o não só pelo facto de ser transmissor de cultura e saber mas também, e nos tempos que correm, pelos preços elevados do papel, da impressão e da composição. Porém, e tendo em conta todas estas pertinentes inibições para o comprador, aconteceu que houve um inusitado movimento de compra, demonstrativo de que o leitor aumenta em número, pelo que se prova que estes já tradicionais certames, têm um papel de divulgadores de cultura a desempenhar.



100 mil livros vendidos: balanço positivo, apesar de tudo, para a Feira do Livro deste ano, na capital.

## Eduardo Gageiro ganha um grande prémio de fotografia

Num certame fotográfico organizado pela «Associação Soviética de Amizade e Relações Culturais entre os Povos» e ao qual concorreram 1600 fotógrafos de todo o mundo, o conhecido repórter Eduardo Gageiro foi galardoado com o «Grande Prémio». Este galardão destinou-se

a distinguir o melhor trabalho sobre o tema «A paz e o progresso social», entre as 4500 obras enviadas, tendo Gageiro sido distinguido pelo seu conjunto de seis fotografias obtidas em Lisboa no período compreendido entre o 25 de Abril de 1974 e o 1.º de Maio do mesmo ano.



A equipa que conquistou o campeonato para o Futebol Clube do Porto: de pé, Murça, Freitas, Simões, Celso, Gabriel e Fonseca; à frente, Duda, Seninho — agora contratado pelo «Cosmos», de Nova Iorque — Ademar, Rodolfo e Oliveira. Na foto faltam Octávio e Gomes — o melhor marcador da época — bem como o técnico José Maria Pedroto.

# F. C. DO PORTO CAMPEÃO NACIONAL

Dizem os desportistas, técnicos e apaixonados pelo Campeonato Nacional da Primeira Divisão que é a décima sétima vez, na história do futebol nacional, que só na derradeira jornada se conhece o vencedor. Houve assim «suspense» até ao último minuto, embora o maior número de probabilidades tenha surgido, a partir de certa altura, para os nortenhos. De resto, foi sintomático, desde início, o entusiasmo com que os portistas se lançaram na conquista do troféu, numa disputa veloz e «encarniçada» com o seu rival tradicional, o Benfica. O Braga, no último encontro, não foi aquela «caixa de surpresas» que todos esperavam. Efectivamente, depois de 19 anos de completa «abstinência», com uma taça aqui ou ali, para levantar a moral, o F. C. do Porto, duas semanas antes do célebre S. João nortenho, conquistou, o título máximo, vencendo o Braga por quatro bolas a zero!

A vitória, como era de esperar, encheu os «tripeiros» de acalorados sintomas bairristas, «doença» que é já saudavelmente conhecida de todos, dando como resultado, logo a seguir ao jogo desenrolado nas Antas, uma corrida aos balneários, onde a equipa se encontrava, por parte de actuais e antigos dirigentes, treinadores, sócios e simpatizantes, bem como conhecidas individuali-

dades ligadas ao meio desportivo nortenho. Com o «champanhe» a correr, aos gritos de «Porto! Porto! Porto!» o clube viveu a apetecida apoteose, há tanto esperada.

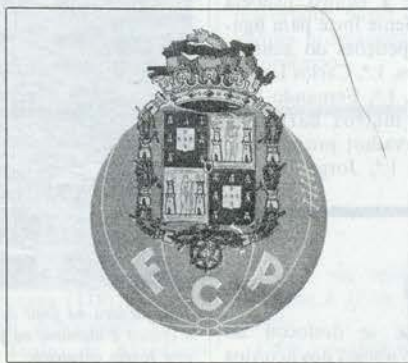
Unanimemente se considera que o F. C. do Porto mereceu a vitória, embora a pertinácia do Braga não lhe evitasse algum suor extra, no último encontro. De facto, nem todos os anos se é campeão, dizem os portistas, como que desculpando a sua euforia inusitada! E eles lá sabem! No entanto, é bom reconhecer que a vantagem do Porto, em termos de pontuação final, não foi de grande margem sobre o n.º 2,

o Benfica. Mas, ao mesmo tempo, a equipa portista, reeditou o feito do ano passado, com o melhor marcador da Primeira Divisão. Falamos, bem entendido, de Gomes que somou, ao todo, 25 golos, tendo os dois últimos sido «assinados» nas Antas contra o Braga.

Para os últimos o resultado foi dramático: Portimonense, Espinho, Riopele e Feirense desceram à segunda divisão.

O quadro da Classificação Geral foi o seguinte:

	J	V	E	D	B	P
1.º F.C. PORTO	30	22	7	1	81-21	51
2.º Benfica	30	21	9	—	56-11	51
3.º Sporting	30	19	4	7	63-30	42
4.º Braga	30	16	6	8	42-27	38
5.º Belenenses	30	14	8	8	25-21	36
6.º V. Guimarães	30	12	7	11	33-28	31
7.º Boavista	30	10	8	12	36-38	28
8.º Académico	30	11	4	15	41-49	26
9.º V. Setúbal	30	8	10	12	29-40	26
10.º Varzim	30	9	7	14	26-38	25
11.º Estoril	30	8	9	13	25-36	25
12.º Marítimo	30	8	7	15	22-45	23
13.º Portimonense	30	8	7	15	29-39	23
14.º Espinho	30	8	6	16	30-52	22
15.º Riopele	30	6	9	15	23-51	21
16.º Feirense	30	5	2	23	24-59	12



# Desporto

## Natação: record dos 200 m bruços



Liliana Santos: mais um «record» nacional de júniores.

O «III Festival de Preparação» promovido pela Associação de Natação de Lisboa e disputado na piscina municipal do Areeiro, ficou assinalado com a queda

do «record» nacional de júniores, nos 200 metros bruços, a cargo de Liliana Santos, com o tempo de 1 minuto e 56,30 segundos, melhor num décimo de segundo que o anterior, que também lhe pertencia.

O festival teve vasta participação, tendo-se cifrado em 302 os nadadores presentes nas seis provas do programa. Participaram atletas do Algés, Benfica, Nacional, União Piedense, Desportivo da Cova da Piedade, Totta-Açores, Clube de Natação das Caldas da Rainha e Elvense de Natação, havendo alguns concorrentes individuais. Segundo o parecer dos técnicos, os resultados obtidos foram de bom nível para esta época do ano.

desportivos luso-polacos, tendo sido recebido pelo presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo, Mário Ferreira, e pelo técnico nacional, Alves Barbosa.

O técnico polaco convidou a selecção portuguesa para participar na Volta à Polónia que este ano tem a sua quinquagésima edição. O convite é também ex-

tensivo à Volta de 1979. A selecção portuguesa de ciclismo foi ainda convidada para participar na «Corrida da Paz» que se realiza na Polónia de 10 a 23 de Maio de 1979. Acrescente-se que Portugal foi, assim, o primeiro país convidado para participar nesta prova.

## Tauromaquia

### Éxito de João Moura

Alvo de contestação durante os últimos anos, tanto a tourada à antiga portuguesa como o toureiro moderno viveram um período de «apagada e vil tristeza». Porém, esses tempos parecem ter sido arredados, ou pelo menos ultrapassados.

Assim, além do aparecimento de revistas dedicadas à «Festa Brava», como será o exemplo de «Burladero», onde as notícias da «arte» de Marialva fazem as honras da casa, acumulam-se os acontecimentos dignos de algum registo. Entre eles saliente-se a saída e actuação do grupo de forcados amadores de Moura, pela primeira vez actuando nas praças de Espanha, assim como o trabalho de um outro grupo,

capitaneado por Fernando Baptista Hilário, que actuou no México. Neste caso a «aficção azteca» viu o garbo e valentia dos portugueses nas célebres e tradicionais pegas, tanto de «caras» como «á unha», na grande praça da Cidade do México.

Finalmente, em Santarém, na «XIV Corrida TV», o jovem João Moura tomou alternativa na arena monumental envergando casaca azul e ouro, e enfrentando o 558.º touro da sua carreira de toureiro a cavalo. Corrida que registou enorme afluência de público e se saldou por um êxito quase total. Mais uma vez, com a chegada do Verão, as praças de Portugal enchem-se de «sol e toiros!»

## Atletismo: 6.º lugar para o Sporting na Taça dos Campeões Europeus



Fernando Mamede.

O Sporting classificou-se em 6.º lugar na Taça dos Campeões Europeus de Atletismo, cujas provas decorreram na cidade alemã-occidental de Essen. No entanto, tanto o Sporting como o Estrela Vermelha protestaram, alegando erros na pontuação atribuída, particularmente nos 5000 metros. Garantem os dirigentes do Sporting, tal como foi reconhecido pelos próprios adversários, que Bernardo Manuel foi 8.º e não o 10.º nos 5000 metros. O presidente do Comité organizador prometeu rever a situação, o que poderá elevar



José Carvalho.

o Sporting ao 5.º lugar entre as 12 equipas concorrentes.

A equipa leonina teve em Fernando Mamede, Carlos Lopes, José Carvalho e Rafael Marques os melhores elementos. Os sportinguistas fraquejaram, contudo, nos saltos e nos lançamentos. No resultado final ficou evidente que a equipa lisboeta é suficientemente forte para figurar em competições do género: 10 000 metros, 1.º, Carlos Lopes; 1500 metros, 1.º, Fernando Mamede; 400 metros barreiras, 1.º, José Carvalho; prova extra, 400 metros, 1.º, Jorge Branco.

## Ciclismo: técnico polaco em Portugal

Esteve em Portugal o técnico polaco de ciclismo, Marian Wie-

ckowski, que se deslocou ao nosso País ao abrigo dos acordos



João Moura no final da sua actuação na «XIV Corrida TV», em Santarém: a crítica é unânime ao prever um futuro promissor e recheado de êxitos para este jovem cavaleiro.

# Regional

## Monumento ao emigrante na Póvoa de Varzim

Foi descerrado um monumento ao emigrante português, na Póvoa de Varzim. Constituído por duas figuras geminadas, uma simbolizando o trabalhador que parte cheio de sonhos e esperanças em busca de vida melhor, outra o seu regresso, passados muitos anos de labuta. O monumento tem, no lado das figuras, gravadas em blocos de granito, estas legendas: «A todos que ficaram com ânsia de voltar»; «Nos cinco continentes lutam por riquezas de Portugal»; «Eles honram a família e a Pátria»; «Do meu trabalho honesto nascerão novas nações».

A iniciativa de edificar este monumento ficou a dever-se a Manuel Martins Agonia, emigrante português regressado à sua terra após muitos anos de residência no estrangeiro. No acto inaugural usaram da palavra Silva Costa, em representação da Câmara Municipal e o cônsul-geral do Brasil no Porto, que descerrou a estátua.



O esboço do monumento, tal como foi reproduzido no semanário «O Cávado».

## Comarca de Alcanena

Uma antiga e legítima aspiração das populações do concelho de Alcanena vai ser, finalmente, satisfeita: a criação da Comarca de Alcanena, com instalação dos respectivos serviços judiciais e tribunal, Conservatória do Registo Predial e Comercial. Para o efeito, esteve na progressiva vila ribatejana o ministro da Justiça, dr. Santos Pais, que presidiu a uma sessão solene, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.



Sintra: Palácio da Pena.

## Sintra: 825 anos de vida municipal

A coeva vila de Sintra comemorou os seus 825 anos de vida municipal. Efectivamente esta municipalidade teve o seu início com a outorga da carta de Foral no ano de 1154 pelo rei D. Afonso Henriques, carta concedida aos seus trinta primeiros povoadores, curiosamente, sem distinção de classes.

Assim, para o início destas comemorações realizaram-se, no lugar de Penedo, os primeiros festejos, com arraial popular.

Seguidamente teve lugar a «chegada do boi», número de velha tradição, tendo o animal percorrido as ruas do lugar e acabado por ser abatido. No dia seguinte, a sua carne foi distribuída pelos habitantes mais desfavorecidos. O enorme afluxo de povo e a paisagem circundante conluíram-se, por assim dizer, para dar a esta comemoração e seus festejos um sabor popular de sã e velha tradição.

## Universidade do Algarve

Embora congratulando-se com a aprovação, pela Assembleia da República, do projecto de lei que cria a Universidade do Algarve, o Rocal Clube de Silves, onde tem funcionado a Comissão Instaladora daquele estabelecimento de ensino, vai entregar à comissão parlamentar da especialidade «um abaixo-assinado com milhares de assinaturas», prevenindo contra a «tendência indiscriminada para instalar na capital do distrito todos os serviços e órgãos públicos» e alertando «para a necessidade de

evitar criar no Algarve situações como as que ocorreram com o problema da localização da Universidade do Minho».

Recorde-se que o projecto da Universidade do Algarve nasceu em 1976 por apelo público a que aderiram diversas individualidades interessadas no desenvolvimento do Barlavento algarvio, tendo a imprensa regional desta província desempenhado importante papel como incentivadora e dinamizadora de todo o processo.

## Curso internacional de teatro em Santarém

O Curso Internacional de Teatro para Jovens (TIP/78), organizado pela Associação Portuguesa de Teatro de Amadores

(APTA), vai realizar-se de 30 de Julho a 17 de Agosto, nesta cidade.

Com a participação de jovens

de 16 países, além de 17 portugueses de diversas regiões, o Curso tem o apoio da Associação Internacional de Teatro de Amadores, das Secretarias de Estado da Cultura e da Juventude e Desportos, da Direcção-Geral de Turismo e das Autarquias locais da região de Santarém, sendo orientado por professores de diversas nacionalidades.

## Cinquentenário do Teixoso

O Teixoso vai comemorar em 29 de Julho a sua elevação à categoria de vila, sendo os festejos promovidos pela junta de freguesia local, com a colaboração do Grupo Desportivo Teixosense, Comissão do Salão Paroquial e Direcção do Rancho Folclórico Infantil.

## I Festival da Canção do Tâmega-Amarante

Excedeu tudo quanto seria de esperar a participação e entusiasmo despertado por este Festival, mobilizando-se para tal não só a população amarantina mas, inclusive, os meios limítrofes. Prémios de 20 mil escudos para a canção vencedora, assim como 15 mil e 7 mil e 500 escudos para as que ficassem classificadas a seguir, vieram galardoar as composições que, segundo o júri, do qual fez parte o maestro Shegundo Galarza, melhor retrataram a região do vale do Tâmega. Com mais de uma centena de canções participantes o referido Festival teve o apoio da Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão.

## I festival da canção do tâmega - amarante



24 - APTA - 1978

# Açores

## Congresso das Comunidades Açoreanas

«Tudo conflui para a consciência do valor representativo dos Açores e para os movimentos avaliadores dessa consciência, de que o Congresso das Comunidades pretende ser índice a nível universal», afirma-se no opúsculo editado a propósito do Congresso de Comunidades Açorianas, que vai decorrer na região, de 16 a 19 de Agosto próximo.

Como já referimos em número anterior, vão ser objectivos do Congresso: efectuar o levantamento e estudo dos grandes problemas que afectam as Comunidades Açorianas no Mundo,

bem como dinamizá-las e organizá-las internamente e criar esquemas de ligação e cooperação inter-comunidades.

Conta-se com a inscrição de algumas centenas de participantes, tanto residentes na região e no continente, como emigrados nos Estados Unidos, Canadá e Bermudas. Recorde-se que a Região Autónoma dos Açores conta actualmente cerca de 265 mil habitantes, mas a população de origem açoreana representa, nas Américas, um número muito superior, o que é determinante para a importância deste Congresso.

## Senhor Santo Cristo dos Milagres

Uma imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, réplica da original, que se encontra no Mosteiro da Esperança em Ponta Delgada, vai ser entregue à Paróquia de São Francisco Xavier, de East Providence, Rhode Island (EUA). A imagem foi esculpida na oficina portuense de Gui-

lherme Thedim. O culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres, originário da ilha de São Miguel, onde existe desde o século XVII, tem sido muito divulgado nos Estados Unidos e no Canadá, países onde reside grande número de açorianos.

## Pesca do atum

Conforme é habitual nesta época, prossegue a campanha da pesca da albacora, peixe da família do atum, espécie mais frequente no mar do arquipélago dos Açores. A pesca tem-se apresentado com boas possibilidades, prevendo-se que o auxílio da Força Aérea aos barcos que

andam na faina, através da detecção visual dos cardumes, seja um dos principais factores dos óptimos resultados que se têm vindo a verificar. Já entraram nas fábricas de conservas das ilhas do Faial e Pico cerca de 226 toneladas deste peixe.



Açores: pesca do atum.

# Madeira

## Substituição da cultura da cana do açúcar

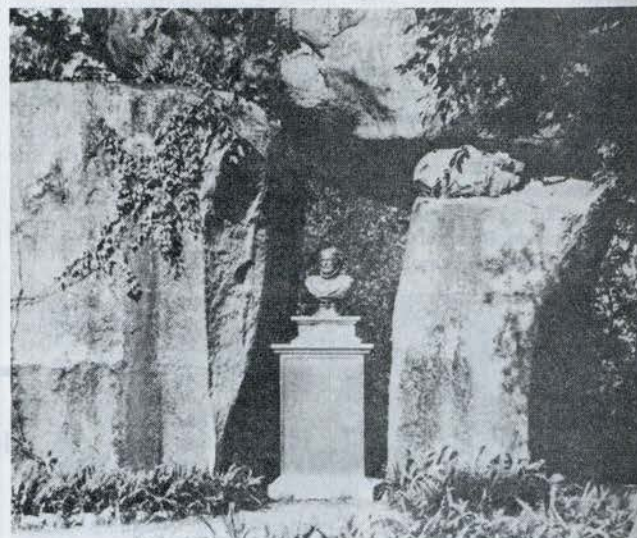
A cultura da cana do açúcar tem de ser reconvertida na Madeira dada a sua fraca competitividade com os preços correntes nos mercados internacionais, disse à agência ANOP o Secretário Regional da Agricultura, Gaudêncio Figueira.

A cana do açúcar, que se pode considerar a segunda cultura da região, ocupa presentemente a área de 1200 hectares, nos quais se produziram, em 1977, 35 390 toneladas que originaram 414 919 litros de álcool, 188 578 de mel, 787 397 de aguarr

dente e 1815 toneladas de açúcar. O titular da pasta da agricultura regional fundamenta a sua posição no facto de «o preço da cana atingir nos mercados internacionais, 50 centavos por quilo e, na região, o valor pago à lavoura ser de 1\$70».

Gaudêncio Figueira, afirmou que, embora «as populações aceitem de bom grado esta produção, terão de encarar a vinha, a horticultura, a floricultura e a fruticultura como alternativa mais rentável àquela exploração».

# Macau



Macau: gruta de Camões.

## Reestruturação do Museu Camões

A necessidade de repensar a função do museu, transformando-o em local de encontro das populações com a vida cultural que lhe diz respeito, nomeadamente as artes, eis um dos objectivos que o novo conservador do Museu Luís de Camões, António da Conceição Júnior, pretende atingir.

De acordo com a referida orientação, o actual conservador — formado em pintura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa e bastante conhecido em Portugal pelas suas bandas desenhadas — afirmou que aquele Museu de Macau «necessita de se tornar num organismo extremamente funcional, e consequentemente, eficaz». «Nesse sentido»,

acrescentou, «foi já proposta a remodelação do quadro e ampliação actuante do Museu, em ordem a criar uns serviços culturais e museológicos que garantam, não só o seu bom funcionamento, mas também das actividades que complementam a sua função». O conservador do Museu Luís de Camões refere, por outro lado, que se está presentemente a trabalhar na elaboração de um inventário e na criação de uma secção etnográfica. Entre as diversas iniciativas que se prevêm, figuram a edição de diapositivos das diversas colecções do Museu, postais ilustrados, cartazes e uma publicação com características essencialmente culturais.



# VEJA COMO É FÁCIL RECEBER MENSALMENTE A REVISTA



## EDIÇÃO - EUROPA \*

ENVIE O SEU PEDIDO PARA: REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS»  
Serviço de Programação e Apoio da Embaixada de Portugal  
6, Passage Dombasle-75015-Paris-FRANÇA

EM LETRA BEM LEGÍVEL, INDIQUE:

NOME \_\_\_\_\_  
IDADE \_\_\_\_\_  
PROFISSÃO \_\_\_\_\_  
MORADA \_\_\_\_\_  
LOCALIDADE \_\_\_\_\_  
PAÍS \_\_\_\_\_

JUNTE A IMPORTÂNCIA DA ASSINATURA EM CHEQUE OU VALE DO CORREIO, PASSADOS EM NOME DE EMBAIXADA DE PORTUGAL-REVISTA «25 DE ABRIL»

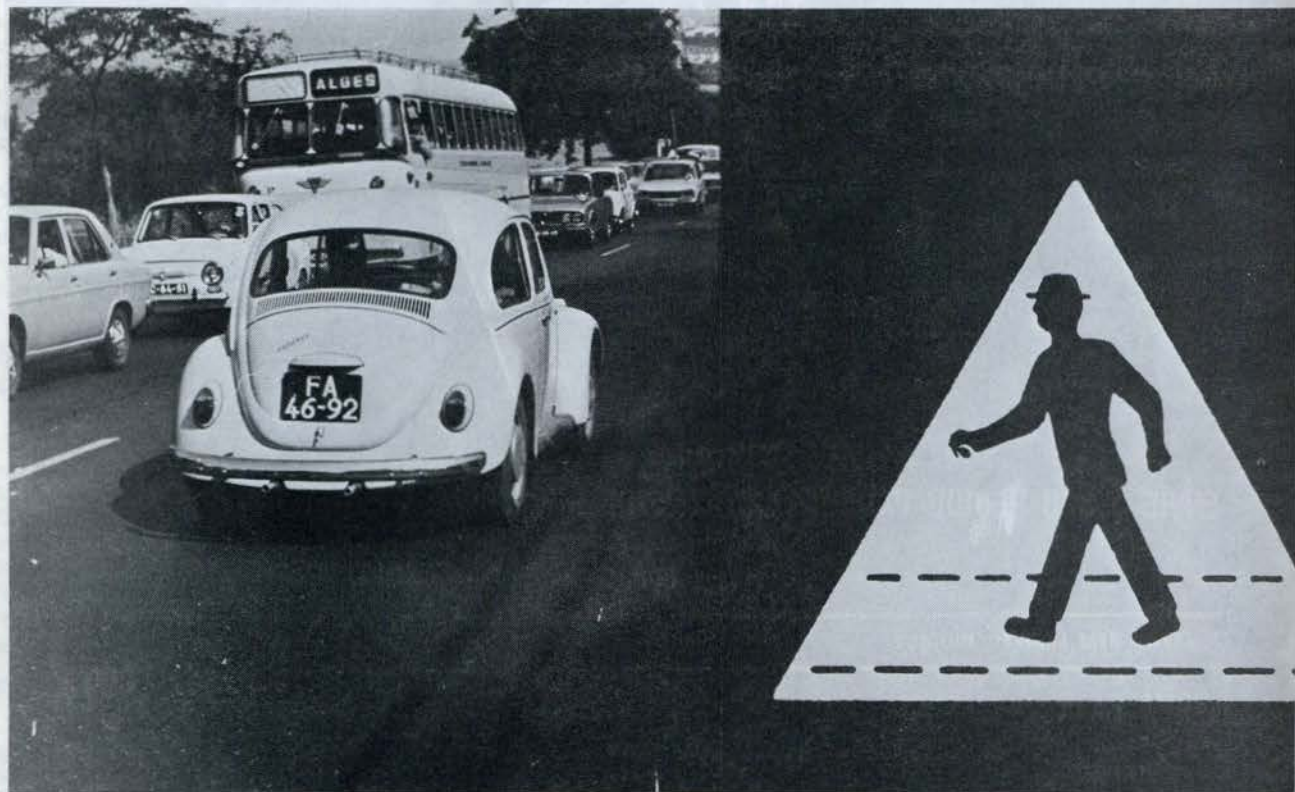
### PREÇO DAS ASSINATURAS

(12 NÚMEROS / VIA AÉREA)

Portugal e Espanha	300\$00
França	40 F.F.
Alemanha Federal	20 D.M.
Bélgica	350 F.B.
Luxemburgo	350 F.B.
Holanda	20 Fls.
Inglaterra	5 £
Suíça	20 F.S.
Outros países (excluindo Portugal e Espanha) o correspondente em moeda local a	400\$00

\* A EDIÇÃO - EUROPA DA REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS» É IMPRESSA EM PARIS (FRANÇA) E EDITADA PELA EMBAIXADA DE PORTUGAL

# NOVOS SINAIS DE TRÂNSITO



Novos sinais e painéis adicionais de trânsito foram aprovados pela Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações.

Em vigor desde 1 de Abril passado, os novos sinais — alguns deles mera alteração gráfica de outros já existentes — foram adaptados para dar satisfação a compromissos internacionais, enquanto decorrem os estudos de revisão da legislação rodoviária que levará à publicação de um novo Código de Estrada e respectivo regulamento.

Trata-se de 8 sinais de perigo, 20 de proibição, 3 de obrigação, 11

de informação e 14 modelos de painéis adicionais destinados a complementar a mensagem transmitida pelos sinais verticais.

De entre os novos sinais de perigo — que salvo raras exceções se limitam a introduzir alterações facilmente detectáveis — destaca-se o de veículos transitando sobre carris, e o sinal de outros perigos, representado por um ponto de exclamação a negro sobre o fundo branco de um triângulo vermelho, que indica um perigo diferente de qualquer dos indicados nos restantes sinais.

No capítulo das proibições há inúmeras inovações como o sinal de

trânsito proibido a veículos transportando produtos facilmente inflamáveis ou explosivos, ou como o sinal de proibição de transitar a menos de X metros do veículo precedente.

E no que respeita ao estacionamento, salientam-se os sinais que o proíbem nos dias de data ímpar ou nos de data par.

Quanto aos sinais de obrigação, ressalta o da utilização de correntes para neve em duas rodas motoras, e o de sentidos obrigatórios possíveis, que indica que o condutor só deve seguir num dos sentidos indicados pelas duas setas do sinal.

QUADRO I

SINAIS

A) SINAIS DE PERIGO



A9 — Subida de inclinação acentuada



A10<sup>a</sup> — Passagem estreita



A10<sup>b</sup> — Passagem estreita



A11<sup>a</sup> — Lomba



A11<sup>b</sup> — Depressão



A12<sup>a</sup> — Entroncamento com via sem prioridade



A12<sup>b</sup> — Entroncamento com via sem prioridade



A12<sup>c</sup> — Entroncamento com via sem prioridade



A13 — Veículos transitando sobre carris



A14 — Outros perigos



A15 — Passagem de nível sem guarda com duas ou mais vias

B) SINAIS DE PROIBIÇÃO



B3 — Trânsito proibido a ciclomotores e velocípedes com motor



B4 — Trânsito proibido a veículos de mercadorias



B5 — Trânsito proibido a veículos com reboque de 2 ou mais eixos



B6 — Trânsito proibido a carros de mão



B7 — Trânsito proibido a veículos agrícolas com motor



B8 — Trânsito proibido a veículos transportando produtos facilmente inflamáveis ou explosivos



B9 — Trânsito proibido a veículos transportando produtos susceptíveis de poluir as águas



B10 — Proibição de transitar a menos de ... metros do veículo precedente



B11 — Trânsito proibido a todos os veículos automóveis



B12 — Trânsito proibido a todos os veículos automóveis e a veículos de tracção animal



B13 — Trânsito proibido a automóveis de mercadorias e a veículos de tracção animal



B14 — Proibição de voltar à direita



B15 — Trânsito proibido a veículos de comprimento superior a ... metros



B16 — Trânsito proibido a veículos de tracção animal



B17 — Paragem e estacionamento proibidos



B18 — Estacionamento proibido nos dias de data ímpar



B19 — Estacionamento proibido nos dias de data par



B20 — Fim de todas as proibições impostas por sinalização a veículos em marcha



B21 — Zona de estacionamento de duração limitada



B22 — Fim de zona de estacionamento de duração limitada

C) SINAIS DE OBRIGAÇÃO



C3<sup>a</sup> — Sentido obrigatório



C3<sup>b</sup> — Sentido obrigatório



C3<sup>c</sup> — Sentidos obrigatórios possíveis



C4 — Obrigação de utilizar correntes de neve em duas rodas motoras

27

D) SINAIS DE INFORMAÇÃO



D9 — Fim de localidade



D10 — Passagem para peões

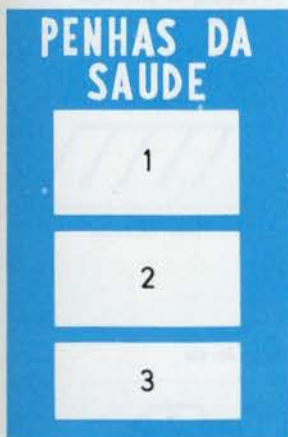
Painéis possíveis em 1



1<sup>a</sup>



1<sup>a</sup>



D11 — Praticabilidade da estrada

Painéis possíveis em 2



2<sup>a</sup>



2<sup>b</sup>

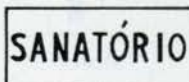
Correntes de neve recomendadas



2<sup>c</sup>

Correntes de neve obrigatórias

Exemplo de painel possível para 3, indicativo do local até onde a estrada está transitável





D12 — Correntes de neve recomendadas



D13 — Fim de correntes de neve recomendadas



D14 — Velocidade recomendada



D15 — Fim de velocidade recomendada



D16<sup>a</sup> — Sinal de direcção da via com prioridade



D16<sup>b</sup> — Sinal de direcção da via com prioridade



D17 — Telefone de emergência



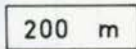
D18 — Telefone de emergência



D19 — Pousada de juventude

## QUADRO II

### PAINÉIS ADICIONAIS



Modelo 1

Indicador de distância



Modelo 2

Indicador de extensão de um troço de via



Modelo 3<sup>a</sup>



Modelo 3<sup>b</sup>

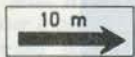


Modelo 3<sup>c</sup>



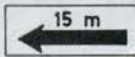
Modelo 3<sup>d</sup>

Indicadores de início ou de fim de zona regulamentada quanto a estacionamento ou paragem

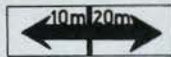


Modelo 4\*

Indicadores de extensão regulamentada quanto a estacionamento ou paragem



Modelo 4\*



Modelo 5

Indicador de continuação de extensão regulamentada quanto a estacionamento ou paragem



Modelo 6\*

Indicadores de continuação de zona regulamentada quanto a estacionamento ou paragem



Modelo 6\*

DIAS  
21 a 25

Modelo 7\*

ÀS  
4<sup>as</sup> FEIRAS

Modelo 7\*

DAS  
6 às 15 H

Modelo 7\*

DIAS ÚTEIS  
DAS 8 às 20 H

Modelo 7\*

Indicadores de periodicidade

ALÉM DE  
30 MIN.

Modelo 8

Indicador de duração

5 t

Modelo 9

Indicador de peso

EXCEPTO  
TRANSPORTES  
PÚBLICOS

Modelo 10\*

Limitadores de aplicação

CARGAS E  
DESCARGAS

Modelo 10\*



Modelo 11\*

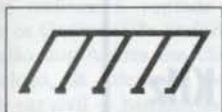


Modelo 11b

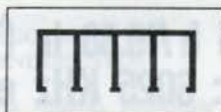


Modelo 11c

Indicadores de categoria de veículos a que se aplica a regulamentação



Modelo 12\*



Modelo 12\*



Modelo 12d



Modelo 12e



Modelo 12f



Modelo 12g

VIATURAS  
EM MANOBRAS  
A ..... m

Modelo 13

Indicadores da disposição autorizada para o estacionamento

Informação diversa



# **PROGRAMA DE RÁDIO** **DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS** **ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO** **PARA EMIGRANTES**

**FREQUÊNCIAS E HORÁRIOS DO PROGRAMA RADIOFÔNICO «PORTUGAL-78»  
DIFUNDIDO PELA RDP EM ONDAS CURTAS:**

**EUROPA -4.<sup>AS</sup> FEIRAS -19.15 h /19.30 h (TMG)**  
freq.: 6025 KHz e 9740 KHz

**VENEZUELA-5.<sup>AS</sup> FEIRAS -0.45 h /1.00 h (TMG)**  
freq.: 11875 KHz

**E. U. A. -4.<sup>AS</sup> FEIRAS -4.15 h /5.00 h (TMG)**  
freq.: 5025 KHz

**A RDP ESTÁ A ENVIDAR ESFORÇOS NO SENTIDO DE OBTER UMA MELHOR  
COBERTURA PARA O BRASIL E CANADÁ, A CURTO PRAZO.**



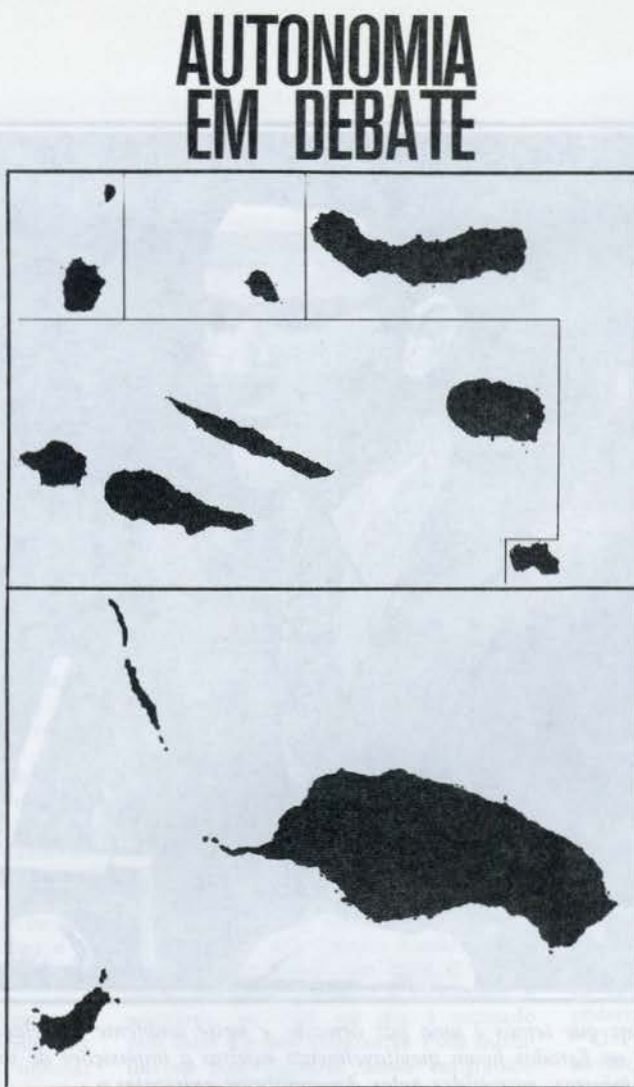
Com vista a prosseguir e a concretizar o plano de autonomia das Regiões dos Açores e da Madeira, têm vindo ultimamente a realizar-se vários encontros entre o Governo Central e os Governos Regionais.

Na sequência dos contactos anteriormente realizados em ordem a fazer acelerar a autonomia regional das ilhas adjacentes, prevista na Constituição, teve lugar, entre os Governo da República e o Governo Regional dos Açores, o início das negociações relacionadas com a concretização da autonomia regional daquele arquipélago.

Os resultados das primeiras sessões, que decorreram em Lisboa e nas quais foi discutido o plano de concretização da autonomia elaborado pelo Governo Regional dos Açores, foram classificados como «altamente positivos». O comunicado da Presidência do Conselho de Ministros sobre as referidas sessões de trabalho traduz com clareza o compromisso político tomado por ambas as partes.

Nesse comunicado, o Governo Central e o Governo Regional dos Açores acentuaram a necessidade de não deixar interferir questões de interesse partidário nas suas relações, e, por outro lado, realçaram a «necessidade de desenvolvimento do espírito de compreensão em relação à Região dos Açores, sublinhando a sua individualidade própria, cuja afirmação só pode enriquecer a unidade nacional.»

Refira-se que o comunicado não faz alusões explícitas ao separatismo e, paralelamente, nele se reafirma a vontade de ambos os Governos de «reforçar na região dos Açores um clima de diálogo, de tolerância política, de paz civil — banidas todas as formas de intimidação e dis-



criminação», pois «a implementação da autonomia regional só tem sentido no quadro da democracia pluralista».

## «CHEGOU-SE A UM ENTENDIMENTO»

Mota Amaral, presidente do Governo Regional açoreano, nas

declarações prestadas aos jornalistas no final dos trabalhos, fez uma apreciação muito favorável da situação, declarando: «Chegou-se a um entendimento baseado num diálogo franco e aberto entre os Governos da República e Regional, relativamente às noções fundamentais acerca da autonomia dos Açores,

designadamente a do poder executivo próprio das regiões». Mais tarde, ao regressar aos Açores, Mota Amaral mostrou-se satisfeito com os resultados obtidos nas negociações em Lisboa e referiu-se à compreensão revelada pelo Governo Central, tendo afirmado, nomeadamente, que «há uma grande pedagogia a fazer ainda no âmbito do Governo da República, para que seja entendido finalmente que, de acordo com a Constituição do 25 de Abril, o Estado Português é um Estado Regional, isto é, um Estado de regiões autónomas e que as regiões autónomas não são potências estrangeiras e muito menos províncias inimigas».

Participaram nas negociações, além do Primeiro-ministro e do adjunto do Primeiro-ministro, Almeida Santos, os ministros Firmino Miguel (Defesa), Vitor Constâncio (Finanças e Plano), Rui Pena (Reforma Administrativa), general Galvão de Figueiredo (ministro da República para os Açores) e os secretários regionais das Finanças, da Agricultura e Pescas e do Comércio e Indústria dos Açores, respectivamente, Raul dos Santos, Germano Domingos e Natalino Viveiros, além de Mota Amaral.

No âmbito das reuniões sobre o plano de autonomia regional da Madeira, o Presidente da República recebeu Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional daquele arquipélago, que, durante este encontro, sugeriu a Ramalho Eanes que as próximas comemorações do «Dia das Comunidades Portuguesas» se realizem no Funchal. Alberto João Jardim tivera, antes, um encontro com o Primeiro-ministro, Mário Soares, com quem analisou igualmente diversas questões relacionadas com a concretização do referido plano de autonomia.

## Evite o encandeamento.

### Vele pela sua segurança

### e pela dos outros.

## circular e viver.





— telefoto UPI/ANOP

*«A paz que temos é uma paz armada, e neste ambiente as relações entre os Estados ficam inevitavelmente sujeitas a imposições de soluções injustas, permitidas pelos desequilíbrios existentes.»*

*(Extracção do discurso que o general Ramalho Eanes pronunciou na Assembleia Geral das Nações Unidas, durante a sessão especial dedicada ao desarmamento.)*

# VIAGEM PRESIDENCIAL AO BRASIL, VENEZUELA E EUA

Em declarações que proferiu ao regressar a Lisboa, no final de uma histórica viagem de doze dias, no decurso da qual, e após uma breve escala em Cabo Verde, visitou oficialmente o Brasil, a Venezuela e os Estados Unidos, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, referiu-se à «qualidade humana dos nossos emigrantes» e à «normalidade da vida do País», como factores que contribuíram para o êxito desta viagem.

Transcrevemos a seguir, na íntegra, a declaração do Presidente da República, à sua chegada a Lisboa:

«Quería apenas dizer duas palavras necessárias.

A primeira é que a viagem que ora termina permitiu-nos obter os resultados esperados.

Libertámos as relações luso-brasileiras de um contencioso que as perturbava e clarificámos as nossas posições de forma que seguramente facilitará a compreensão entre os dirigentes dos dois Estados e o efectivo alargamento da cooperação entre os dois povos.

Dotámos as relações com a Venezuela de novos instrumentos e estabelecemos as vias de uma colaboração mais intensa. Ficámos a conhecer-nos melhor — o que é talvez ainda mais importante.

Fizemos ouvir a voz de Portugal no quadro da NATO e nas Nações Unidas, onde pudemos mais uma vez confirmar o prestígio que o País readquiriu nas instâncias internacionais. Somos respeitados por sermos um País democrático, que vive em paz e em liberdade. Mas somos respeitados também pela clareza e coerência da nossa participação nessas organizações, de harmonia com princípios constitucionalmente consagradas. Visamos o fim da política de blocos, queremos o desarmamento e a segurança no Mundo. Mas, para defesa da nossa independência e da nossa identidade, queremos o desarmamento em segurança.»

#### «FACTORES DE QUE PODEMOS ORGULHAR-NOS»

«A segunda palavra necessária é para dizer a todos os portugueses que os resultados conseguidos foram possíveis mercê de factores de que podemos orgulhar-nos.



Ramalho Eanes e Aristides Pereira durante o encontro na ilha do Sal: «um exemplo para o Mundo».

O primeiro desses factores é a qualidade humana dos nossos emigrantes. No Brasil, na Venezuela, nos Estados Unidos, assim como noutros países com cujos dirigentes agora contactei, Portugal é conhecido, é apreciado, eu direi até que é estimado pelo valor dos seus emigrantes. Pude encontrar-me com milhares desses emigrantes. Recolhi desses encontros um emocionado testemunho de amor à Pátria comum. A solidariedade dos portugueses espalhados pelo mundo pesará na reconstrução do País, porque não é apenas uma imagem: é um sentimento profundo e uma atitude de espírito, é verdadeiramente a voz do sangue.

O segundo factor que contribuiu para os resultados desta viagem foi a normalidade da vida no País. Portugal deixou de ser objecto de informações sensacionais. Durante estes dias a vida nacional continuou naturalmente a decorrer em paz, as instituições políticas funcionaram normalmente, o povo português prosseguiu em liberdade a sua vida de trabalho. O Presidente da República pode assim cumprir missões internacionais exigidas pelo interesse do País, sem que qualquer perturbação interna afectasse a serenidade do diálogo com outros povos e com os seus dirigentes. Foi-me por isso fácil exercer no estrangeiro o mandato de um país politicamente cada vez mais amadurecido e de um povo democraticamente consciente».

Além dos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e Plano, respectiva-

mente, Sá Machado e Vitor Constâncio, a comitiva que acompanhou o general Ramalho Eanes nesta importante viagem integrava os presidentes das Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, os ministros da República para as duas regiões autónomas, assessores da Presidência da República, altos funcionários de vários departamentos oficiais, economistas, e gestores de empresas públicas e privadas.

#### ENCONTRO COM ARISTIDES PEREIRA

Durante a breve escala que efectuou na ilha do Sal, o general Eanes teve um encontro com o presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira. «Depois desta conversa — disse Ramalho Eanes, no final da reunião —, tenho a convicção profunda de que as nossas relações vão intensificar-se, dado que são as relações entre dois povos historicamente adultos que conseguem olhar para o passado e ver nele aquilo que tem de comum e essencial e que são capazes, a partir desse alicerce, de olhar para o futuro, esquecendo os incidentes que afastaram os povos, esquecendo as guerras que dividiram os povos, esquecendo até inimizades que poderiam ter afastado combatentes».

O Presidente português, que considerou as relações entre o nosso País e Cabo Verde como «um exemplo para o Mundo», solicitou a Aristides Pereira que transmitisse «ao povo de Cabo Verde os sentimentos fraternos do povo português».

Em declarações à imprensa, o presidente cabo-verdiano recordou ser esta a primeira vez que um Chefe de Estado português se deslocou a Cabo Verde desde que este arquipélago ascendeu à independência e mostrou-se «honrado por Cabo Verde ser o primeiro país das antigas colónias portuguesas a receber, embora não em visita oficial, o Presidente da República Portuguesa».

Os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e Plano tiveram também uma reunião com os seus homólogos cabo-verdianos, Abílio Duarte e Osvaldo Lopes, tendo sido debatidas as possibilidades de incrementar a cooperação entre os dois países.

Neste âmbito é de assinalar o interesse do Governo de Cabo Verde pela participação portuguesa na reparação naval e na construção de um porto na ilha de São Vicente, projecto que foi abordado durante o encontro.

## 34 MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO

«Creio que chegou a hora de ajustar a cooperação entre Portugal e o Brasil, não somente à íntima correlação dos nossos desígnios nacionais, mas à exploração consciente das vias mutuamente vantajosas. Seria absurdo que esta inigualável afinidade entre dois países, cujo progresso cultural a mesma língua tende a transformar em património comum, não se materializasse também em realizações técnicas, industriais e comerciais que, servindo os objectivos do Brasil e de Portugal, contribuam para aumentar a riqueza de ambos os povos», afirmou, nomeadamente, Ramalho Eanes na mensagem gravada que dirigiu ao povo brasileiro e que foi divulgada pela rede da TV-Globo na véspera da chegada do Chefe de Estado português.

Em Brasília, Ramalho Eanes condecorou o Chefe de Estado brasileiro, general Ernesto Geisel, com o grão-colar da Ordem de Infante D. Henrique. Por seu turno, o general Geisel condecorou o Presidente português com o grão-colar da Ordem do Cruzeiro do Sul — a maior condecoração brasileira — e, em nome do Exército brasileiro, entregou ainda a Ramalho Eanes a Cruz da Ordem de Mérito Militar.

Os dois estadistas tiveram, posteriormente, uma primeira sessão de conversações, que durou cerca de hora e meia.

Uma exposição de tapeçarias portuguesas foi inaugurada pelo general Eanes no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério brasileiro dos Negócios Estrangeiros. Antes, o Presidente recebeu o corpo diplomático acreditado na capital brasileira.

## «UMA COMUNIDADE DE CULTURAS»

«O que existe de mais sólido e mais duradouro entre o Brasil e Portugal, existe antes de nós e o cotejo das nossas relações demonstra que esse fluxo permanente resistiu à vontade dos homens, chegando até a contrariá-la», disse o Presidente Ramalho Eanes no discurso que pronunciou no banquete com que foi obsequiado pelo chefe de Estado brasileiro.

Mais adiante, o Presidente da República referir-se-ia à «premente necessidade de nos associarmos, brasileiros e portugueses, aos povos africanos de expressão comum, para que possa florescer uma comunidade de culturas cuja convivência ultrapasse as barreiras de mercado e os egoísmos dos Estados, e em que os interesses estrangeiros



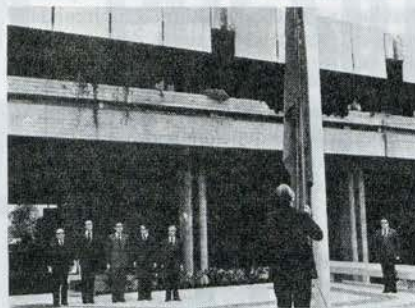
Ernesto Geisel e Ramalho Eanes, em Brasília.

não possam perverter pela força os valores básicos comuns».

Por seu turno, Ernesto Geisel, depois de salientar, no seu discurso, que «portugueses e brasileiros têm encontrado valores comuns, que transcendem passagens incompreensões», afirmaria, a dado passo:

«Ao Brasil e a Portugal nunca intimidaram as distâncias. Tal atitude nos propicia toda a sorte de contactos bilaterais e multilaterais. Haverá domínios, por certo, em que a situação ou a experiência do Brasil e Portugal tenderão a favorecer uma conjugação de esforços em determinados empreendimentos, inclusive de ordem económico-comercial».

## NOVA EMBAIXADA DE PORTUGAL EM BRASÍLIA



Aspecto da cerimónia de inauguração da nova Embaixada de Portugal, em Brasília.

No segundo dia da sua visita oficial ao Brasil, Ramalho Eanes inaugurou a nova sede da Embaixada de Portugal em Bra-

sília. O edifício foi projectado pelo arquitecto Chorão Ramalho e ergue-se numa área de 40 mil metros quadrados. Os interiores estão decorados com tapeçarias, gravuras e pinturas de vários artistas plásticos portugueses; o edifício inclui salas polivalentes para conferências, exposições e concertos.

Na Embaixada, o Chefe de Estado ofereceu uma recepção às autoridades brasileiras locais e à comunidade portuguesa residente na capital federal, com a qual teve uma conversa informal, sendo de salientar que muitos dos nossos compatriotas se deslocaram propositadamente do Rio de Janeiro para poderem estar presentes a este encontro.

Ramalho Eanes deslocou-se, a seguir, ao Congresso Nacional — reunido em sessão solene de homenagem ao Presidente português —, onde discursou, tendo depois visitado o governador do distrito federal, Elmo Serejo Farias e pronunciado novo discurso no Supremo Tribunal Federal. Antes da sua partida para São Paulo, o Chefe de Estado deu uma conferência de imprensa.



Os Chefes de Estado de Portugal e do Brasil ao assinarem, em Brasília, o comunicado conjunto.

## COMUNICADO OFICIAL

Foi, entretanto, divulgado o comunicado oficial conjunto relativo a esta visita presidencial ao Brasil. Depois de enunciar a posição dos dois países em relação a diversas questões da conjuntura política internacional, o documento refere-se à evolução das relações económicas, financeiras e comerciais luso-brasileiras, salientando-se a propósito, que os presidentes Eanes e Geisel acordaram no sentido de estimular uma «significativa diversificação das trocas comerciais» e «se comprometeram a encaminhar» a solução dos problemas remanescentes que envolvem tanto os investimentos brasileiros em Portugal como os investimentos portugueses no Brasil.

Ficou ainda acordado que existe conveniência e oportunidade na convocação, durante o segundo semestre deste ano, de uma reunião da comissão económica luso-

-brasileira. No comunicado reafirma-se, também, o apoio e estímulo aos contactos entre entidades estatais e privadas que permitam uma permanente avaliação da cooperação económica e tecnológica entre os dois países.

No decurso da visita de Ramalho Eanes ao Brasil foram assinados os seguintes actos: acordo luso-brasileiro sobre transporte e navegação marítima; troca de notas sobre o cumprimento das conclusões do grupo de contacto intergovernamental Brasil-Portugal, pelo qual foi encaminhada a solução dos assuntos relativos a investimentos recíprocos nos dois países; e troca de notas relativa à IV Reunião de Consulta Aeronáutica entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa. Como consequência das negociações havidas, foi também prorrogada por um ano a linha de crédito do Banco do Brasil à Caixa Geral de Depósitos, e elevado o seu montante de 50 para 70 milhões de dólares.

Ainda segundo o comunicado conjunto, Ramalho Eanes convidou Ernesto Geisel a visitar oficialmente Portugal. O presidente brasileiro agradeceu o convite e comunicou que a data da visita será estabelecida oportunamente por via diplomática.

#### CONTACTOS COM A COMUNIDADE PORTUGUESA EM SÃO PAULO E NO RIO DE JANEIRO

Em São Paulo, o general Eanes foi alvo de uma expressiva homenagem por parte de emigrantes portugueses, na Associação Portuguesa de Desportos. Cerca de 2500 compatriotas saudaram o Chefe de Estado, cantando o Hino Nacional português e o brasileiro.

Antes, o Presidente estivera na Casa de Portugal, onde, dirigindo-se à assistência, afirmou: «Sou um presidente temporário de um País, o nosso, que é eterno, e a perennidade deste País sois vós; são os portugueses». Na ocasião, Ramalho Eanes condecorou o coronel Sarmento Pimentel, velho combatente antifascista, com a Grã-Cruz da Ordem de Santiago, uma das mais altas condecorações portuguesas, tendo sublinhado que aquele democrata «manifesta bem as qualidades do povo português».

O Chefe de Estado condecorou também o governador do Estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

O Presidente esteve, ainda em São Paulo, no Hospital da Beneficência Portuguesa — tendo proferido um curto improvisado de elogio a esta instituição — e no Palácio dos Bandeirantes.



*Durante a sua viagem, o Presidente foi alvo de expressiva homenagem por parte das comunidades portuguesas.*

No Rio de Janeiro, depois de ter visitado o governador do Estado, Faria Lima, Ramalho Eanes deslocou-se à Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, onde foi condecorado com a Cruz Humanitária, a mais importante condecoração atribuída por aquela associação.

No Gabinete Português de Leitura, o general Eanes referiu-se ao papel desempenhado por esta instituição desde que, há quase um século, foi fundada e «por onde

passaram tantos portugueses ilustres como Ramalho Ortigão e Gago Coutinho, Vitorino Nemésio e António José de Almeida».

No final da sessão, o Presidente condecorou o Gabinete com a Cruz da Ordem do Infante.

No Clube Ginástico Português, o Chefe de Estado participaria num banquete promovido pela comunidade portuguesa, à qual ofereceu, mais tarde, uma recepção.

## APOIO E COMPREENSÃO DA VENEZUELA

«Recém-chegados de novo à democracia, que queremos genuína, isto é, integral e correspondente à vontade soberana do nosso povo, podemos encontrar na Venezuela compreensão e apoio que só podem brotar de um país que concilia a não ingerência nos assuntos internos de outros povos e o respeito pela auto-determinação, com a permanente preocupação de agir em prol da permanência e estabilização das instituições e valores democráticos», disse o general Ramalho Eanes, à sua chegada ao Aeroporto de Caracas, em resposta à saudação que lhe dirigiu o presidente venezuelano, Carlos Andrés Perez.

Antes de iniciar a primeira sessão de conversações com Andrés Perez, o Presidente português deslocou-se ao panteão nacional para depor uma coroa de flores no túmulo de Simon Bolívar, tendo sido aplaudido por um grupo de portugueses que acorreram ao local.

Durante a sua estada na capital venezuelana, Ramalho Eanes foi carinhosamente recebido pela comunidade portuguesa local, encontros realizados no Círculo das Forças Armadas, Centro Português de Caracas e na Associação Desportiva Luso-Venezuelana. Na sessão que decorreu nesta última instituição, onde estiveram presentes mais de mil emigrantes, o general Eanes, em breve improvisado, referiu-se ao trabalho dos portugueses e dos luso-venezuelanos, salientando que «tudo fará» para tornar possível que «só se saia de Portugal por necessidade pessoal de realização».

«Ser português — acentuou — pode ser também ter a nacionalidade venezuelana e continuar ligado a Portugal».

Anteriormente, no Ministério venezuelano dos Negócios Estrangeiros, o Presidente recebera cumprimentos do corpo diplomático acreditado em Caracas, tendo ainda oferecido uma recepção em honra de Carlos Andrés Perez.

Após nova sessão de conversações com o presidente venezuelano, Ramalho Eanes discursou no Congresso da República, durante uma sessão solene, e deu uma conferência de imprensa.

No âmbito desta visita presidencial realizou-se, entretanto, uma reunião entre empresários do nosso País e funcionários governamentais da Venezuela, para análise de projectos e investimentos portugueses em vários sectores da economia daquela nação latino-americana. Recorde-se que várias empresas portuguesas estão já a participar em empreendimentos industriais na Venezuela.



Ramalho Eanes com Andrés Perez, em Caracas.



Sá Machado e Jorge Mantellini assinando os novos acordos luso-venezuelanos.

## NOVOS ACORDOS LUSO-VENEZUELANOS

Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Venezuela, Sá Machado e Jorge Mantellini, assinaram uma série de novos acordos entre os dois países, cerimónia a que assistiram os presidentes Ramalho Eanes e Andrés Perez.

Os convénios agora assinados referem-se à emigração, cooperação económica e industrial, intercâmbio cultural e desportivo, anulação da dupla tributação que vinha a

afectar a actividade das respectivas transportadoras aéreas nacionais (TAP e Viasa) e supressão dos vistos nos passaportes diplomáticos.

No que respeita ao «acordo operacional de emigração», pelo qual ambas as partes se comprometem a determinados princípios relativamente ao trabalho de portugueses na Venezuela, é de salientar que a emigração para este país poderá efectuar-se mediante ofertas de trabalho individuais ou colectivas, sendo estabelecidos três tipos de programas:

— Programa de pré-colocação de trabalhadores (sendo necessário que existam postos de trabalho concretos que irão ser ocupados pelos candidatos a seleccionar);

— Programa de patrocínio de trabalhadores (através do qual é solicitada a entrada de uma pessoa identificada pelo empregador para um posto de trabalho existente);

— Programa de trabalhadores permanentes (que inclui os emigrantes que entrem na Venezuela sem colocação pré-determinada e que irão executar trabalhos especializados, em sectores ou empresas).

Nos termos deste acordo, o trabalhador deverá viajar só, podendo posteriormente solicitar autorização para a deslocação dos seus familiares; serão depois estabelecidas facilidades quanto ao envio para Portugal de fundos provenientes do seu trabalho.

Além disso, as autoridades venezuelanas providenciarão no sentido de aos trabalhadores portugueses ser concedida autorização para o transporte, de uma só vez, de objectos pessoais e equipamento técnico relacionado com a sua profissão, com isenção de taxas alfandegárias e de outras cargas fiscais, e num prazo de três meses após a entrada do trabalhador na Venezuela.

## COOPERAÇÃO ECONÓMICA

No comunicado conjunto tornado público no final da visita de Ramalho Eanes afirma-se que, no âmbito da cooperação económica, os Chefes de Estado de Portugal e da Venezuela reconhecem as possibilidades de constituição de empresas mistas entre os dois países, tendo a parte portuguesa manifestado a intenção de criar uma linha de crédito, através do Banco de Fomento Nacional, para a exportação de bens de capital e para a prestação de serviços técnicos de origem portuguesa.

O comunicado refere que os dois presidentes reiteraram a adesão dos seus respectivos Governos aos princípios que regem as relações entre os Estados que integram o concerto das nações e a este respeito consideraram em particular os relativos à igualdade jurídica dos Estados, à auto-determinação dos povos e à solução pacífica das questões internacionais, renunciando ao uso da força.

Neste documento, depois de se terem pronunciado conjuntamente sobre diversos assuntos de âmbito internacional, os presidentes de Portugal e da Venezuela declararam-se ainda a favor do estabelecimento de uma nova ordem económica internacional de acções que permitam prevenir e punir o terrorismo.



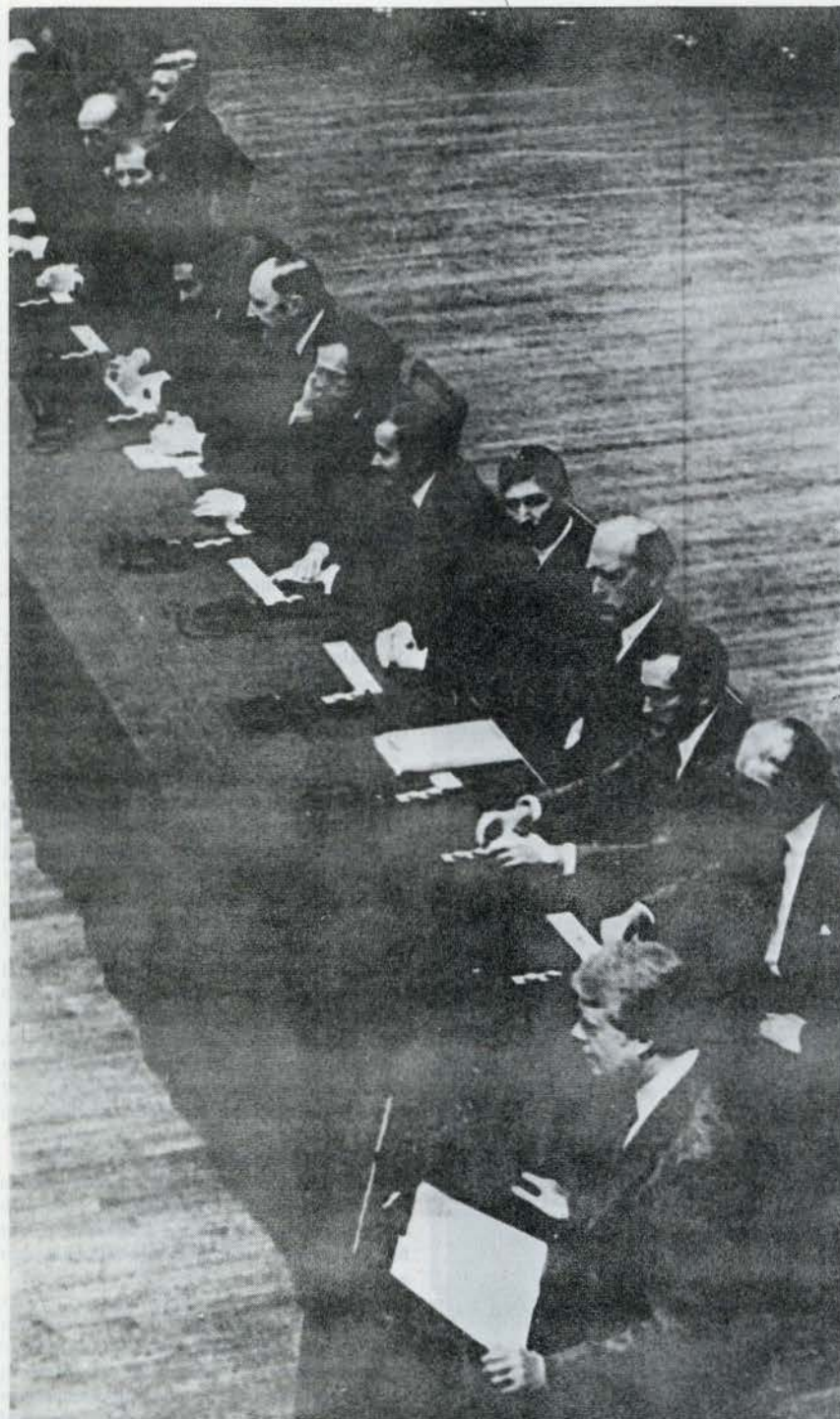
O Presidente da República, acompanhado pelo embaixador Walter Rosa e pelo ministro Sá Machado, junto ao túmulo de Simon Bolívar, onde foi deposita uma coroa de flores.



O general Ramalho Eanes é saudado por representantes da comunidade numa das associações portuguesas de Caracas.



Na capital venezuelana, o Presidente e sua esposa são cumprimentados por alunos de uma escola portuguesa.



O general Eanes entre os participantes da cimeira da NATO, quando discursava o presidente norte-americano, James Carter (teletoto UPI/ANOP).

## PARTICIPAÇÃO NA CIMEIRA DA NATO

Nos Estados Unidos, quarta e última escala desta viagem presidencial, Ramalho Eanes participou na «Cimeira da NATO» (Organização do Tratado do Atlântico Norte), em Washington, conferência a que estiveram presentes chefes de Estado e de Governo dos diversos países membros da organização.

No discurso que pronunciou no primeiro dia da reunião, o Presidente da República referiu-se à necessidade de eliminar os «factores da crise económica» nos países membros da Aliança Atlântica, como condição para uma efectiva segurança militar dos países aliados. Desenvolvendo esta perspectiva, o general Eanes sublinhou que «a falta de uma resposta organizada e conjunta» dos membros da NATO a tal problemática, faz recear a eventualidade de se virem a desenvolver «tendências de protecção neo-isolacionistas» que, a médio prazo, «diminuiriam ou anulariam a coesão e unidade em que a NATO se fundamenta».

O Presidente manifestou também a sua preocupação quanto à lentidão com que se processa «a adaptação às novas condições do sistema económica mundial que interromperam as linhas de um crescimento rápido, continuado e auto-sustentado».

Tendo como objectivo conseguir uma resposta eficaz à ameaça específica da crise económica, Ramalho Eanes preconizou a indispensabilidade de se conjugarem meios para a criação de uma nova ordem económica que assegure às regiões desfavorecidas do Sul as oportunidades de progresso que, segundo acentuou, são «um imperativo de segurança das sociedades democráticas».

Analisando, a terminar, a participação e o contributo do nosso País na Aliança Atlântica, o general Ramalho Eanes diria, nomeadamente:

«Portugal sabe que não existe aparelho militar forte e eficaz se não houver solidez política; sabe que esta não é possível sem progresso económico; sabe, também, que os próprios valores da democracia e da liberdade são postos em causa perante a ameaça psicológica e pela possibilidade de rompimento da solidariedade democrática.

Sendo um dos países europeus que maiores dificuldades enfrenta para concretizar um processo de estabilização seguro, nomeadamente no campo económico, Portugal reconhece o papel fundamental da entreada que se estabelece entre os membros da Aliança no quadro de defesa integrada que transcende as razões puramente militares».



# ORGANISMOS DO CONSELHO DA EUROPA REUNIRAM EM PORTUGAL



A renovação do acordo de utilização da base aérea das Lajes (Açores) foi um dos assuntos debatidos durante o encontro entre James Carter e Ramalho Eanes (telefoto UPI/ANOP).

## ENCONTRO COM O PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS

Em Washington, o Chefe de Estado português teve um encontro com o presidente norte-americano James Carter. Para além de Ramalho Eanes, faziam parte da delegação portuguesa a esta reunião, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Vitor Sá Machado, o embaixador de Portugal em Washington, João Hall Themido, o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Henrique Granadeiro, e o assessor presi-

dencial para as relações internacionais, Luis Martins.

A situação em África, a segurança europeia, os direitos humanos, a cooperação económica bilateral e a utilização da base aérea das Lajes, nos Açores, pela Força Aérea dos EUA, foram os principais assuntos analisados neste encontro entre Ramalho Eanes e James Carter, segundo se afirma no comunicado conjunto distribuído no final da reunião.

Antes da sua partida para Nova Iorque, o Presidente Eanes recebeu, na nossa Embai-

xada em Washington, a comunidade portuguesa residente nesta cidade.

Dirigindo-se aos nossos compatriotas, Ramalho Eanes afirmou que Portugal contava com o seu trabalho e que a comunidade podia contar com Portugal e sugeriu que os portugueses residentes naquela zona formassem uma associação para, em colaboração com a Embaixada, melhor poderem resolver os seus problemas, salientando, no entanto, que «tudo o que não havia sido feito em dezenas de anos não podia também ser agora feito em pouco tempo».

## 40 INTERVENÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

A impossibilidade de se levar a bom termo o processo de desarmamento, enquanto se mantiver o actual sistema económico internacional, «profundamente desequilibrado e gerador de tensões com repercussão mundial», foi sublinhada pelo Presidente da República ao discursar na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, durante a sessão especial sobre o desarmamento.

Na sua intervenção, Ramalho Eanes, considerou que o desarmamento permanece inseparável de medidas tendentes a excluir das relações entre os países o recurso à força, o terrorismo internacional e mesmo a agressão ideológica. Ele será também inviável — acentuou — à margem de uma política de desanuviamento e é incompatível com o ultraje das normas jurídicas internacionais e com o menosprezo dos Direitos do Homem.

O desarmamento, disse ainda o general Eanes, «não se constituirá sobre a fome, sobre a injustiça, sobre a opressão de outros povos. Não será nunca sinceramente adoptado pelos que façam das armas a fonte do seu poder».

Mais adiante e depois de referir que a comunidade internacional tem assistido com crescente ansiedade à corrida aos armamentos, o Presidente da República sublinhou:

«A paz que temos é uma paz armada, e neste ambiente as relações entre os Estados ficam inevitavelmente sujeitas a imposições de soluções injustas, permitidas pelos desequilíbrios existentes.

As estratégias desarmamentistas não poderão, porém, subestimar as expectativas e os interesses das pequenas nações que, colocadas no eixo potencial de novos confrontos, têm o direito de interferir na resolução de uma questão que interessa vitalmente à sua segurança e aos seus valores humanos».

O Presidente português referiu-se, a seguir às necessidades de equilíbrio permanente da capacidade militar das grandes potências nucleares como condição mínima de estabilidade das relações internacionais. «Os pequenos países como Portugal — afirmou Ramalho Eanes — não podem impedir-se de denunciar o perigo nuclear crescente, sem no entanto se deixarem convencer por campanhas de intoxicação, com óbvia motivação política, ou por pretensos juízos de valor sobre certos tipos de armamento nuclear. Do ponto de vista moral não há diferenças entre os instrumentos bélicos

nucleares ao dispor das grandes potências. O que nos preocupa é a existência de armas nucleares e não a sua nova forma.

Simultaneamente com as medidas de redução de armamento nuclear, terão de ser negociadas medidas de limitação do armamento convencional».

Ainda em Nova Iorque, o Presidente Eanes conferenciou com o chefe de Estado de Chipre, Spyros Kyprianou, numa sala

da Assembleia Geral da ONU. Interrogado pelos jornalistas, Ramalho Eanes disse que as conversações tinham decorrido por iniciativa do seu homólogo cipriota.

O Presidente português foi um dos convidados de honra do almoço oferecido pelo secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim. Além do general Eanes, foram convidados os primeiros-ministros de Angola, Itália, Grã-Bretanha, Noruega e Turquia.



Ramalho Eanes e Kurt Waldheim, acompanhados por um intérprete, durante o almoço oferecido pelo secretário-geral da ONU, em Nova Iorque.

## PRÓXIMA VISITA AO CANADÁ

No decorrer de uma conferência de imprensa — transformada em reunião informal com os jornalistas por decisão do próprio Presidente —, Ramalho Eanes anunciou que visitará proximamente o Canadá. Em relação à renovação do acordo sobre a utilização da Base Aérea dos Açores pelos EUA, frisou que parte substancial das vantagens financeiras a obter pelo nosso País serão aplicadas nos Açores.

Em Newark, localidade situada a cerca de 60 quilómetros de Nova Iorque, o Presidente avistou-se com representantes da comunidade portuguesa e luso-americana, momentos antes de partir para Lisboa.

Falando aos cerca de 1500 emigrantes presentes no aeroporto, Ramalho Eanes afirmou que não fora ali para os convencer a mandarem dinheiro para Portugal. «Os emigrantes mandam as suas remessas se assim o entenderem. A questão é só deles», observou ainda o Presidente.

O Chefe de Estado começara por dizer que «a situação em Portugal não é tão grave quanto se apregoa pelas comunidades portuguesas no estrangeiro» e acrescentara que «a paz está estabelecida e a liberdade assegurada».

«Somos um país democrático, com uma palavra a dizer na Europa e no Mundo», declarou o Presidente.

# ORGANISMOS DO CONSELHO DA EUROPA REUNIRAM EM PORTUGAL



*Decorreu no Porto a reunião da Comissão de Assuntos Jurídicos do Conselho da Europa, que foi dirigido pelo vice-presidente do Parlamento Europeu, dr. Margue, tendo participado nos trabalhos — a que estiveram presentes representantes de 23 países — o ministro da Justiça, dr. Santos Pais.*

*No Estoril e a convite do Governo português, realizou-se a reunião anual conjunta dos directores e administradores do Fundo de Restabelecimento do Conselho da Europa, os quais visitaram diversos empreendimentos financiados por aquele organismo europeu no nosso País.*

No encontro do Porto — cidade que foi escolhida para esta reunião em resposta a um convite formulado nesse sentido pela delegação portuguesa — foi debatida, nomeadamente, a liberdade de informação e a sua incidência no que respeita ao acesso do público a documentos oficiais, conceito de regra do segredo, liberdades fundamentais e direitos e obrigações políticas.

## ADAPTAR A LEGISLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Na sua intervenção, o ministro da Justiça referiu-se às reformas actualmente em curso no seu sector, declarando a dado passo: «Hoje, pode dizer-se que toda a nova legislação civil, penal e mesmo administrativa, foi ou está a ser adaptada aos objectivos constitucionais e, num sentido, se aproxima, quando não se identifica, com as mais modernas e exigentes legislações estrangeiras». Assim, prosseguiu o dr. Santos Pais, «no novo Código Civil, além da adaptação aos princípios constitucionais da igualdade dos cônjuges, quanto a direitos e deveres, e da não discriminação dos filhos nascidos fora do casamento, consagram-se alterações substanciais, como a antecipação da maioridade para os 18 anos, adopção de novos princípios sobre a aquisição de personalidade por associações, sem necessidade de qualquer autorização ou reconhecimento, elevação da idade núbil da mulher, fixando-a, como a do homem, aos 16 anos, novos princípios da administração dos bens dos cônjuges em plena igualdade, admissão de dois tipos de divórcio — por violação culposa dos deveres conjugais e por ruptura da vida em comum».

No domínio penal, o ministro salientou que «a execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade passou a ser fiscalizada por juizes e os administradores gozam do poder de reagir contra actos da administração que lesem ou ponham em perigo os seus direitos».

## «RESPEITO PELA LEI E PELOS DIREITOS HUMANOS»

Depois de mencionar problemas relativos à criminalidade, o ministro da Justiça realçou que «as nossas polícias agem sob controlo dos juizes de instrução criminal e de agentes do Ministério Público, com total respeito pela lei e pelos direitos humanos», acrescentando que, tal como consta, aliás, do Programa do Governo, foi sempre intenção de Portugal «aceitar os artigos 25 e 46 da Convenção Europeia dos Direitos do Homem».

Também o presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos do Conselho da Europa se referiu à Convenção dos Direitos do Homem, durante a conferência de imprensa realizada na sessão de encerramento dos trabalhos desta reunião, tendo salientado o facto de o nosso País admitir o recurso individual às estruturas jurídicas do Conselho da Europa, no caso de infracção àquela Convenção e se os tribunais portugueses não derem satisfação à queixa. O dr. Margue recordou, em contrapartida, que a Grécia, a França, a Turquia, Chipre e Malta não aceitam essa possibilidade de os seus cidadãos recorrerem directa ou individualmente ao Conselho da Europa.

## O FUNDO DE RESTABELECIMENTO DO CONSELHO DA EUROPA

Criado em 1959, com o objectivo de ajudar a solucionar os problemas económicos dos refugiados e repatriados, o Fundo de Restabelecimento do Conselho da Europa funciona como um banco de empréstimos sociais. As quotas de participação de cada país membro são calculadas na base dos índices do seu desenvolvimento económico-social.

Presentemente são dezoito os Estados que participam no Fundo (Alemanha Federal, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Liechtenstein, Malta, Noruega, Santa Sé, Suíça, Turquia e Portugal, que aderiu em Julho de 1976), sendo de salientar que a Suécia, apesar de não pertencer a este organismo, decidiu colaborar no programa de apoio aos desalojados portugueses.

Com efeito, o auxílio atribuído pelo Fundo a Portugal — no montante de 2,7 milhões de contos para o período 1976/78 — tem tido particular relevo na criação e desenvolvimento dos programas de apoio aos refugiados das ex-colónias. Chipre é outro dos países que recebeu significativo auxílio financeiro daquele organismo.

## PROGRAMA DE APOIO AOS DESALOJADOS

A reunião do Comité de Direcção e do Conselho de Administração do Fundo de Restabelecimento do Conselho da Europa, que decorreu no Estoril e na qual participaram delegados de todos os países membros — com excepção da Islândia —, foi presidida pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, dr. João Lima, e contou com a presença do alto-comissário para os Desalojados, tenente-coronel Gonçalves Ribeiro, que teve oportunidade de expor as linhas fundamentais da acção oficial no domínio do programa de atribuição de crédito aos desalojados para iniciativas de carácter económico, visando a sua completa integração na sociedade portuguesa.

O crédito já concedido — que inclui o financiamento que o Fundo atribuiu ao nosso País — para empreendimentos diversos, deu origem à criação de 43 mil postos de trabalho, segundo afirmou o alto-comissário para os Desalojados. Estes novos postos de trabalho situam-se principalmente no sector das indústrias transformadoras e foram distribuídos por todo o continente e ilhas.

Gonçalves Ribeiro recordou, a propósito, que, entre Agosto de 1975 e Agosto de 1977, chegaram a Portugal, vindas das antigas colónias africanas, cerca de 550 mil pessoas, o que representa um aumento de seis por cento da população residente.

## «IMPRESSÃO MUITO POSITIVA»

Em declarações à imprensa, no final dos trabalhos, o dr. José Cutileiro, embaixador de Portugal junto do Conselho da Europa, referiu que os participantes haviam analisado aspectos correntes da gestão do Fundo, e acentuou que o trabalho desenvolvido no nosso País deixou uma impressão muito positiva aos directores e administradores daquele organismo, que é hoje, conjuntamente com o ministério das Finanças, a mais importante fonte de apoio ao programa do Alto-Comissariado para os Desalojados.

Durante a sua estada em Portugal, os dirigentes do Fundo de Restabelecimento foram recebidos pelos ministros das Finanças e Plano e dos Negócios Estrangeiros, tendo ainda visitado uma série de empreendimentos financiados por aquele organismo europeu e localizados em Brejos de Azeitão, Alcácer do Sal e Caldas da Rainha.

# COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

*A vontade comum de institucionalizar as relações entre os Parlamentos de Portugal e de Espanha, através da criação de uma comissão mista, foi manifestada pelo presidente das Cortes de Espanha, António Hernandez Gil, e pelo presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, durante uma conferência de imprensa em que foram dados a conhecer os resultados da deslocação a Lisboa de uma delegação de deputados espanhóis. Na ocasião, Vasco da Gama Fernandes revelou que vai ser constituída uma comissão parlamentar portuguesa para se ocupar dos problemas entre os dois países ibéricos.*

*Ainda no âmbito da cooperação luso-espanhola, deslocaram-se ao nosso País o ministro espanhol da Cultura, Pio Cabanillas, e o secretário de Estado, Cañadas Nouvilas. No final desta visita, foi anunciado um programa de realizações culturais conjuntas, a curto e médio prazo, bem como a próxima criação de um Instituto de Cultura Portuguesa em Madrid.*

A delegação parlamentar espanhola, que, a convite do presidente da Assembleia da República, visitou a capital portuguesa, integrava, além do presidente das Cortes e do vice-presidente do Senado, dez outros membros das Cortes e do Senado — eleitos pelos principais partidos políticos espanhóis — e, ainda, um dos senadores designados pelos rei, Luca de Tena.

Durante a sua estada em Lisboa, a delegação espanhola foi recebida, no Palácio de São Bento, pelo presidente da Assembleia da República, dirigentes dos grupos parlamentares e membros da comissão dos Negócios Estrangeiros e Emigração. Na mensagem que, na ocasião, dirigiu aos ilustres visitantes, Vasco da Gama Fernandes diria, nomeadamente: «Espanha e Portugal são dois países que passaram a maior parte da sua história de costas voltadas um para o outro, não por culpa dos respectivos povos, mas por contingências políticas. Esse período está, felizmente, ultrapassado».

Os parlamentares espanhóis foram também recebidos pelo Presidente da República e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, com quem debateram assuntos de interesse para ambos os países, tendo sido salientado, durante este último encontro, «o estado actual das excelentes relações existentes entre Portugal e a Espanha».

## «LEVAR A CABO UMA ESTREITA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO»

Na referida conferência de imprensa, o presidente das Cortes de Espanha manifestou a sua «alta satisfação» pela forma como decorreu esta visita e afirmou que, «para além dos elementos que definem cada uma das nações da Península Ibérica», existem entre ambos os Estados muitas afinidades históricas e culturais que importa desenvolver, acrescentando, a propósito:

«Precisamos de levar a cabo uma estreita política de cooperação no quadro do Tratado de Amizade entre os nossos dois países, ratificado por ambos os Parlamentos que são indispensáveis na efectivação desse acordo, porque somos os legítimos representantes do povo, principais protagonistas nesta nova etapa que se oferece aos dois países peninsulares».

António Hernandez Gil sublinharia, ainda, que tal cooperação deverá ser praticada ao nível da própria integração dos dois países ibéricos na Comunidade Económica Europeia, considerando, por outro lado, que, antes de se «encontrarem com a Europa», Portugal e Espanha «devem encontrar-se com eles próprios».

## DEBATIDAS AS RELAÇÕES CULTURAIS ENTRE OS DOIS PAÍSES

Durante a sua estada no nosso País, o ministro espanhol da Cultura, Pio Cabanillas, e o secretário de Estado da Cultura, Cañadas Nouvilas, participaram em reuniões de trabalho com os seus homólogos portugueses, Sottomayor Cardia e António Reis, respectivamente, tendo ainda sido recebidos pelo Primeiro-ministro e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em Lisboa, aqueles dois membros do Governo de Espanha estiveram presentes à sessão de encerramento da exposição de pintura espanhola contemporânea, que esteve patente na Fundação Gulbenkian e que havia sido inaugurada pelo rei Juan Carlos, aquando da sua visita a Portugal. Pio Cabanillas e Cañadas Nouvilas assistiram igualmente a um espectáculo de ópera e bailado no Teatro de São Carlos, tendo ainda visitado o Museu do Trajo, os Palácios da Ajuda e de Queluz e, no decurso de uma breve deslocação ao Centro do País, a Universidade de Coimbra e os Mosteiros da Batalha e de Alcobaça.

## COMUNICADO CONJUNTO

No comunicado conjunto distribuído no final desta visita, anuncia-se a próxima criação de um Instituto de Cultura Portuguesa em Madrid, «a realização de diversas exposições em várias cidades espanholas» e a estreia, em Espanha, da Companhia Nacional de Bailado do nosso País. A Espanha apoiará também as comemorações do quarto centenário da morte de Luís de Camões, a realizar em 1980, prevendo-se, nomeadamente, o lançamento de uma nova edição espanhola de «Os Lusíadas». O Governo português promoverá a realização de uma Semana do Cinema Espanhol, que terá lugar em Lisboa, no próximo Outono, e a apresentação, também na capital, da Orquestra Nacional de Espanha.

O comunicado conjunto, que sintetiza as conversações havidas entre as delegações culturais dos dois países, foi divulgado durante uma conferência de imprensa a que estiveram presentes Pio Cabanillas, Cañadas Nouvilas, Sottomayor Cardia e António Reis.

Neste encontro com os jornalistas, António Reis afirmou que o futuro Instituto de Cultura Portuguesa em Madrid funcionará como um «centro coordenador do ensino da língua portuguesa a todos os níveis e como um centro dinamizador das actividades culturais em Espanha, através de manifestações regulares».

## INTENSIFICAR O INTERCÂMBIO CULTURAL

As delegações portuguesa e espanhola estudaram igualmente a possibilidade «de se estabelecerem facilidades para proceder ao intercâmbio dos fundos documentais e bibliográficos entre os arquivos e bibliotecas nacionais, assim como facilitar a circulação do livro».

Quanto a este último ponto, Pio Cabanillas e Sottomayor Cardia revelaram que foram debatidos os problemas aduaneiros que dificultam a livre circulação dos livros entre os dois países. «Este assunto será um dos temas a ser discutido nas próximas conversações», disse o ministro espanhol.

Foi ainda analisada a possibilidade de intensificar o intercâmbio nos domínios da música, do teatro, do cinema, da animação cultural e, ainda, a cooperação no âmbito da política de salvaguarda do património cultural e natural.

## Participação de Portugal na NATO



Almirante Souto Cruz.

O comunicado final da reunião dos chefes dos Estados-Maijores - Generais dos países membros da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) refere que a contribuição de Portugal para os planos de defesa da Organização terá de ser — devido às actuais dificuldades económicas do nosso País — menos intensa do que a dos restantes países membros.

Na reunião, que decorreu em Bruxelas, participou o chefe do Estado-Maijor da Armada, almirante Souto Cruz, em representação do general Ramalho Eanes. Souto Cruz assistiu também à reunião da Comissão do Plano

de Defesa, a que esteve igualmente presente o ministro da Defesa, coronel Firmino Miguel.

Nas declarações que prestou à sua chegada a Lisboa, o chefe do Estado-Maijor da Armada sublinhou, como problema mais importante da agenda daqueles encontros, a análise do plano de defesa a longo prazo. Segundo afirmou, a NATO «está empenhada no plano de longo prazo, com o objectivo de restabelecer um equilíbrio de forças entre o Leste e o Oeste» e de conseguir, assim, as condições mínimas para que o desanuviamento militar «seja um facto».

Por outro lado, os membros da Aliança pronunciaram-se sobre a posição particular de Portugal, à qual o citado comunicado final faz explícita referência. «Foi reconhecido», afirmou o almirante Souto Cruz, «que, dada a nossa presente situação económica, não se pode pedir ao nosso País o mesmo esforço que vai ser exigido aos restantes membros, e que certos planos essenciais de defesa terão de ser feitos com auxílio exterior». «Encontrou-se receptividade nesse sentido e espera-se que realmente se materialize a ajuda externa», acrescentou Souto Cruz.

## Negociações para adesão de Portugal à CEE começam em Outubro

Os ministros dos países membros da Comunidade Económica Europeia decidiram, durante uma reunião na capital luxemburguesa, encetar «tão rapidamente quanto possível» as negociações com Portugal, tendo em vista a admissão do nosso País na CEE.

Embora não tenha sido anunciada oficialmente a data prevista para o início das negociações, fontes ligadas à Comunidade consideraram que aquelas poderão iniciar-se em Outubro próximo, prolongando-se por tempo indeterminado, até à sua conclusão. Face a esta decisão,



Lorenzo Natali com Mário Soares, em Lisboa.

prevê-se que Portugal venha a ser o décimo primeiro país membro da CEE, logo a seguir à Grécia e antes da Espanha.

Na referida reunião, os ministros da CEE aprovaram o relatório preparado pela comissão executiva sobre o pedido de admissão formulado pelo nosso País, no qual se afirmava que Portugal não pode ser deixado fora «do processo de integração europeia», uma vez que a sua adesão «servirá para reforçar o ideal europeu».

Falando aos jornalistas, durante a sua recente estada em Lisboa, o vice-presidente da comissão executiva da CEE, Lorenzo Natali, frisou que a integração de Portugal na Comunidade Europeia «não pode ser satisfatória sem acções específicas da CEE, e sem esforços porfiados pela parte de Portugal».

Aquele dirigente da CEE, encarregado das questões relativas

ao alargamento da Comunidade aos países que já solicitaram a sua admissão, referiu que é necessário preparar a entrada de Portugal na CEE, a fim de evitar que a Comunidade venha a ter de enfrentar demasiados «problemas agrícolas, regionais, financeiros e monetários» após a adesão do nosso País.

Lorenzo Natali afirmaria ainda, manifestando a opinião da comissão executiva, que «Portugal não pode continuar os seus esforços sozinho», devendo ser ajudado pela Comunidade, especialmente para equilibrar a sua balança de pagamentos, mas também em sectores ligados ao desenvolvimento regional e ao progresso social.

«Em particular — acrescentou — a Comunidade deve utilizar o seu peso no Fundo Monetário Internacional para que Portugal obtenha novos créditos e para que sejam suavizadas as condições de concessão destes créditos».

## Prémio da ADEPB para tradução francesa de «Os Bichos» de Miguel Torga



Miguel Torga.

A tradução francesa do livro «Os Bichos», de Miguel Torga, feita por Claire Cayron, foi galardoada com o Prémio de Tradução da «Association pour le Développement des Études Portugaises et Brésiliennes» (Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Portugueses e Brasileiros).

Este prémio — com um valor pecuniário de cinco mil francos — foi instituído em 1977 pela referida Associação, em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian, e destina-se a recompensar a tradução de uma obra contemporânea de língua portuguesa, inédita em francês.

O júri, que atribuiu o prémio por unanimidade, era constituído por Coimbra Martins, embaixador de Portugal em Paris, Liberto

Cruz, conselheiro cultural da nossa representação diplomática na capital francesa, Maria de Lurdes Belchior, embaixador de Portugal junto da UNESCO, prof. J.-M. Massa, presidente da ADEPB, Robert Bréchon, que foi conselheiro cultural da Embaixada de França em Lisboa, Mme. Quint e o prof. Caster, ambos professores de língua portuguesa em universidades francesas e membros da ADEPB, sendo o último o autor de uma tese sobre Mário de Sá Carneiro.

A tradução de «Os Bichos» será proximamente publicada em edição bilingue.

Entretanto, a Associação abriu já concurso para o Prémio de Tradução referente a 1978, continuando, assim, através desta e de outras iniciativas, a promover a divulgação da literatura de língua portuguesa em França. Os candidatos ao prémio deste ano deverão enviar, por correio registado, as suas traduções (dois exemplares dactilografados) ao presidente da ADEPB (117, Rue de Rennes, 75006 — Paris). O regulamento poderá ser obtido na mesma morada, sede da Associação.

Por outro lado, segundo revelou um matutino de Lisboa, uma editora francesa está a preparar a publicação da série de doze volumes do «Diário» de Miguel Torga.



## EMIGRANTES EM FÉRIAS

*Por inúmeras localidades do País os emigrantes em férias terão oportunidade de participar nas Festas e Romarias das suas localidades de origem. Ao mesmo tempo, e aproveitando a sua estadia, são promovidas diversas reuniões e encontros de âmbito sindical, associativo, cultural ou simplesmente de convívio. Noticiamos, a seguir, algumas destas realizações.*

— O Secretariado Diocesano das Migrações e Turismo vai realizar, de 6 a 13 de Agosto, na cidade da Covilhã, a «VI Semana dos Emigrantes Portugueses». Do programa de actividades desta Semana, destacam-se a inauguração, no salão de turismo desta cidade, de uma exposição de pintura do emigrante António Barrocas; a implantação em Caselas de um monumento religioso construído com dádivas dos trabalhadores residentes no estrangeiro e naturais daquela povoação; finalmente, o encontro será coroado com debates sobre questões relativas aos problemas da emigração portuguesa, com a participação dos bispos que compõem a Comissão Episcopal das Migrações e Turismo.

— Em Coimbra vai realizar-se, de 10 a 20 de Agosto, o Primeiro Encontro Europeu de «Cinema e Emigração», encontro que nasce da iniciativa de alguns emigrantes portugueses a trabalhar em França. Segundo um documento subscrito por Manuel Madeira, português residente em Paris, com esta iniciativa pretende-se esclarecer numerosos pontos levantados a propósito da emigração na Europa, num momento em que a actual crise económica contribui para modificar o panorama actual do fenómeno da emigração. Este encontro abre com a apresentação de «O Emigrante», filme de Charles Chaplin; as restantes obras foram seleccionadas entre um vasto número de filmes (300) postos à disposição da organização. Registe-se que, simultaneamente, irá decorrer uma exposição de livros e jornais sobre emigração, incluindo não só as publicações de trabalhadores emigrados, mas também romances e ensaios sobre emigração e, particularmente, obras escritas pelos próprios emigrantes. Este primeiro encontro conta com o apoio do Centro de Estudos Cinematográficos da Associação Académica de Coimbra, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, Federação Francesa de Cine-Clubes e diversos organismos europeus ligados ao fenómeno migratório.

— Em Mangualde, após 11 anos de interregno vão finalmente ser reatadas as já tradicionais «Festas da Vila», estando já constituída a sua comissão organizadora, que deu a conhecer o respectivo calendário e seu programa. As Festas da Vila realizaram-se pela última vez em 1966, decorrendo este ano nos dias 12, 13, 14 e 15 de Agosto, incluindo no seu calendário, para o dia 14, o «Dia do Emigrante».

## Brasil

### Encontro de Associações Luso-Brasileiras



João Lima, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

Com a leitura de uma mensagem enviada pelo dr. João Lima, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, foi iniciado o 1.º Encontro das Associações Luso-Brasileiras da cidade de Santos, na sede do Elos Clube da mesma cidade. Naquela mensagem, João Lima sublinha o papel desempenhado pelos portugueses ali residentes na história da cidade e seu posterior desenvolvimento, sublinhando que o Governo português, na medida do possível, não deixará de empenhar os seus esforços para dinamizar as actividades das referidas associações, tanto no campo social como cultural.

No Encontro participaram representantes do Centro Português, Sociedade Portuguesa de Beneficência, Casa da Madeira, A. A. Portuguesa, Elos Clube de Santos, Elos-Clube de Santos Praia, Elos Clube de São Vicente, Elos Clube de Cubatão, Sociedade Luso-Brasileira, Escola Portuguesa, Capela Nossa Senhora de Assunção, Fundação Lusíada, Elos Clube de Santos-Pompeia, Rancho Folclórico Típico Madeirense e Transportes Aéreos Portugueses. Santos, a cidade que é considerada «a mais portuguesa do Brasil», teve ensejo, por ocasião deste encontro, de ver tal iniciativa destacada nos seus jornais, lembrando-se, assim, de modo singular, o papel desempenhado pela comunidade portuguesa local no progresso da urbe.

## Canadá

### Livro de poemas de Lourenço Rodrigues

Lourenço Rodrigues, autor de um romance sobre a emigração portuguesa nos Estados Unidos, publicou recentemente, em Toronto, um livro de «Versos e Poemas», em edição de autor e datado de 1977. A edição, que é bilingue, tem as traduções a cargo do autor e de Aurélia Caçoilo, contribuindo para uma certa forma de emancipação da literatura sobre o fenómeno da emigração, na medida em que, cada vez mais, são os próprios emigrantes que pegam na pena e dizem de sua justiça! É, sobretudo, este sintoma de saudável autonomia que saudamos neste singelo e meritório trabalho de Lourenço Rodrigues.

## EUA

### Liga de Sociedades Fraternalistas portuguesas nos EUA

No Estado da Califórnia acaba de ser reorganizada a «Liga das Sociedades Fraternalistas Portuguesas de Benefício do Estado da Califórnia».

Estas sociedades, em número de sete, contam com cerca de 70 mil associados e mais de 500 sucursais distribuídas por toda a Califórnia. As sociedades que constituem a Liga são:

- Associação Protectora União Madeirense do Estado da Califórnia (A.P.U. M. E. C.), com sede em Oakland;
- Irmandade do Divino Espírito Santo (I. D. E. S.), com sede em Hayward;
- Federação Fraternal Luso-Americana, com sede em Oakland;
- Sociedade do Espírito Santo (S. E. S.), com sede em Santa Clara;
- Sociedade Portuguesa Rainha Santa Isabel (S. O. R. S.I.), com sede em Oakland;
- União Portuguesa do Estado da Califórnia (U. P. E.C.), com sede em San Leandro;
- União Portuguesa Protectora do Estado da Califórnia

(U. P. P. E. C.), com sede em Hayward.

Depois da aprovação dos seus estatutos, a nova Liga nomeou os respectivos Delegados de cada sociedade à Assembleia Geral, ficando a sua Comissão Executiva constituída por um presidente (Jackie Monteiro), um vice-presidente (Mary V. Comelli), um secretário (John L. Avila) e um tesoureiro (Carlos Salvador), coadjuvados por três cargos de directores, respectivamente Jack Costa, Lena B. Fraga e Carlos Almeida.

## França

### Disco de Ouro para Marie Myriam



Marie Myriam ao receber o «Disco de Ouro», acompanhada pelos autores de «L'Oiseau et l'Enfant» e pelo representante da sua editora discográfica.

A cançonetista Marie Myriam recebeu o Disco de Ouro Português, pelo resultado das vendas do seu disco «L'Oiseau et l'Enfant». O prémio foi entregue em Paris por um representante da empresa portuguesa Phonogram.

Marie Myriam, embora tenha adoptado a língua francesa para as suas canções, salientou, já por diversas vezes o seu amor, à língua mãe, o português. Na realidade, como já tivemos ocasião de referir, a jovem cançonetista é filha de emigrantes portugueses radicados há muito em França (Paris) e, nessa qualidade esteve presente no «Dia das Comunidades» no passado ano, na cidade da Guarda.

Ainda no campo da música ligeira, um dos «singles» de maior sucesso actualmente em França pertence a uma portuguesa, Linda

de Sousa, que canta uma melodia intitulada «Un Portugais». O «single» vendeu no dia do seu lançamento aproximadamente 100 mil cópias.



Linda de Sousa: «Un Portugais» é êxito.

## Suécia

### Associação Portuguesa de Malmo adere à FATE

Realizou-se uma assembleia geral na «Associação Portuguesa de Malmo», na Suécia, tendo por objectivo decidir sobre a aderência à «Federação das Associações de Trabalhadores Emigrados (FATE)». A assembleia, bastante concorrida, decidiu por unanimidade, segundo informa o mensário «Tribuna do Emigrante», porta-voz da FATE, aderir a esta Federação de modo a que a comunidade associada na APM seja apoiada no «desenvolvimento das actividades culturais, recreativas, desportivas, etc.», e também possa dar o seu «apoio solidário aos emigrantes noutras cidades e países, fortalecendo a unidade de que todos necessitam».



Símbolo da Associação Portuguesa de Malmo (Suécia).

## Imposto de compensação sobre veículos a gasóleo

Segundo esclarecimento da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, «os veículos de matrícula estrangeira não estão sujeitos à incidência do imposto de compensação, desde que e enquanto não se verificar o condicionalismo que lhes imponha a atribuição de matrícula portuguesa».

Assim, os veículos a gasóleo com matrícula estrangeira, pertencentes a emigrantes portugueses residentes no estrangeiro, poderão circular em Portugal sem estarem sujeitos ao pagamento do imposto de compensação, desde que não ultrapassem o período de um ano em que estão autorizados a circular em Portugal os veículos entrados em regime de importação temporária.

## Importação de automóveis por emigrantes

No número 21 da Revista (Setembro/Outubro de 1977), na rubrica «TOME NOTA» (páginas 39 e seguintes), foi publicada uma nota informativa relativa a «Condições reguladoras da importação de veículos automóveis por emigrantes portugueses que regressem definitivamente ao País».

Em aditamento a essa nota esclarece-se, de harmonia com informações obtidas junto dos serviços aduaneiros, que quando os trabalhadores portugueses no estrangeiro pretendam importar definitivamente o carro de que são possuidores, e *comprovem encontrar-se em condições de beneficiar das facilidades concedidas pelo Decreto-Lei n.º 172/77, de 30 de Abril* (redução das imposições fiscais desde que possuam o veículo há mais de um ano não contando o tempo de permanência em Portugal, e aquele se encontre pelo menos no segundo ano de vida) poderão obter junto das Alfândegas uma ficha que lhes permita circular com o veículo enquanto não obtiverem o «Boletim do Registo de Importação» requerido pelos interessados à Repartição do Comércio Externo (Rua Nova de S. Mamede, 76 — Lisboa).

A organização do processo de legalização do veículo nos termos do Decreto-Lei n.º 172/77 acima referido (desde que concedida a citada ficha pelos serviços aduaneiros) não impedirá a utilização do carro (excepto para o exercício de qualquer actividade) enquanto o seu proprietário aguarda a emissão do «Boletim do Registo de Importação», colocando-o ao abrigo de uma possível apreensão do veículo por ter sido excedido o prazo legal de permanência no País em regime de importação temporária (um ano).

## Fixação de normas uniformes para assuntos relacionados com cartas de condução

Considerando que os emigrantes portugueses quando se dirigem ao nosso País têm por vezes necessidade de tratar de assuntos relacionados com cartas de condução (nomeadamente exames, revalidações, segundas vias, etc.) e desconhecem quais os documentos bastantes para comprovar a sua qualidade de emigrante, a Direcção-Geral de Viação determinou a fixação de normas uniformes para a antecipação dessas solicitações.

(De notar, entretanto, que estes assuntos, praticamente à excepção de exames, podem ser tratados através dos consulados).

Assim, podem ser considerados comprovativos da qualidade de emigrante *um* dos seguintes documentos:

- Certificado de residência no estrangeiro, em versão portuguesa emitido por entidade estrangeira ou portuguesa competentes;
- Fotocópia de passaporte de emigrante onde se verifique que a entrada em Portugal teve lugar há menos de um mês;
- Fotocópia da carta de trabalho dentro do prazo de validade;
- Fotocópia da carta de residência dentro do prazo de validade;
- Fotocópia de qualquer documento idóneo devidamente autenticada que comprove a qualidade de emigrante;
- Declaração emitida pela Direcção-Geral de Emigração;
- Declaração emitida pelo Consulado ou Embaixada portuguesa local comprovativo da qualidade de emigrante;
- Fotocópias de folhas de pagamento de salários emitidos há menos de dois meses.

O referido documento comprovativo deve sempre ser acompanhado de requerimento do interessado, dirigido ao Director de Viação ou Chefe da Secção de Viação local, solicitando a antecipação da solicitação.

Os emigrantes que não possuírem qualquer dos referidos documentos ou os que apresentarem suscitem dúvidas quanto à sua suficiência ou autenticidade por parte das Direcções e Secções de Viação, devem dirigir-se à Direcção-Geral de Emigração para possível emissão da competente declaração referida em f).

De salientar que cada interessado não pode beneficiar por mais de duas vezes da antecipação referida, no que se refere à prestação de exames de condução.

## Assistência turística internacional para portugueses residentes em França

Verificando que o apoio aos portugueses trabalhando no estrangeiro, quando em viagens de turismo, tem sido proporcionado, até à data, apenas por entidades estrangeiras (nomeadamente a Europa Assistance), através das suas próprias cadernetas de assistência, o Automóvel Clube de Portugal criou uma rede de assistência especialmente para os nossos compatriotas a residir em França.

Assim, a Caderneta do A. C. P. assegurar-lhes-á uma protecção e apoio pelo período de um ano, a partir da data da respectiva emissão e na maioria dos países da Europa, bem como em quase todos os da orla mediterrânica incluindo o norte de África e o Próximo Oriente. A assistência apresenta ainda a regalia do «repatriamento gratuito de cadáveres», seja qual for o local e a causa da morte, desde que ocorrida durante a vigência da Caderneta (um ano).

Enumeramos a seguir os principais serviços de que pode usufruir, automaticamente e durante um ano, o titular da Caderneta de Assistência Turística Internacional, especial para portugueses residentes em França:

### FÓRMULA I

Regalias para o viajante com veículo particular:

- Assistência e protecção jurídica;



- 2 — Repatriamento do veículo em caso de acidente, avaria grave e roubo do veículo ou incapacidade do condutor, seja para França seja para Portugal;
- 3 — Reboque do veículo acidentado ou avariado até à oficina de reparações mais próxima, num lince de 200 FF;
- 4 — Repatriamento do subscritor no caso de estar ferido ou doente e ainda por indisponibilidade do veículo;
- 5 — Repatriamento do cadáver do subscritor, seja qual for a causa da morte e o país onde ela ocorra. A Caderneta cobre também o território francês, país de residência habitual durante todo o ano;
- 6 — Despesas médico-hospitalares até 1500 Frs.

## FÓRMULA II

Regalias para o viajante individual utilizando qualquer meio de transporte e também para o passageiro de um veículo de um subscritor da anterior FÓRMULA I, desde que não seja filho ou cônjuge daquele:

- 1 — Repatriamento do subscritor ferido ou enfermo;
- 2 — Repatriamento do cadáver do subscritor seja qual for a causa da morte e o país onde ela ocorra;
- 3 — Despesas médico-hospitalares até 1500 Frs.

## GARANTIAS FACULTATIVAS PARA O CÔNJUGE OU FILHOS DE UM SUBSCRITOR DAS FÓRMULAS I OU II:

- 1 — Repatriamento das pessoas de acordo com as condições estabelecidas pelo subscritor da FÓRMULA I ou II;
- 2 — Repatriamento do cadáver nas mesmas condições do titular;
- 3 — Despesas médico-hospitalares até 1500 Frs.

## GARANTIAS OPCIONAIS

### A) Para o subscritor da FÓRMULA I:

- Repatriamento da caravana ou reboque nos mesmos casos que o veículo tractor;
- Envio de peças de substituição.

### B) Para o subscritor da FÓRMULA I ou II:

- Ampliação do reembolso de despesas médicas até 5000 Frs.;
- Responsabilidade Civil e Defesa e Reclamação Familiar;
- Seguro de Bagagens.

Além das regalias indicadas (consultar as *Condições Gerais*, na própria Caderneta), todos os subscritores terão direito, como sócios do AUTOMÓVEL CLUB DE PORTUGAL aos seguintes serviços:

- Frequência das instalações associativas e messes (Serviço de restaurante e bar, na Sede e na SRN);
- Revista ACP;
- Mapa do estado das estradas;
- Assistência na obtenção e regularização de documentos nacionais;
- Turismo (Itinerários rodoviários, informações turístico-automobilísticas, etc.);
- Serviços de Viagens (Reservas e passagens);
- Assistência Turística Internacional;
- Importação e exportação de automóveis (Informações e regularização de documentos);
- Cartas nacionais e internacionais de campismo (Ingresso em parques de campismo em PORTUGAL e no estrangeiro);
- Consulta jurídica;
- Serviço de pronto-socorro;
- Escolas de condução.

Como se pode constatar, trata-se sem dúvida de uma iniciativa de largo alcance social, que em muito pode beneficiar os portugueses residentes em França.

## Depósitos a prazo

- Condições de mobilização antecipada total ou parcial desses depósitos;
- Emissão de um título nominativo, representativo do depósito a prazo.

De acordo com o disposto no n.º 1 do Art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 729-E/75, de 22/12/75, os depósitos a prazo apenas poderão ser exigíveis no fim do prazo por que foram efectuados, prazo esse que não poderá ser inferior a 30 dias.

Actualmente, porém, reconhecida que foi a necessidade de clarificação do estatuto jurídico dos depósitos a prazo, para além do regime referido, o Governo, pelo Decreto-Lei n.º 75-B/77, publicado em 28/12/77 (D. R. n.º 49 I Série da mesma data), decreta o seguinte:

### I — Condições de mobilização antecipada (total ou parcial) dos Depósitos a Prazo

1. As instituições de crédito passaram a poder estabelecer com os seus clientes um acordo quanto à mobilização antecipada (total ou parcial) dos depósitos efectuados a prazo.
2. Nestes casos (de mobilização antecipada dos depósitos a prazo) as taxas de juro a aplicar serão as que constam do ANEXO a esta NOTA INFORMATIVA.

### II. Emissão de um título nominativo, representativo de um Depósito a Prazo

1. As instituições de crédito depositárias, emitirão um título nominativo, na data da constituição do depósito a prazo, título esse representativo do depósito feito.
2. O título nominativo em causa, não é transmissível, a não ser através do circuito bancário. (Para um melhor esclarecimento deverá dirigir-se à instituição de crédito que emitiu o título nominativo, representativo do depósito a prazo.)
3. Deste título constarão as *taxas de juro* a aplicar em caso de mobilização antecipada.
4. Para os depósitos a prazo constituídos até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 75-B/77, isto é até 28/2/77, a emissão do título nominativo fica a depender do mesmo ser ou não solicitado pelo depositante.

## Depósitos a prazo mobilizados antecipadamente

(em relação à respectiva data do vencimento)

TAXAS DE JURO aplicadas a partir de 8/5/78

1. Não poderão ser abonados quaisquer juros quando a mobilização ocorrer dentro de um prazo não superior a 90 dias, imediatamente após a data da constituição do depósito ou da sua mais recente renovação.
2. Sempre que a mobilização ocorrer após o 90.º dia, exclusive, posterior à constituição ou mais recente renovação, casos em que o regime fiscal é idêntico ao aplicável aos depósitos a prazo, não poderão ser abonados juros a taxas superiores às seguintes, em função do período de vigência do depósito:

Período de vigência do depósito	Taxas de juro
— Superiores a 90 dias, mas não a 180 dias	8 %
— Superiores a 180 dias e até 1 ano ...	10,5 %

(Aviso n.º 2 do Banco de Portugal — Suplemento D. R. I Série n.º 104 de 6/5/78).

# Taxas de desconto do Banco de Portugal

A partir de 8/5/78 a taxa básica de desconto do Banco de Portugal foi fixada em 18 %.

## OPERAÇÕES PASSIVAS

(depósitos — contas em escudos)

Algumas condições a observar nos seguintes tipos de depósito (Decreto-Lei n.º 729-E/75, de 22/12/75):

### Depósito à ordem

1. O pagamento de juros devidos por depósito à ordem será feito *anualmente*, em relação ao *último dia do ano*.

### Depósito com pré-aviso

1. Nestes depósitos o pagamento dos juros será também feito, *anualmente*, em relação ao *último dia do ano* ou, no caso de aplicação de cláusula do pré-aviso, na *data do vencimento do depósito*.

### Depósitos a prazo

1. O pagamento de juros em depósitos a prazo será efectuado *na data do vencimento do depósito*;
2. Os depósitos a prazo consideram-se prorrogados por *período igual ao do prazo* por que foram constituídos, a não ser que o depositante *até à data do vencimento do depósito* apresente declaração em contrário;
3. Exceptuam-se da regra de prorrogação por igual período (referida em 2.) os depósitos a prazo constituídos por tempo superior a cento e oitenta e um dias e até um ano, caso em que a renovação automática do depósito *será apenas por cento e oitenta e um dias*.

# Taxas de Juro

(praticados em Portugal a partir de 8-5-78 nas contas em escudos)

- BANCOS COMERCIAIS E INSTITUIÇÕES EQUIPARADAS, NACIONALIZADAS;
- MONTEPIO GERAL;
- BANCO DE FOMENTO NACIONAL;
- CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS.

NOTA — Os juros de depósitos constituídos por emigrantes e equiparados nas instituições de crédito legalmente autorizadas a recebê-los, quando se trate de depósitos com pré-aviso ou a prazo não inferior a 30 dias, *estão isentos do pagamento do imposto de capitais*. Esta isenção só se verifica em relação aos depósitos constituídos com dinheiro transferido do estrangeiro, através das instituições de crédito legalmente autorizadas a receber tais depósitos ou por intermédio das Estações do Correio.

## MONTEPIO GERAL

(contas em escudos)

### Depósitos à ordem Taxas de juro

- |                                |     |
|--------------------------------|-----|
| a) Para as pessoas individuais |     |
| ● Até 100 000\$00              | 4 % |
| ● No excedente                 | 2 % |
| b) Para sociedades comerciais  | 0 % |

### Depósitos a prazo

- |                                   |      |
|-----------------------------------|------|
| 6 meses e 1 dia                   | 19 % |
| 1 ano e 1 dia                     | 20 % |
| Para menores — conta com cláusula |      |
| 1 ano e 1 dia                     | 20 % |

# BANCOS COMERCIAIS E INSTITUIÇÕES EQUIPARADAS, NACIONALIZADAS

(contas em escudos)

### Depósitos à ordem ou com pré-aviso Taxas de juro

- |                             |     |
|-----------------------------|-----|
| — Depósitos à ordem         |     |
| a) para pessoas individuais | 1 % |
| b) para outras entidades    | 0 % |
| — Depósitos com pré-aviso   | 8 % |

### Depósitos a prazo

- |   |      |
|---|------|
| — Depósito a prazo de 30 a 90 dias  | 8 %  |
| — Depósitos a prazo de 91 a 180 dias  | 12 % |
| — Depósitos a prazo de 181 dias a 1 ano   | 19 % |
| — Depósitos a prazo superior a 1 ano  | 20 % |
| * — Depósitos a prazo superior a 2 anos, regulamentados por legislação especial | 21 % |

## BANCO DE FOMENTO NACIONAL

(contas em escudos)

### Depósitos a prazo Taxas de juro

- |   |         |
|---|---------|
| — Depósitos a prazo de 181 dias a 1 ano                                 | 19 %    |
| — Depósitos a prazo de 1 ano e 1 dia                                    | 20 %    |
| — Depósitos a prazo — (depósitos de poupança) com entregas programadas: |         |
| No 1.º ano  | 20 %    |
| No 2.º ano  | 20,25 % |
| No 3.º ano  | 20,5 %  |
| No 4.º ano  | 20,75 % |
| No 5.º ano e subsequentes   | 21 %    |

### Depósitos à ordem (apenas para mutuários e depositantes a prazo)

As contas à ordem de depositantes a prazo só podem ser abertas ou acrescidas com capitais e juros vencidos em depósitos a prazo constituídos ou renovados. Estas contas (à ordem) são movimentadas por cheque e no caso de entidades particulares beneficiarão das seguintes taxas de juro:

- |                   |     |
|-------------------|-----|
| — Até 100 000\$00 | 4 % |
| — No excedente    | 2 % |

## CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

(contas em escudos)

### Depósitos à ordem Taxas de juro

- |                               |            |
|-------------------------------|------------|
| a) para pessoas individuais   |            |
| Até 100 000\$00               | 4 % ao ano |
| No excedente                  | 2 % ao ano |
| b) para sociedades comerciais | 0 %        |

### Depósitos a prazo

- |   |         |
|---|---------|
| — 181 dias a 1 ano  | 19 %    |
| — 1 ano e 1 dia   | 20 %    |
| — Depósitos a prazo — (depósitos de poupança) com entregas programadas: |         |
| No 1.º ano  | 20 %    |
| No 2.º ano  | 20,25 % |
| No 3.º ano  | 20,5 %  |
| No 4.º ano  | 20,75 % |
| No 5.º ano e subsequentes   | 21 %    |

## OPERAÇÕES ACTIVAS

(empréstimos)

As Instituições de Crédito não poderão cobrar, na realização das operações activas que estejam legalmente autorizadas a efectuar, taxas de juro superiores aos seguintes limites:

- |  |         |
|--|---------|
| Operações por prazo não superior a 90 dias                 | 18,25 % |
| Operações por prazo superior a 90 dias, mas não a 180 dias | 18,75 % |

Operações por prazo superior a 180 dias, mas não a 1 ano	20 %
Operações por prazo superior a 1 ano e até 2 anos	20,5 %
Operações por prazo superior a 2 anos e até 5 anos	21,25 %
Operações por prazo superior a 5 anos	22,25 %

(Aviso n.º 2 do Banco de Portugal publicado no Suplemento ao D. R. I Série n.º 104, de 6/5/78).

# Contas de depósito com pré-aviso ou a prazo em moeda estrangeira em nome de pessoas singulares ou colectivas residentes ou domiciliadas no estrangeiro

## 1. TITULARIDADE

Todas as pessoas singulares ou colectivas residentes ou domiciliadas no estrangeiro podem abrir contas de depósito com pré-aviso ou a prazo em moeda estrangeira em qualquer um dos vários bancos comerciais portugueses, na Caixa Geral de Depósitos e no Banco de Fomento Nacional.

## 2. PRÉ-AVISO

Os depósitos com pré-aviso serão apenas exigíveis depois de prevenida a instituição depositária, por escrito, com a antecipação fixada na cláusula de pré-aviso, antecipação essa que não poderá ser inferior a trinta dias nem superior a 90.

## 3. PRAZO

As contas de depósito a prazo serão constituídas por um prazo não inferior a cento e oitenta dias, nem superior aos prazos máximos dos depósitos que cada instituição esteja autorizada a receber em moeda nacional, considerando-se prorrogados por igual período, no caso de falta de declaração em contrário feita pelo depositante, até à data de vencimento de depósito.

## 4. MOEDAS ESTRANGEIRAS EM QUE SE PODEM CONSTITUIR DEPÓSITOS

4.1. As moedas estrangeiras em que os referidos depósitos podem ser constituídos serão determinadas por Aviso do Banco de Portugal.

4.2. As moedas actualmente determinadas, por Aviso do Banco de Portugal, de 9/3/1978, são as seguintes:

- Dólares dos EUA
- Dólares canadianos
- Franco franceses
- Marcos alemães
- Franco suíços
- Franco belgas
- Libras esterlinas
- Florins

## 5. JURO

5.1. Os limites das taxas de juro serão periodicamente fixados por Aviso do Banco de Portugal.

5.2. Os limites actualmente em vigor constam de Aviso do Banco de Portugal de 10/3/78 e são os seguintes:

## A) Para os depósitos em moeda estrangeira de montante ou contravalor inferior a 50 000 dólares dos EUA

### I — Contas constituídas em marcos alemães:

- a) Depósitos com pré-aviso de trinta a noventa dias ... 5 %
- b) Depósitos a prazo de cento e oitenta dias ... 6,5 %
- c) Depósitos a prazo de cento e oitenta e um dias a um ano ... 7 %
- d) Depósitos a prazo superior a um ano e até dois anos ... 8 %

### II — Contas constituídas em francos belgas:

- a) Depósitos com pré-aviso de trinta a noventa dias ... 5 %
- b) Depósitos a prazo de cento e oitenta dias ... 8 %
- c) Depósitos a prazo de cento e oitenta e um dias a um ano ... 8,5 %
- d) Depósitos a prazo superior a um ano e até dois anos ... 9,5 %

### III — Contas constituídas em dólares canadianos:

- a) Depósitos com pré-aviso de trinta a noventa dias ... 7 %
- b) Depósitos a prazo de cento e oitenta dias ... 9 %
- c) Depósitos a prazo de cento e oitenta e um dias a um ano ... 9,5 %
- d) Depósitos a prazo superior a um ano e até dois anos ... 10,5 %

### IV — Contas constituídas em dólares dos EUA:

- a) Depósitos com pré-aviso de trinta a noventa dias ... 7 %
- b) Depósitos a prazo de cento e oitenta dias ... 8,5 %
- c) Depósitos a prazo de cento e oitenta e um dias a um ano ... 9 %
- d) Depósitos a prazo superior a um ano e até dois anos ... 10 %

### V — Contas constituídas em francos franceses:

- a) Depósitos com pré-aviso de trinta a noventa dias ... 4,5 %
- b) Depósitos a prazo de cento e oitenta dias ... 8 %
- c) Depósitos a prazo de cento e oitenta e um dias a um ano ... 8,5 %
- d) Depósitos a prazo superior a um ano e até dois anos ... 9,5 %

### VI — Contas constituídas em florins:

- a) Depósitos com pré-aviso de trinta a noventa dias ... 5,5 %
- b) Depósitos a prazo de cento e oitenta dias ... 7 %
- c) Depósitos a prazo de cento e oitenta e um dias a um ano ... 7,5 %
- d) Depósitos a prazo superior a um ano e até dois anos ... 8,5 %

### VII — Contas constituídas em libras esterlinas:

- a) Depósitos com pré-aviso de trinta a noventa dias ... 5,5 %
- b) Depósitos a prazo de cento e oitenta dias ... 7,5 %
- c) Depósitos a prazo de cento e oitenta e um dias a um ano ... 9 %
- d) Depósitos a prazo superior a um ano e até dois anos ... 10 %

VIII — Contas constituídas em francos suíços:

a) Depósitos com pré-aviso de trinta a noventa dias ... ..	2,5 %
b) Depósitos a prazo de cento e oitenta dias ... ..	4 %
c) Depósitos a prazo de cento e oitenta e um dias a um ano ... ..	4,5 %
d) Depósitos a prazo superior a um ano e até dois anos ... ..	5,5 %

B) Aos depósitos de montante ou contravalor superior a 50 000 dólares dos EUA, serão abonadas taxas de juro determinadas, caso a caso, pelo Banco de Portugal, para a sua constituição ou renovação.

6. A presente Nota Informativa foi elaborada com base nos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 353-O/77, de 29 de Agosto.
- Aviso do Banco de Portugal de 9/3/1978
- Aviso do Banco de Portugal de 10/3/1978.

## Contas de depósito a prazo de emigrantes em moeda estrangeira

(actualização das respectivas taxas de juro)

### 1 — JUROS DOS DEPÓSITOS A PRAZO DE EMIGRANTES

Em complemento da anterior NOTA INFORMATIVA e nos termos do Aviso do Banco de Portugal, publicado no «Diário da República», 1.ª série, de 10/3/1978, esclarece-se que as taxas de juro a abonar os depósitos a prazo de emigrantes não poderão ser superiores aos seguintes limites:

I) Contas constituídas em marcos alemães:

a) Depósitos a prazo de seis meses ... ..	6,5 %
b) Depósitos a prazo de um ano ... ..	7 %

II) Contas constituídas em francos belgas:

a) Depósitos a prazo de seis meses ... ..	8 %
b) Depósitos a prazo de um ano ... ..	8,5 %

III) Contas constituídas em dólares canadianos:

a) Depósitos a prazo de seis meses ... ..	9 %
b) Depósitos a prazo de um ano ... ..	9,5 %

IV) Contas constituídas em dólares dos EUA:

a) Depósitos a prazo de seis meses ... ..	8,5 %
b) Depósitos a prazo de um ano ... ..	9 %

V) Contas constituídas em francos franceses:

a) Depósitos a prazo de seis meses ... ..	8 %
b) Depósitos a prazo de um ano ... ..	8,5 %

VI) Contas constituídas em florins:

a) Depósitos a prazo de seis meses ... ..	7 %
b) Depósitos a prazo de um ano ... ..	7,5 %

VII) Contas constituídas em libras esterlinas:

a) Depósitos a prazo de seis meses ... ..	7,5 %
b) Depósitos a prazo de um ano ... ..	9 %

VIII) Contas constituídas em francos suíços:

a) Depósitos a prazo de seis meses ... ..	4 %
b) Depósitos a prazo de um ano ... ..	4,5 %

2 — Fica revogado o aviso do Banco de Portugal publicado no «Diário da República», 1.ª série, de 28/2/1977, pelo que, nestes termos, a presente NOTA INFORMATIVA substitui integralmente todo o ponto 5.2. da NOTA INFORMATIVA que, sobre este mesmo assunto, publicamos no n.º 18 (Abril/Maio 1977) da Revista.

## A Caixa dos Trabalhadores Migrantes informa:

**Adopção de um formulário comprovativo do direito à assistência médica e medicamentosa dos trabalhadores portugueses ocupados em França que se deslocam temporariamente a Portugal no período de férias pagas anuais.**

Não estava previsto, no âmbito da Convenção luso-francesa sobre Segurança Social de 29.7.71, a emissão de qualquer atestado comprovativo do direito à assistência médica e medicamentosa a favor de segurados que se deslocam ao seu país de origem, no período de férias pagas anuais.

A falta de tal atestado acarretava, muitas vezes, prejuízos para os trabalhadores portugueses, na medida em que, a maioria, por desconhecimento, não trazia de França os documentos necessários para beneficiarem daquela assistência em Portugal.

Mercê das diligências efectuadas por esta Caixa Central, foi entretanto, aprovada pela Comissão Mista luso-francesa que reuniu em Lisboa de 5 a 10 de Dezembro último, a adopção de um formulário para o efeito, a título experimental.

Assim, para conhecimento dos interessados, informamos o seguinte:

1. A partir desta data, os trabalhadores portugueses ocupados em França que venham a Portugal passar o período de férias pagas anuais, devem solicitar à caixa francesa do seguro de doença para onde descontam, o formulário SE-139-37 que lhes garante o direito à assistência médica e medicamentosa.

2. Este formulário deve ser entregue nos Serviços Médico-Sociais do distrito onde vão permanecer durante a sua estada em Portugal, no caso de realmente necessitarem de assistência médica.

3. O trabalhador que, por impossibilidade própria ou do organismo francês competente (faz-se notar que a passagem do referido formulário não tem ainda carácter obrigatório) não é portador do SE-139-37, para que os Serviços Médico-Sociais possam conceder-lhe a assistência médica pretendida, deve apresentar, naqueles Serviços, os documentos comprovativos da sua situação.

São eles:

— boletins de salário comprovando que exerceu uma actividade profissional em França durante, pelo menos, 200 horas no trimestre civil anterior à data do pedido de assistência (ou nos 3 meses anteriores ao mesmo pedido, contados de data a data);

ou

— 120 horas no mês civil anterior ao do referido pedido de assistência (ou no período de um mês, anterior ao mesmo pedido, contado de data a data);

— cartão de matrícula na Segurança Social francesa;

— documento através do qual possa ser verificado que o pedido de assistência está a ser feito dentro do período de férias pagas. Na falta de melhor documento, pode ser utilizado o passaporte comprovando a data de entrada em Portugal.

**A correspondência dos nossos leitores  
deve ser dirigida para a seguinte morada:**  
**Revista "25 de Abril/Comunidades Portuguesas"**  
**Secretaria de Estado da Emigração**  
**Palácio das Necessidades, 1.º piso**  
**Largo do Rilvas - Lisboa - Portugal**

«Em Dezembro de 1975 fiz um contrato de compra e venda de um andar cujo custo total foi de 535 000\$00. Paguei de entrada a importância de 214 000\$00, isto é, 40% do custo total. O restante 60% (321 000\$00) pagaria no acto da escritura. Nessa data, informaram-me, verbalmente, de que o referido andar estaria pronto em Abril de 1976. Portanto, há dois anos e quatro meses que efectuei a compra. Como o proprietário tinha falta de capital, hipotecou o prédio e nunca mais falou em fazer a escritura. Em Fevereiro de 1978, o representante do proprietário escreveu-me a informar que enviasse ao meu procurador a importância de 321 000\$00 para liquidação total, e que a escritura seria marcada para 15 dias depois. Recebi agora uma carta do meu procurador informando-me que sobre a escritura ainda não se sabia a data em que se havia de realizar, perguntando-me quem é que pagava a sisa. É claro que se a escritura fosse feita quando eu queria, não pagaria tal, pois nessa altura havia isenção. Mas o proprietário governou-se com os meus 214 contos e mais o dinheiro da hipoteca, e tem demorado a escritura todo este tempo. Peço o favor de me informar quem deve neste caso pagar a sisa, ou se há isenção, e se os proprietários podem demorar tanto tempo a fazer as escrituras.

J. S. A. (E.U.A.)»

O senhor pode efectivamente beneficiar da isenção de sisa, uma vez que celebrou um contrato-promessa de compra e venda em Dezembro de 1975, altura em que vigorava o referido sistema, tendo prestado como sinal 40% do custo total do andar, pelo que o seu procurador deverá contactar a Repartição de Finanças respectiva apresentando o mesmo contrato-promessa e tentando esclarecer o assunto.

Quanto à demora na execução da escritura definitiva, uma vez que a mesma não foi realizada na data constante do contrato, existe um manifesto incumprimento por parte do promitente-vendedor, o qual poderá eventualmente ser base para uma acção judicial, caso o senhor não consiga solucionar o problema e deste modo terá direito a receber o sinal em dobro.

«Recebi a informação sobre legislação habitacional de emigrantes, denúncia do contrato de Arrendamento e sobre ordens de despejo. Ainda sobre a minha carta de 18 de Abril, volto a expor o assunto sobre a compra do terreno: a compra já foi efectuada, pelo que a escritura também, a qual foi feita por uma irmã a quem passei uma procuração para esse efeito. A venda do apartamento está feita apenas por palavra. A escritura ainda não está feita devido à pessoa que está no negócio não o comprar a pronto (é por intermédio de uma Caixa).

O referido apartamento foi comprado apenas para guardar as mobílias e outros haveres da minha casa. Foi construído vai para 3 anos, e nunca foi habitado por ninguém.

No período em que escrevi à Secretaria de Estado da Emigração pedindo o esclarecimento, entrei em contacto com o inquilino a fim de resolver o assunto a contento, por um acordo entre nós. Respondeu-me que não saía da casa devido a eu ter vendido o apartamento.

Por isso peço o favor de me informar se posso pedir a denúncia do contrato a fim de ele me dar a casa desocupada.

J. N. R. (Alemanha)»

Se ainda é proprietário da casa pode intentar em tribunal, na falta de acordo com o inquilino, uma acção de denúncia do

contrato de arrendamento para habitação do senhorio (a fim de obter o despejo) nos termos da nota informativa sobre «Acções de Despejo» que lhe foi remetida com o ofício n.º 1337/78-A.C. Proc. A.J. 77/75, de 24 do mês findo.

Se presentemente não é proprietário da casa, isto é, se a escritura pública do contrato de compra e venda, e demais formalidades do negócio, já foram efectuadas operando-se a transmissão da propriedade a favor do comprador, é óbvio que não poderá agora tentar despejar o arrendatário dado não dispor de qualquer legitimidade para tal.

Se apenas existe um contrato-promessa de compra e venda do apartamento, tendo-lhe a outra parte feito entrega de uma quantia a título de sinal, ainda assim o senhor não se encontra vinculado a celebrar o contrato definitivo, ficando, porém, obrigado a devolver o sinal em dobro.

«Agradeço que me informem sobre o que terei de fazer para aumentar a renda da casa, proceder a uma acção de despejo contra o inquilino e vender o rés-do-chão.

J. M. L. (França)»

No tocante a aumentos de rendas informa-se que, de acordo com a legislação em vigor, se encontram suspensas, em todo o País, as avaliações fiscais para efeito de actualização das rendas dos prédios destinados a habitação. Assim, apenas com base em acordo entre senhorio e arrendatário poderá eventualmente verificar-se um aumento de renda.

No que se refere ao despejo do inquilino esclarece-se que tal é possível, a) para ocupação pelo senhorio, nos termos da nota informativa sobre «Acções de Despejo» que junto se envia, ou para aumento da capacidade habitacional, ou b) se o arrendatário der causa à acção de despejo, por exemplo:

- se não pagar a renda no tempo e lugar próprios nem fizer depósito liberatório;
- se usar ou consentir que outrem use a casa arrendada para fins ou ramo de negócio diverso daquele ou daqueles a que se destina;
- se conservar a casa desabitada por mais de um ano, consecutivamente, ou, sendo o prédio destinado a habitação, não tiver nele residência permanente, habite ou não outra casa, própria ou alheia.

De acordo com a Lei n.º 63/77, de 25 de Agosto (em vigor desde 26 de Agosto do ano findo) o locatário habitacional de imóvel urbano tem o direito de preferência na compra e venda do mesmo.

Assim, querendo vender a casa, o senhorio, deve comunicar ao arrendatário o projecto de venda e as cláusulas do respectivo contrato.

Recebida a comunicação o arrendatário deve exercer o seu direito dentro do prazo de oito dias, sob pena de caducidade, salvo se o senhorio lhe estipular um prazo mais longo.

O locatário a quem se não dê conhecimento da venda tem o direito de haver para si a casa vendida contanto que o requeira dentro do prazo de seis meses, a contar da data em que teve conhecimento dos elementos essenciais da venda e deposite o preço devido nos oito dias seguintes ao despacho que ordene a citação dos réus.

## «A PROMESSA»

52



António Macedo.



Duas imagens do filme «A Promessa».

No número de Abril citámos entre a filmografia de António Macedo a longa metragem «A PROMESSA», filme produzido em 1972.

Trata-se de uma adaptação ao cinema da peça teatral, do mesmo nome, da autoria de Bernardo Santareno.

**RESUMO DO ARGUMENTO**

A acção desenrola-se numa aldeia de pescadores, Palheiros da Tocha, situada entre Aveiro e Figueira da Foz, com as suas casas construídas sobre estacas, característica comum às povoações situadas junto ao mar.

Nessa aldeia vive um casal, José e Maria, cujo matrimónio ao fim de um ano ainda não se consumara devido a uma «promessa» feita na véspera da sua celebração.

Esse voto de mútua castidade seria cumprido caso o pai de José se salvasse de uma tempestade violenta a que os habitantes

da aldeia assistiam impotentemente da praia. O pai de José salvou-se e o jovem casal cumpriu a «promessa» arrostando com todo o sacrifício que o seu cumprimento implicava com o natural aumento progressivo da tensão nervosa.

Entretanto aparece na aldeia um cigano, ferido numa rixa, que é recolhido e tratado por José e Maria, o que se presta a comentários dos habitantes da aldeia, conhecedores da «promessa». Quando Labareda, o cigano, estava quase restabelecido, é ferido mortalmente numa disputa com seus irmãos e refugia-se num velho moinho, pouco afastado da aldeia, onde Maria uma vez mais procura socorrê-lo.

José, prevenido e louco de ciúmes, dirige-se ao velho moinho e ao ver o cigano nos braços de Maria, apunhala-o, sem se aperceber que o cigano já estava morto, e viola Maria quebrando a «PROMESSA».

**FICHA TÉCNICA**

**TÍTULO:** «A PROMESSA»  
**ANO DE PRODUÇÃO:** 1972  
**REALIZAÇÃO:** António Macedo  
**DIRECTOR DE FOTOGRAFIA:** Elso Roque  
**FOTOGRAFIA:** Filmado em 35 mm (Eastmancolor)  
**TEMPO:** 1h 37'  
**TEMA:** Drama  
**CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA:** Maiores de 18 anos

**FICHA ARTÍSTICA**

*Maria do Luar* — Guida Maria  
*José* — João Mota  
*Labareda* — Sinde Filipe  
*O pai* — Luís Santos  
*Joaquina* — Maria  
*Mário* — J. Rodrigues Carvalho  
*Ciganos* — Fernando Loureiro  
 Luís Barradas

## AOS ASSINANTES DA REVISTA

Solicita-se aos assinantes ou interessados na assinatura da revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas», o favor de observarem o seguinte:

1. Toda a correspondência deve ser enviada para:

**Revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas»**

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.**

**Palácio das Necessidades, 1.º Piso, Largo do Rilvas, Lisboa-Portugal.**

2. Os documentos para pagamentos (cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos a:

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.**

3. Não esquecer que o destinatário e o remetente **devem** ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.

### PREÇO DAS ASSINATURAS

12 NÚMEROS

Portugal e Espanha ... ..	300\$00
Outros países (excluindo França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Suíça e Inglaterra) ... ..	400\$00

As importâncias das assinaturas podem ser enviadas em escudos ou no correspondente aproximado em moeda estrangeira.

### MUITO IMPORTANTE

- A expedição da revista para fora de Portugal é feita por via aérea. Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a revista noutra local, comunique o mais rapidamente possível.
- Nas renovações de assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante.

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração. Para o efeito, envio a importância de .....\$..... (.....)

NOME .....

MORADA .....

LOCALIDADE .....

PAÍS .....

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

**SECRETARIA DE ESTADO  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
E DA EMIGRAÇÃO**

**Palácio das Necessidades, 1.º Piso  
Largo do Rilvas  
Lisboa-Portugal**

# Julga que conhece o seu país

Conhece praias... a sua terra... sabe que a Serra da Estrela tem 2000 metros... Conhece a caldeirada... o vinho verde... Conhece o mobiliário rústico de Viseu... as colchas de Castelo Branco... Conhece o elevador de Santa Justa... o comboio centenário do Douro... Conhece os tascos da sardinha assada na Feira Popular... viu dançar os

pauliteiros de Miranda... Conhece tudo sobre o automóvel... visitou o Museu do Caramulo... Conhece a vegetação milenária da Arrábida... percorreu o romântico Vale do Vouga...

E o Pico nos Açores? E já provou a frescura de um palhete no Algarve? E já dormiu nas camas pintadas do Alentejo? E já andou no elevador a água do Bom Jesus de Braga? E já foi a uma terça ou um sábado à Feira da Ladra em Lisboa? E já desceu num carro de cesto na Madeira? E já fotografou os cavalos selvagens do Gerês?

## Descanse,

...Não vá todos os anos para o mesmo sítio, para onde vai toda a gente.



**vai conhecer Portugal!!!**

Já consultou as Agências de Viagens e os Postos de Informação Turística?